PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR DE COMUNICAÇÕES

EM SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

(Divulgada em 13 de junho de 2016 –
ainda sujeita a alterações)

ANPUH PB
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARAÍBA

DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA

CH – UEPB

Centro de Humanidades uepb

UEPB

Sumário

ST1 – HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE PARAIBANA: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E DE PESQUISA

Coordenação: Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana (UEPB.....4

ST2 - HISTÓRIA QUE SE VÊ: A VISUALIDADE NA PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenação: Profa. Ma. Keliene Christina da Silva (Rede Municipal de Ensino de João Pessoa) e Prof. Me. André Fonseca Feitosa (UFPB).....16

ST3 – HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NA PRÁTICA E FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR/A DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Coordenação: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB).....22

ST4 - ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE PERCEPÇÕES, PRÁTICAS E METODOLOGIAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Coordenação: Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB).....40

ST5 - TERRA E FAMÍLIA NAS ENCRUZILHADAS DO PODER

Coordenação: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (UEPB/UFPE) e Profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN).....53

ST 6 – O PIBID e a condição discente

Coordenação: Prof. Dr. Damião de Lima (UFPB).....64

ST7 - HISTÓRIA E CULTURA: SABERES E LINGUAGENS EM DIÁLOGO

Coordenação: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG/CFP) e Profa. Dra. Rosilene Alves de Melo (UFCG/CFP).....83

ST8 - ESCRITAS DE SI, FORMAS DE NARRAÇÃO E PRÁTICAS DE ALTERIDADE NOS PERIÓDICOS DOS SÉCULOS XIX E XX

Coordenação: Profa. Dra. Paula Rejane Fernandes (UFRN) e Profa. Ma. Jorilene Barros da Silva Gomes (UFPB).....99

ST9 - ESCRITOS COM OS ACORDES DE CLIO: HISTÓRIA E HISTÓRIA CULTURAL

Coordenação: Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses (UEPB) e Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFPB) 107

ST10 - CULTURA POLÍTICA E (RE)LEITURAS DO PASSADO: O CASO DA PARAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Coordenação: Prof. Me. Iordan Queiroz Gomes (UFBA) e Profa. Ma. Liélia Barbosa Oliveira (FIP) 124

ST11 - HISTÓRIA POLÍTICA: PODER, CULTURA, ESTADO E SOCIEDADE

Coordenação: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (UEPB) e Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto (UFCG) 128

ST12 – HISTÓRIA DO PODER POLÍTICO

Coordenação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG) 141

ST13 - A DITADURA MILITAR NO BRASIL: HISTORIOGRAFIA E POLÍTICA

Coordenação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG) 148

ST14 – MUNDOS DO TRABALHO: CONDIÇÕES DE TRABALHO, CULTURA, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES

Coordenação: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UEPB) e Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB) 153

ST15 – ESTUDOS SOBRE A ANTIGUIDADE E O MEDIEVO: OS DESAFIOS DO HISTORIADOR

Coordenação: Profa. Dra. Priscilla Leite Gontijo (UFPB) 164

ST1 – HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE PARAIBANA: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E DE PESQUISA.

Coordenação: Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana (UEPB)
fla.carreiro@hotmail.com

Embora seja notória a importância da chamada "História Local" na formação da cidadania, na promoção das políticas de memória e na afirmação e/ou desconstrução das identidades individuais/coletivas, assistimos o seu descrédito por parte dos currículos e exames tidos por "nacionais", pela produção de materiais didático-pedagógico e mesmo em certos meios acadêmicos. Nesse sentido, esse espaço de comunicação procura congregar propostas de trabalho que abordem a História e historiografia paraibana, seja a partir de experiências de ensino ou de pesquisas realizadas, e cujo enfoque seja a publicidade da história paraibana em sua interface com os tratamentos relacionados com a memória e a identidade, a partir de diferentes leituras, problemas, fontes e espaços de produção de sentido para a história local.

19/7 – Terça-feira:

POLÍTICAS PÚBLICAS: CIDADANIA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM- PB

Geilza da Silva Santos (UFPB)
ilza.sts@hotmail.com

O presente trabalho tem por finalidade dar respaldo às políticas públicas, desenvolvidas pelo governo e como estas estão sendo colocadas em prática na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, localizada no município de Areia-PB. A comunidade luta em busca do direito a terra e ao reconhecimento enquanto Comunidade Quilombola e quando conseguem o reconhecimento, vem às políticas públicas que consequentemente contribuem para uma afirmação dessa identidade, haja vista os benefícios que foram conquistados a partir do reconhecimento enquanto Comunidade quilombola. Assim sendo perceberemos como essas políticas públicas contribuem na identidade do quilombo, ressaltando a importância da cidadania e do direito desses indivíduos. A priori traremos uma breve discussão do que se entende por cidadania e qual a noção (s) que hoje se

estabelece para esse conceito, para assim compreendermos como está foi reivindicado pelos quilombolas na busca pelos seus direitos para assim adentrarmos no contexto das políticas públicas. Palavras-chave: Cidadania. Identidade. Políticas Públicas.

CRIANÇAS INGÊNUAS DA FREGUESIA DE SANTA RITA: HISTORIOGRAFIA, FONTES E METODOLOGIA

Giuseppe Emmanuel Lyra Filho (UFPB)
giufilho@gmail.com

Esta comunicação pretende apresentar resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida na iniciação científica, na qual se propõe pesquisar a situação de crianças ingênuas na freguesia da cidade de Santa Rita no contexto da desarticulação do sistema escravista no Brasil, na década de 1870. Para tanto, tendo como aporte teórico História Social, será analisado as mudanças historiográficas sobre o tema da escravidão, desde Gilberto Freyre, passando pela influência dos estudos sobre o mundo dos escravos, destacando as obras dos estadunidenses Genovese e Gutman, e chegando até as novas tendências da historiografia brasileira, em especial a paraibana, principalmente os novos estudos de História Social, produzidos a partir da década de 1980. Ademais, as fontes primárias, a exemplo dos relatórios de presidente de província, jornais e, sobretudo, os assentos de batismos, que comporão o estudo serão problematizadas com base nos estudos históricos. No caso das atas batismais das crianças ingênuas, identificamos a inexistência de um padrão de registro e até mesmo o descumprimento da lei 2040 de 1871 que garantia a liberdade das crianças nascidas do "ventre cativo". Posteriormente, analisaremos a participação histórica das crianças ingênuas na cena histórica, buscando elaborar seu perfil dessas crianças, como a frequência de batismo, composição sexual, etária e racial, assim como mostrar a complexidade social do final do Brasil imperial, as redes de sociabilidade de determinado grupo e os arranjos familiares, levando em consideração, principalmente, as relações de compadrio. Cabe salientar que este estudo faz parte de um projeto maior, intitulado Gente negra no Nordeste oitocentista: arranjos familiares e redes de sociabilidade e tem como proposta investigar as vivências das pessoas negras do Oitocentos, observando as hierarquias sociorraciais, as relações de poder e as estratégias de resistência construídas por esses sujeitos sociais que viveram Oitocentos, propiciando um alargamento da compreensão das experiências sociais de pessoas comuns e extraordinárias na sociedade escravista.

MEMÓRIAS FLUVIAIS E MEMÓRIAS LITORÂNEAS DO IMAGINÁRIO URBANO PESSOENSE: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DA CAPITAL PARAIBANA

Alana Cavalcanti Cruz (UFCG)
alanaccruz@hotmail.com

O presente artigo, tem como objetivo compartilhar com a comunidade acadêmica, experiências de pesquisa da cidade de João Pessoa no estado da Paraíba, através das narrativas de seus antigos moradores. O nosso percurso temporal não seguiu uma sequência linear, pois de acordo com o formato que foi se delinenando nessa pesquisa, optamos por trabalhar com temporalidades distintas do século XX, entre os anos 1930 até os anos 1980, unidas pelo eixo temático " as vitrines do moderno" e as " sensibilidades urbanas". Portanto, esse trabalho tem o intuito de além de conhecer a João Pessoa dos moradores do entorno do Rio Sanhauá, quando esta localidade era a representação da vitrine do moderno e dos moradores litorâneos, antes e depois desse local se estabelecer como vitrine do moderno. Os depoimentos orais, sobre o cotidiano citadino pessoense conduziram o trabalho, bem como nos auxiliou na compreensão de algumas representações (CHARTIER, 1990) da vida na cidade de João Pessoa. Assim sendo, temos o intuito de contribuirmos com os estudos da historiografia paraibana, sem a pretensão de encerrarmos o debate, mas sim de encontrarmos novas possibilidades.

MISSÕES RELIGIOSAS NA PARAIBA COLONIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADE E PESQUISA

Raquel Roldan Mastrorosa (UEPB)
raquel.mastrorosa@gmail.com

O projeto de pesquisa, sob orientação do Professor Pós-Doutor Juvandi de Sousa Santos, tem como principal foco buscar por meio da historiografia os possíveis locais redutores de indígenas instalados na Capitania Real da Paraíba a partir de 1585, utilizando-se de atividades de prospecções e sondagens arqueológicas. Sabendo-se que muitos destes locais foram encobertos e que na historiografia paraibana ainda existem muitas lacunas, buscamos através da leitura e revisãode obras e documentos sobre a Paraíba no que tange este período, encontrar e localizar redutos e missões religiosas ainda não identificados. Desta monta, o pesquisador tem o dever não só de buscar dentre as bibliografias e fontes já utilizadas e consagradas como clássicas, mas também de revisar e buscar por

novas fontes, buscar por documentações no maior número de acervospossíveis, visitar e estudar locais que foi alvo desses redutos (se houver possibilidade de localização). Abrangemos então até que ponto as missões religiosas interferiram numa formação identitária para a Capitania Real da Paraíba e como tem se moldado as pesquisas. Dialogaremos também com estudos referentes à temática, como Lima (2008), Santos (2015) e Oliveira (2007).Palavras--chave: Capitania Real da Paraíba. Paraíba Colonial. Missões Religiosas.

NAS VEREDAS DO SERTÃO: HISTÓRIAS DE VIDA FAMILIAR DE ESCRAVOS NO SERTÃO PARAIBANO (VILA DE CATOLÉ DO ROCHA, 1830-1860)

Anicleide Sousa (UFPB)
cleidinhasousa19@hotmail.com

Este trabalho tem como tema de estudo a população escravizada que viveu na Vila de Catolé do Rocha no século XIX. A ideia de estudar esse grupo social surgiu, inicialmente, das inquietações e lacunas ainda presentes na historiografia brasileira sobre o interior do país, que durante muito tempo negou ou deu pouca relevância a existência física de mulheres e homens escravizados no sertão paraibano. Contrapondo-se a esta visão, com esta comunicação, destacamos dados demográficos históricos que mostram a presença escrava em Catolé do Rocha e também análises acerca das vivências de mulheres, crianças e homens escravizados, com foco nas suas relações familiares e sociais tanto com indivíduos de sua mesma condição quanto com livres e libertos/forros. Tal pesquisa tem como aporte teórico e metodológico a História Social e a Demografia Histórica, cujo pressuposto que considera população escravizada como sujeito histórico e com análises de fontes eclesiásticas (livros de batismo, de casamento, crisma e óbito); cartoriais (escritura de permuta, escritura de venda, livros de notas, procurações, cartas de alforria), e judiciários (testamentos e inventários) nos mostram ações de resistência ao sistema escravista, a exemplo do estabelecimento de relações parentais, como o compadrio, uma aliança espiritual que permitia a formação de redes de solidariedade para sobreviver em sociedade escravista do século XIX e no sertão brasileiro.

"QUE HISTÓRIA É ESSA?": INQUIETAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA PARAIBANA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

Flávio Carreiro de Santana (UEPB)
fla.carreiro@hotmail.com

Qual o lugar da história da Paraíba na formação profissional dos(as) nossos(as) futuros(as) professores(as) de história? Essa é uma problemática maior no jogo de outras inquietações sobre a relação entre identidade de lugar/origem e o conhecimento da história local paraibana. Nesse sentido, procuramos discutir a amostra de uma pesquisa realizada entre dois grupos discentes concluintes do Curso de História em Campina Grande-PB. Os resultados revelaram, grosso modo, uma frágil relação com a sua própria história local, cujo currículo escolar não possibilitou construir identificação no passado, mas que passou a ser (re)tomada enquanto experiência durante a maturidade e na lide do cotidiano acadêmico.

INSTITUIÇÕES INTELECTUAIS COMO ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

Josilene Pereira Pacheco (UFPB)
lenappacheco19@gmail.com

Maria das Graças Lins Antes (UFPB)
grace_antes@hotmail.com

Francisco Sávio da Silva (UFPB)
savioczpb@gmail.com

Nosso objetivo neste trabalho é discutir a importância de algumas instituições fundadas na Paraíba do século XX como espaço de sociabilidades de intelectuais. Nesse sentido, optamos por analisar a Academia Paraibana de Letras (APL), Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e Lions Clubs International – este último uma organização estrangeira com sedes em todo mundo. Dessa forma, nosso recorte temporal será concernente a primeira metade do século XX, momento de fundação de todas essas instituições: IHGP (1905), Lions Clubs International (1917) e APL (1941). Tal período foi importante para a formação intelectual e social nacional, com a inserção inclusive de ideias e movimentos internacionais, como podemos observar na presença do Lions Clubs. Para tanto utilizamos a documentação contida no Arquivo Maurílio de Almeida, fizemos visitas a APL e ao IHGP – incluindo os espaços eletrônicos mantidos por essas instituições – e analisamos documentos e a bibliografia sobre a temática. Buscamos, assim, compreender, tendo como aporte as discussões da História Social da Cultura, e ressaltar a participação de intelectuais nessas instituições,

como uma das formas de participar dos debates da época. Entre os documentos pesquisados estão correspondências oficiais das instituições (convites, documentos de solenidades, documentos dos processos de votações, entre outros), correspondências particulares trocadas entre alguns membros, fotografias dos eventos importantes e notícias publicadas em jornais paraibanos, que com as análises mostramos como os intelectuais construíam suas redes de sociabilidade – incluindo os relacionamentos familiares – e como se portavam perante seus pares e também os desafetos, tanto no contexto social quanto no cotidiano dessas instituições.

HISTÓRIA, MÚSICA E IDENTIDADE PARAIBANA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (UEPB)
brunogaudencioescritor@gmail.com

O objetivo desta comunicação é relatar a experiência do projeto: "A Paraíba em Canções: História, Música e Identidade Paraibana", desenvolvido com uma turma de treze alunos durante o ano letivo 2014.1, enquanto professor da disciplina de História da Paraíba II, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O projeto surgiu da necessidade de compreendermos as diversas representações musicais sobre a Paraíba e os paraibanos a partir da análise de cinco canções compostas e gravadas entre os anos 1950 e a primeira década do século XXI. Foram escolhidas as canções: "Meu Sublime Torrão", de Genival Macedo; "Paraíba", de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira; "Paraí-bá", de Cecéu; "Paraíba meu amor", de Chico César e "Paraíba Joia Rara", de Ton Oliveira. O projeto foi dividido em quatro momentos complementares: 1) Discussão do tema história e música: limites e possibilidades; 2) Apresentação de seminários; 3) Elaboração de artigos científicos; 4) organização e publicação de um livro-coletânea que levará o nome do projeto. Como conclusão compreendemos a diversidade de representações que as canções aqui citadas elaboraram sobre o estado da Paraíba e os paraibanos, bem como percebemos as múltiplas possibilidades constituídas na relação entre história, música e identidade local.

20/7 – Quarta-feira:

O PATRIMÔNIO E A IDENTIDADE CULTURAL: OS MUSEUS COMO ESPAÇO DE APROPRIAÇÃO E GUARDIÕES DE MEMÓRIA EM AREIA – PB

Andresson Araujo Gomes (UEPB)
2guerramundialhistoria@gmail.com

Este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa do PIBIC/CNPq 2015/2016, que tem como objetivo analisar os museus da cidade de Areia. Tomando os museus como lugares oportunos e adequados a valorização do patrimônio histórico e fixador de uma identidade cultural; e partindo do novo conceito de cultura (como sistema de significados que produz profundas mudanças em tudo que se relaciona), estamos inserindo uma perspectiva em que aborda os museus como centros indentitários que acumulam as funções de conferir valor e de definir a autenticidade a um lugar. Com isso analisamos as formas de apropriação dos museus da cidade de Areia-PB, através da percepção das comunidades de seu entorno e do público visitante desses espaços, fazendo uma contextualização com as histórias dos museus, através de um levantamento histórico (temporal e espacial) sobre o processo de criação e vivência dos mesmos, refletindo sobre a importância de visitar museus, considerando-os como guardiões da memória histórica e social da cidade de Areia.

NARRATIVAS DA PROVÍNCIA: MAXIMIANO LOPES MACHADO E A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE PARAIBANA

Alisson Deivison Silva Pereira (UEPB)
uepbalisson@gmail.com

O presente artigo se propõe a versar sobre o processo da escrita da história paraibana a partir das contribuições de Maximiano Lopes Machado, no que tange à construção de identidade paraibana. Esta, usualmente tratada por Paraibanidade, caracterizou o ser paraibano; mais que isso, criou um modelo único de identidade pertencente às populações da Parahyba do Norte, homogeneizando e anulando as diferenças daquela sociedade, plural pela sua natureza formativa. Partimos das perspectivas de que Maximiano arquitetou uma forma de se fazer a história local – tal como Von Martius o fez em relação ao Brasil -, como modo orientador dos seus consecutâneos e que chega aos nossos dias enfrentando a nominada "crise do sujeito" aventada por HALL (2006) e a conseqüente indeterminação das identidades coletivas. Assim, objetiva-se verificar os principais vieses da obra do renomado historiador no concernente à

criação da identidade local, num exercício amplo de aproximação ou distanciamento do protótipo defendido por DIAS (1996), processando as características de sujeitos aguerridos, autônomos, pacifistas, construtores de sua própria história e questionando-as frente aos episódios do contexto escolhido para sedimentá-las historiograficamente, no qual o comportamento de sua identidade entra em contradição com as práticas ou respostas aos diferentes episódios que definem a proposta da totalidade da História Paraibana. Para tanto, atenta-se para o processo de questionamento e desconstrução deste corpo imaculado pelo qual se define o ser paraibano, e que se auto desconstrói através do seu próprio cálamo. Este exercício de apropriação do discurso e revisão desta escrita contribui para o processo de construção da nossa história local, mesmo que em menor visibilidade, mas que consegue cooperar com fazer historiográfico, já que redige mais uma página da tão fragmentada história da Paraíba.

A CARACTERIZAÇÃO DO SERTANEJO E OS RETALHOS DA PARAIBANIDADE DO IHGP NA OBRA "O QUEBRA-QUILO", DE GERALDO IRINEO JOFFILY

Manoel Gomes Oliveira (UEPB)
netoconnect@hotmail.com

Dentre os diversos usos da história ao longo do tempo, está à construção de identidades, tendência presentificada desde a fundação do IHGB e replicada pelos institutos regionais. Deveria ser competência desses lugares de saber a identificação dos principais traços da cultura local, dos eventos históricos que pudessem dar sentido aos modos de ser de cada população. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano não falhou nessa missão, estipulando os acontecimentos relevantes na colonização do território da capitania da Paraíba para tal fim. Das páginas dos homens de letra da instituição surgiram os traços do povo paraibano, a demarcar sua identidade. O seguinte artigo propõe perscrutar como esse modelo de Paraibanidade está (ou não) contido na obra "O Quebra-Quilos – A revolta dos matutos contra os doutores", do escritor Geraldo Irineo Joffily. Nela, o historiador paraibano aborda outro sertão, fazendo uso do modelo colonial de regionalização dos espaços, no qual o centro seria a zona produtora de interesses metropolitanos. Joffily se coloca como um autor engajado nas lutas populares, que lhe permitem moldar uma ideia do sertanejo como um paraibano singular, que se diferencia do outro (o litorâneo) por ser dotado de aspectos ainda não abordados por outros autores. Nossa pesquisa faz uso do método comparativo, com ênfase nos detalhes da retórica joffiliana voltada à representação do sujeito sertanejo e de sua identidade. Os estudos de S. HALL e J. C. KAUFMANN

norteiam teoricamente a pesquisa, cujo cerne – a criação de identidades - ainda carece de estudos mais apurados, principalmente no concernente à historiografia paraibana. Palavras-chave: Historiografia. Paraibanidade. Sertão.

ESPAÇO E HISTÓRIA: O SERTÃO DA PARAÍBA NA NARRATIVA DE MAXIMIANO LOPES MACHADO.

Marines Cavalcante da Silva (UFPB)
marinesfreire@hotmail.com

A preponderância da produção acadêmica brasileira, balizada por acontecimentos, obras e autores quase que exclusivos do eixo Rio-São Paulo é o ponto de partida que justifica a realização do presente trabalho, carreado na necessidade de se conhecer e divulgar a cultura historiográfica local, específica da Paraíba e realizada pelos paraibanos. O presente trabalho tem com cerne a escrita emblemática de Maximiano Lopes Machado, um dos primeiros homens de letras a se dedicar à escrita de uma história paraibana, na qual se institui os rizomas do que KAUFMANN (1993) nomeou como arquitetura identitária. Tomando como ponto de partida de sua narrativa os eventos que demarcam a conquista dos territórios litorâneos da chamada capitania real, Machado se dedicou à demarcação da interiorização da capitania, legando para a posteridade a narrativa de um novo espaço denominado sertão. Ao tempo em que entendeu o sertão como extensão da conquista em si, Machado foi capaz de vislumbrar as especificidades regionais, constituindo tipos, culturas, demarcando nomes e eventos nesse sentido. Seu exercício, em nosso entendimento, e mesmo ao contrário das pretensões daquele historiador, demarcam uma identidade nova ao paraibano do sertão. A respeito do autor, é imprescindível evidenciar que, mesmo não sendo historiador de formação, aqui será tratado como tal, consoante o entendimento de FALCON (1996), IGLESIAS (1988) e KOSELLECK (2001), ao estabelecerem que o que dá forma a tal identidade é a autoconsciência de ter produzido ou tentado produzir um texto de História, bem como aquele que é reconhecido por tê-lo produzido. Uma incursão pelo seu fazer, pelas formas adotadas em sua narrativa, assim como pelo contexto de sua criação, reprodução e utilização que aqui se propõe representará um pequeno, embora não menos importante avanço no conhecimento da cultura histórica da Paraíba, em termos temporais, bem como da própria cultura historiográfica local. Palavras-chave: Historiografia. Identidade. Sertão.

HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA: DISCUTINDO MANOEL PEDRO CARDOSO VIEIRA

Julio César Pereira dos Santos (UEPB)
julio.chronos@outlook.com

O presente artigo buscará dialogar com a figura do paraibano Manoel Pedro Cardoso Vieira (1848-1880), enfatizando o seu local de destaque nos Oitocentos na província da Parahyba do Norte e no Brasil. Ressaltaremos também aspectos do seu percurso como homem negro livre, em diferentes setores da sociedade do período, sendo o mesmo participante das elites do século XIX. A partir de sua vida dialogaremos com conceitos referentes a História Local e sua importância para a formação ou reconstrução de uma identidade coletiva e individual. Outra possibilidade levantada é a utilização desse personagem, para se pensar a aplicação da lei 10.639/03 que, vem tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no Brasil, pensamos daí, então, a necessidade de refletir sobre o seu lugar de memória, para a historiografia paraibana aumentando-se os estudos referentes a homens e mulheres negras livres no estado.

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE: HISTÓRIA LOCAL, SABERES, LIVRO DIDÁTICO E PRÁTICAS DOCENTES

Vilma Lurdes Barbosa Melo (UFPB)
vilmaufpb@uol.com.br

A proposta desse trabalho se insere na abordagem da história local, com enfoque na história da Paraíba no contexto dos desdobramentos da Ditadura Militar no Brasil. É fruto de um trabalho de pesquisa, produção de materiais didáticos e formação de professores inserido no Programa Memória, Justiça e Direitos Humanos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB que destina-se a atender as demandas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e suas diretrizes. Neste sentido, corroborando com a implementação da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) que teve como finalidade a apuração das graves violações de Direitos Humanos entre 1946-1988, foi elaborado um livro didático para ser utilizado em quaisquer dos anos da Educação Básica, nele o enfoque é a ditadura e resistência na perspectiva de educar para que nunca mais aconteça. Tanto a repressão quanto a resistência estiveram presentes em vários municípios paraibanos, dentre esses a pesquisa, a produção do livro e a formação de professores enfocam aqueles que apresentaram acontecimentos marcantes durante a ditadura militar, são eles: Areia, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do

Rocha, João Pessoa, Rio Tinto e Sapé. A nossa proposta é apresentar, refletir e compartilhar a experiência da pesquisa, produção textual (livro didático) e formação continuada dos professores dos citados municípios, segundo os pressupostos da história local e seu ensino.

NAS TRILHAS DOS POTIGUARA E DOS TABAJARA: REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA (1996-2015)

Myziara Miranda da Silva Vasconcelos (UFPB)
myziaramiranda@yahoo.com.br

A sanção da lei 11.645, em 10 de março de 2008, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, tem fomentado inúmeros debates acerca de sua implantação, principalmente, no tocante à formação docente e à produção de materiais didáticos pertinentes. Geralmente, estes materiais apresentam distorções e informações equivocadas a respeito da história e da cultura dos diferentes povos indígenas do Brasil, contribuindo para o reforço de imagens estereotipadas e preconceituosas. Acreditamos que o ensino de história local pode contribuir para superar este enfoque superficial e reducionista acerca dos indígenas, uma vez que permite a constituição e difusão de uma dada memória, a reconstrução das identidades individuais e coletivas e a percepção das semelhanças e diferenças sociais e culturais. Em outras palavras, o ensino de história local fornece o conhecimento de múltiplas experiências históricas e o reconhecimento das diversas identidades que compõem a sociedade brasileira. Neste contexto, a pesquisa ora apresentada enseja investigar as representações dos povos indígenas nos materiais didáticos de história local, especificamente aqueles que contemplam a História da Paraíba. Neste trabalho, nos dedicamos à análise dos livros didáticos de história destinados aos alunos do 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental, visando a perceber como os povos indígenas habitantes do Estado da Paraíba vêm sendo representados nos materiais publicados antes e depois da lei 11.645/2008.

PRODUZINDO SABERES, NOS SABORES E CHEIROS DA GASTRONOMIA PARAIBANA: LEITURA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL EM CAMPINA GRANDE-PB E AREIA – PB NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

José Evanilson Freitas Lima (UEPB)
evanilson.freitas@hotmail.com

A relevância desse trabalho deve-se ao fato de destacar a importância do alimento e do gosto alimentar que passa a constituir como categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Nesse sentido é a partir da preservação do patrimônio material e imaterial das cidades de Campina Grande e Areia-PB, considerando os pratos tradicionais como um bem cultural uma vez que os mesmos ajudam na preservação da memória gastronômica de ambas as cidades. Sendo assim, nosso intuito foi de despertar a relevância da gastronomia enquanto espaço de produção do conhecimento e os lugares de identificação dos cheiros paraibanos a partir da cozinha, tendo em vista que tomamos esses ambientes enquanto locais de produção da nossa história local. Dessa forma, percebemos a necessidade de trabalharmos e refletirmos a importância da gastronomia e da preservação do patrimônio imaterial. Para realização de nossa pesquisa partimos dos estudos bibliográficos de Silva (2011), que discute com os conceitos de Patrimônio material e imaterial, e de Koerich (2014), a qual narra à história da alimentação, além do aporte teórico de Hall (2004). Nossa metodologia parte de pesquisas de campo e do respaldo da internet, através de blogs e sites, que abordam a trajetória dos restaurantes e seus respectivos funcionamentos e principais pratos oferecidos por esses estabelecimentos.

ST2 - HISTÓRIA QUE SE VÊ: A VISUALIDADE NA PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenação: Profa. Ma. Keliene Christina da Silva (Rede Municipal de Ensino de João Pessoa) e Prof. Me. André Fonseca Feitosa (UFPB)

kelienechristina@gmail.com
andre.tokyo@gmail.com

A produção historiográfica que trabalhou com expressões plásticas do passado reconhece as especificidades e os desafios implicados para os historiadores que buscaram na interdisciplinaridade soluções para satisfazer metodologicamente seus objetos de estudo. Ao longo do tempo os sujeitos históricos expressaram experiências e ideias de maneira visual, para comunicar e transmitir informações. A aura de realismo da fotografia ou do cinema, por exemplo, longe de serem vestígios que falam por si mesmos, carecem de instrumentos adequados para que o historiador não sucumba às tentações do efeito de realidade dessas produções; imagens não tão verossimilhantes, no entanto, podem ser também sedutoras e conter perigos para uma leitura que objetiva maior acuidade histórica. Para o ensino de história o uso de imagem também precisa de tais cuidados. A imagem pode ser mais que um simples atrativo para transmissão de conteúdos históricos: professor e aluno podem juntos construir olhares diferenciados sobre as produções culturais ao longo da história humana, permitindo identificar sua historicidade e problematizar os discursos visuais do presente como novelas, cinema, quadrinhos, *memes* de internet, dentre outros. Neste Simpósio Temático os participantes poderão compartilhar reflexões e experiências no âmbito da pesquisa e ensino em História a partir de fontes e/ou de recursos de linguagem visual ou audiovisual. Portanto, este será um espaço de diálogo para problematizar as diversas formas de expressão imagética a partir de um olhar historiográfico que objetiva o ensino ou a pesquisa calcado naquilo que é particular às imagens. A interdisciplinaridade será bem vinda em trabalhos que se relacionem às mais diversas áreas como Cinema, Televisão, Jogos, Quadrinhos, Artes Plásticas, Fotografia, dentre outros.

Sexta-feira, 22/7:

O CASO ALAGAMAR NOS QUADRINHOS PARAIBANOS

Regina Maria Rodrigues Behar (UFPB)
rmrbehar@uol.com.br

O trabalho aqui apresentado busca discutir a importância dos quadrinhos como documento para o ensino e pesquisa em história. O tema será discutido a partir da obra do quadrinista Henrique Magalhães, criador da personagem Maria, criada em 1975 por Magalhães, e especificamente a análise do número 5 de sua revista Maria, datada de 1980 na qual problematiza um acontecimento histórico local, a luta dos camponeses de Alagamar. A obra problematiza não apenas o caso específico, mas propõe, a partir da linguagem dos quadrinhos, uma reflexão sobre a questão agrária no Brasil. Considerando os debates políticos do período, Alagamar, também aborda a censura que se voltou contra aqueles que denunciavam a violência no campo. Esse material, tratado como documento produzido no âmbito de uma linguagem artística, debate com a historiografia e pode ser produtivamente utilizado como material didático no ensino de História.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS E ABORDAGENS

Keliene Christina da Silva (PMJP)
kelienechristina@gmail.com

A abertura do conhecimento histórico proporcionada pela Escola dos Analles refletiu também no campo da educação. A partir do momento em que toda produção humana passou a ser de interesse dos historiadores, a renovação no campo da pesquisa atingiu as salas de aula. As aulas de história, consideradas enfadonhas e decorativas, tiveram o acréscimo de outros veículos para pensar o conhecimento histórico, como o cinema, a fotografia, música, entre outras. Entre elas, uma linguagem nos chama a atenção em especial: as histórias em quadrinhos. Recentemente, tem se observado uma quantidade significativa de estudos acadêmicos sobre os quadrinhos, assim como sua crescente presença tanto nos livros didáticos quanto nas listas do PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola). O presente artigo discute as possibilidades didáticas que as histórias em quadrinhos apresentam, buscando, através delas, propor abordagens para o ensino de história, tendo como foco a ressignificação dos conteúdos curriculares através da produção do aluno.

CINEMA E HISTÓRIA: USO DE FILMES NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Luiz Araújo Ramos Neto (UFPB)
luizaraujoramosneto@gmail.com

Este trabalho, é oriundo de pesquisas realizadas através do Programa de Licenciaturas da Universidade Federal da Paraíba (PIBIC/UFPB), no projeto intitulado Cinema e História: Uso de filmes no ensino de história, sob a orientação do professor doutor Paulo Roberto de Azevedo Maia vinculado ao departamento de História da UFPB. O presente trabalho nasceu da constatação de que a popularização do cinema na sala de aula não significou, necessariamente, um avanço em termos pedagógicos. Os filmes usados como ilustração de um tema ou mesmo como conhecimento em si são estratégias que pouco contribuem para a formação crítica do aluno, pois não geram reflexão, ao contrário, estimulam a uma visão estática da história onde a dinâmica da aprendizagem se esgota em verdades prontas, não representando momentos de construção de conhecimento. Cabe ao professor de história fazer o papel de mediador entre o aluno e o filme, demonstrando como esse é também um produto histórico, cujas "verdades" devem ser relativizadas já que são construções imagéticas. A pesquisa teve como objetivo maior fazer uma reflexão sobre a utilização de filmes nas aulas de história nos níveis fundamental e médio no intuito de propor estratégias de ensino, para tanto, nossa metodologia partiu inicialmente do conhecimento da bibliografia específica da cinema/história/ensino. Em seguida, para descobrir o perfil do grupo de professores de história em relação ao cinema, foi realizado um questionário aos professores de história de escolas públicas da cidade de João Pessoa: E.E. Prof. Olivina Olivia Carneiro da Cunha; E.E.E.F.M. João Roberto Borges de Souza e E. E. E. F. M. Escritor José Lins do Rêgo, afim de descobrir a relação estabelecida entre os docentes e o cinema, bem como também de avaliar o papel do mesmo no planejamento escolar (avaliando também o preparo dos professores e as dificuldades encontradas ao empregar o material audiovisual). Posteriormente, foi realizado um levantamento de materiais especializados, didáticos e paradidáticos para a avaliação de suas propostas de uso de filmes nas aulas de história, e ao final, após coletados todos os dados, uma nova proposta didática mais adaptável a realidade dos docentes relacionada ao uso de filmes no ensino de história foi realizada.

OS RETIRANTES: UM NOVO OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOB A OBRA DE CÂNDIDO PORTINARI

Felipe Cardoso (UFCG)
fecardoso92@icloud.com

Este presente trabalho tem por finalidade apresentar um projeto executado em sala de aula com alunos de ensino médio da rede privada de ensino de Campina Grande – PB. Durante os meses que vivenciei minha primeira experiência como professor na disciplina de História desenvolvi alguns projetos. Contudo, retificarei uma atividade específica realizada em sala de aula, onde foi feita uma abordagem sobre a seca no Nordeste brasileiro e seus impactos. Como fonte privilegiada utilizamos o quadro Os retirantes de Cândido Portinari. Estabelecerei ao longo deste relato profissional minha busca em desenvolver no alunado a capacidade não só de admirar obras artísticas, mas de construir olhares diferentes sobre tais produções e, desenvolver também a sensibilidade de compreender que a obra artística-cultural possui uma historicidade a ser discutida e problematizada. Foi utilizada como fonte secundária o documentário Retratos da seca produzido pelo SENAR/FAERN no ano de 2013 que problematiza a seca de 2012, considerada a maior do Nordeste dos últimos 30 anos.

A MEMÓRIA REVOLUCIONÁRIA DE PRINCESA ISABEL ATRAVÉS DO AUDIOVISUAL

André Fonseca Feitosa (UFPB)
andre.tokyo@gmail.com

Este trabalho apresenta o andamento da pesquisa sobre cultura audiovisual sobre o município de Princesa Isabel na Paraíba através de projeto de pesquisa fomentado pelo Programa de Apoio Institucional à Pesquisa fomentado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Uma das etapas da pesquisa é a análise da produção audiovisual sobre o a cidade de Princesa Isabel, incluindo seu passado revolucionário ligado à Revolução de 1930 quando se declarou independente do Governo Federal por atuação de José Pereira. Apresentaremos dados preliminares verificados na identificação de produções audiovisuais que reproduzem a memória desse passado específico do município, mostrando quais os filmes identificados sobre esse passado histórico e que tipo de memória eles constroem e como o representam – entendo que o conteúdo histórico propriamente dito é ligado a uma rede de sentidos que vai além do mero conteúdo histórico, mas na construção de tradições, mitos de

origem e a própria estética do tipo de fonte analisada. Palavras-chave: História. Revolução de 1930. Princesa Isabel.

A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO DE ENSINO: A ESCOLA NOVA E O DOCUMENTÁRIO A EXPERIÊNCIA DE ISABEL EM ESCOLAS EXPERIMENTAIS

Victor Braga Gurgel (UFPB)
victorbragag@gmail.com

Este estudo tem origem numa pesquisa intitulada "Mudanças no processo de ensino: o jeito de ser das escolas experimentais", realizada no ano de 2015, vinculada ao PROLICEN 2015, da Universidade Federal da Paraíba. Tem como objetivo refletir sobre o processo de produção do vídeo-documentário "A experiência de Isabel numa escola experimental" que, em sua feitura, valeu-se de contribuições da História, da Pedagogia e da Comunicação Social, realizadas como um projeto interdisciplinar, tal qual defendido por Fazenda (1999). O vídeo, em alguns cursos de licenciatura da UFPB, está sendo utilizado como material de suporte às aulas de Didática, introduzindo a discussão sobre a maneira metodológica da abordagem de ensino da Escola Nova. Isabel Sofia, freira que nomeia a produção, é portuguesa. Sua trajetória de vida é retratada, juntamente com a influência do método experimental para as ações do ensino construtivista dos dias de hoje. As fontes de pesquisa para a produção do documentário foram variadas, seguindo as recomendações metodológicas indicadas por Gil (1999); Ferreira e Amado (1998); Marconi e Lakatos (2010) e Comparato (2000). A análise, por tratar de uma produção interdisciplinar, faz-se mesclada ora por aspectos estritamente históricos, ora por detalhes cuidados pela Comunicação Social, sem esquecer que o objetivo do trabalho tem como alvo a formação inicial de futuros professores, o que faz esta uma investida pedagógica. O caminho interdisciplinar, aqui vivenciado, comprova a necessidade da superação dos muros disciplinares, num eterno esforço de interligar cada parte estudada por uma determinada ciência ao todo, dando sentido às Ciências Sociais.

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NAS TELENOVELAS

Roberta Araujo Melo (UFCG)
robertaraujo_melo@hotmail.com

A telenovela sempre ocupou um lugar de destaque nos lares brasileiros, famílias inteiras param pra assistir as grandiosas produções, que segundo muitos telespectadores "é o retrato da vida real". Será que é mesmo? Neste trabalho pretendemos analisar as representações do negro nas telenovelas, também pretendemos discutir os reflexos das ações afirmativas na teledramaturgia brasileira. Nessa perspectiva faremos um comparativo entre produções anteriores as discussões sobre as cotas raciais e produções posteriores a essas discussões. Na tentativa de identificar as mudanças na maneira de se representar o negro nas telenovelas brasileiras a partir das discussões sobre as cotas raciais.

ST3 – HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NA PRÁTICA E FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR/A DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Coordenação: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB)
waldecifc@gmail.com

Em 2003 foi promulgada a lei 10.639/003, e em 2008 a lei 11.645/008. A partir de então as escolas da educação básica da rede pública e particular de ensino de todo país passaram a ser obrigadas a inserirem no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. No entanto, essa questão ainda entra na escola no contexto da discussão acerca da diversidade, o que é louvável dado este aspecto está na composição do Brasil em todos os aspectos. Portanto, o propósito do ST é congregar pesquisadores/as, professores/as de história cujos trabalhos discutam sobre a formação do/a profissional de história e os conteúdos da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, a sua prática pedagógica com esses conteúdos, os recursos e linguagens que os profissionais recorrem para ensinar tais conteúdos, as abordagens recorrentes e os desafios da sua implementação no currículo escolar.

19/7 – Terça-feira:

O PROTAGONISMO INDÍGENA PARA A HISTÓRIA DA PARAÍBA

Jean Paul Gouveia Meira (UFPA)
jeanpaulgmeir@gmail.com

Este texto tem como objetivo refletir acerca da carência de materiais e produção didática sobre a história dos povos indígenas na Paraíba, seja para a formação continuada de educadores na rede de ensino básico, seja para o próprio ensino da história local na formação de alunos que frequentam os níveis fundamental e médio. Ao longo deste estudo, constatei que, após oito anos da implementação da lei 11.645/2008, houve pouco avanço tanto na produção de materiais didático, quanto no aperfeiçoamento da formação continuada dos professores acerca da importância do protagonismo indígena para o entendimento da história dos povos indígenas e a formação da identidade local paraibana. Além disto, verifiquei que a escassa produção textual e pedagógico ao longo destes oito anos,

contendo livros didáticos, e artigos publicados, reforçou o silencio dos indígenas Potiguara e Tabajara como protagonistas da história da Paraíba.

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA NA TRAMA DA NARRATIVA HISTÓRICA DOS POVOS KIRIRI

Ane Luise Silva Mecenas Santos (UNISINOS)
anemecenas@yahoo.com.br

Tudo começou em um dia de caça. Nos caminhos do sertão, um índio saiu para o mato, empunhando seu arco e sua flecha. Ele era um índio Kiriri e naquele tempo, os índios moravam no lugar distante, chamado Igreja velha. Sem encontrar a caça, o índio andou pelas bandas do riacho da serra, até que viu outro índio acocorado, com as duas mãos estendidas. Pensando se tratar de uma caça, o Kiriri atirou-lhe uma flecha, que acertou uma das mãos. Mas o nativo continuou acocorado, vivo, inabalável. O guerreiro Kiriri então atirou-lhe outra flecha, que por sua vez acertou a outra mão. Com as duas mãos ensanguentadas, o índio acocorado revelou-se como o deus Tupã. Ao perceber que se tratava da presença de Tupã, o índio o levou para a igreja velha, para que pudesse existir o culto dos demais nativos. Eles então construíram um tenda para abrigar o deus Tupã e tornar possível o culto. Mas, para surpresa de todos, no dia seguinte, Tupã não estava na tenda. Todos saíram a sua procura e o encontraram nas imediações do riacho da serra, onde estava anteriormente. Os kiriri o levaram novamente para a igreja velha, mas a cena se repetiu durante alguns dias. Diante do impasse, o povo Kiriri decidiu seguir a vontade de Tupã e mudaram a sua aldeia para as bandas do riacho, fundando Mirandela. Um dia, apareceram os jesuítas na aldeia. Eles logo fizeram amizade com os índios e viram a imagem viva de Tupã. Impressionados, os jesuítas pegaram Tupã vivo e levaram para o Vaticano, onde está até hoje. No lugar, trouxeram uma imagem de barro, parecida com Tupã, mas não era viva. Essa é a imagem de Jesus Ressuscitado, deixado na igreja nova de Mirandela. E Tupã está no Vaticano! Essa é a síntese de uma das impressionantes histórias narradas pelos índios da aldeia de Mirandela, no município baiano de Ribeira do Pombal. Liderados pelo cacique Cristiano, os Kiriri buscam narrar o seu passado como estratégia de reafirmação identitária e, certamente, constitui uma instigante leitura da história na sua perspectiva inversa, como bem salientou Edward Thompson, “a história vista por baixo”. Esse trabalho apresenta a proposta de valorizar a experiência histórica do povo Kiriri, por meio da construção de instrumentos de preservação e divulgação das narrativas históricas em suporte digital. Isso se torna relevante para o povo, que terá a sua disposição mais instrumentos que podem ser utilizados nas escolas e na própria comunidade

como alicerce para o fortalecimento de sua identidade cultural, como também para promover a visibilidade de seu olhar acerca do passado.

CULTURA MONOLÍTICA, IMAGENS CRISTALIZADAS: QUESTÕES DA DIVERSIDADE INDÍGENA NO BRASIL

Daniel Santana (UFPB)
master-splinter-dsk@hotmail.com

Compreender os lugares dados aos povos indígenas dentro do que chamamos como pensamento social brasileiro e todo o caráter generalizante que está impregnado neste conjunto não é uma tarefa fácil. Principalmente porque as linhas de raciocínio que montam a estrutura deste 'lugar indígena' na memória (ou poderíamos dizer, imaginário) constroem-se em situações históricas específicas nos mais variados contextos políticos que o atual Brasil passou: o período de construção da América Portuguesa e a formação da administração colonial portuguesa nestas terras e todo o seu aparato jurídico-institucional que buscou controlar o conjunto social daquele contexto; o período Imperial, que reafirmou grande parte da estrutura deste modelo (como tratar da questão dos 'índios remanescentes' na sociedade imperial) anterior, mas com algumas mudanças (como no caso da tutela destes povos e na assimilação deste à ordem político-social vigente); e nos mais diversos momentos históricos desencadeados a partir do início do século XX, desencadeando na constituição de 1988 que garantia direitos fundamentais (e primordiais) para os povos originários do Brasil. As diversas contradições, rupturas, continuidades e transformações dos regimes políticos sofridos ao longo de 500 anos mudaram diversas vezes o rosto social brasileiro no que tange sua organização social, desembocando numa sociedade marcada pela exploração do trabalho, pela quase absoluta não-participação de certos setores da sociedade na máquina político-administrativa do Estado e na ferida aguda e em constante sangramento, que se atualiza a cada situação histórica, que é a desigualdade social. E tudo isso aponta para um indicativo interessante para a formação deste pensamento cristalizado acerca da população indígena na contemporaneidade ou na história de um modo geral, que têm por consequência o espectro cultural estereotipado que permeia grande parte do imaginário social deste sujeito histórico – as vezes confundido (socialmente falando) com a grande massa pobre da população. Posto isto, a proposta desta comunicação terá como justificativa apresentar alguns pontos sobre o problema da representatividade indígena no imaginário social brasileiro e apontar, através de estudos de caso dos Potiguara da Paraíba, questões acerca da multifacetada realidade dos povos indígenas no Brasil.

A HISTÓRIA DOS POVOS NATIVOS DA AMÉRICA EM LIVROS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA PARAÍBA

Sara Kelly Souza Silva (UFPB)
sarahist14@gmail.com

Este estudo tem como objetivo relatar os resultados do projeto "Análise de livros didáticos e compilação de fontes para o ensino de história da América anterior à conquista europeia", vinculado ao Programa de Licenciaturas (Prolicen) da Universidade Federal da Paraíba. O trabalho se propôs a interpretar criticamente o tratamento dispensado aos povos nativos da América nos livros didáticos da rede pública de ensino do município de João Pessoa e da rede estadual da Paraíba, analisando as narrativas, imagens, atividades, sugestões de pesquisa e outros recursos. Os livros didáticos analisados ao longo deste projeto são compostos em coleções para o Ensino Fundamental II. Em geral, os livros do 6º ano trazem conteúdos sobre o povoamento inicial da América e algumas considerações sobre os descendentes desses povos. Os livros que mais se destacaram pelos conteúdos de História indígena, porém, foram os do 7º ano. Nos livros analisados, encontramos discussões dialéticas sobre a história dos povos nativos da América e as populações indígenas atuais. Nesse sentido, dissertam sobre a diversidade dos povos nativos, as organizações políticas, a cultura, etc. Nessa comunicação, trataremos também de refletir sobre a necessidade de potencializar a consciência histórica através do ensino de História, a fim de contribuir na reflexão relacionada à superação do etnocentrismo na historiografia e na construção da história e de seu ensino, incluindo aqui debates sobre a relação com o Estado brasileiro, cidadania e luta indigenista.

O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA AFRICANA E INDÍGENA NO CURRÍCULO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR GERALDO COSTA

Maria de Fátima de Sales Silva (UEPB)
mariaslv330@gmail.com

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa intitulado O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Currículo da Escola Municipal de Ensino Professor Geraldo Costa, na qual se buscou fazer uma análise do currículo escolar, e nele identificar a inclusão dos temas que prever as leis 10.639/003 e a 11.645/008, ou seja, buscar na pratica pedagógica de

professores/as ações afirmativas que tratem a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena de forma a valorizar as multiculturalidades expressas na sociedade e refletidas na escola e diante disso possibilitar aos discentes se reconhecerem. Além disso, mapearam-se as práticas dos/as professores/as, no sentido de identificar os percalços e as dificuldades no trato com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na sala de aula. É possível observar a importância da lei 10.639/03 nesse contexto, uma vez que possibilitará o estudo crítico da cultura afro-brasileira e indígena, transformando o currículo monocultural em um multicultural.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DESEMBARGADOR SEVERINO MONTENEGRO-ALAGOA GRANDE-PB

Luis Carlos Oliveira Silva (UEPB)
luladedonaines@hotmail.com

Os debates em torno da efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena vêm tomando proporções cada vez maiores, sobretudo, porque proporciona uma educação democrática e multicultural. Assim, pensar numa escola multicultural que priorize a diversidade é agir em direção a valorização das culturas e dessa maneira discutir nas suas práticas questões pertinentes que dissemine contextos que por muito tempo foram marginalizados, como é o caso da cultura afro-brasileira, africana e indígena. Portanto neste trabalho discutimos as práticas pedagógicas de professores (as) na Escola Municipal Desembargador Severino Montenegro – Alagoa Grande/PB. O objetivo da pesquisa é identificar práticas pedagógicas de professores (as) com enfoque na temática afro-brasileira, africana e indígena. Como forma de coletar os dados visitamos a escola, analisamos as relações professor(a)/aluno(a), entrevistamos professores (as), dialogamos com os (as) funcionário (as) e pesquisamos na biblioteca livros que abordam as temáticas étnicas. Assim, também analisamos outras pesquisas que discutem as questões afros e indígenas e que dialogam com a nossa pesquisa, como por exemplo, ROCHA (2012) CANEN, XAVIER (2010) visto discutirem a formação inicial e continuada de professores/as e a relação com o multiculturalismo como forma de vencer os desafios da diversidade na escola. Outro referencial importante é RIBEIRO, GONÇALVES (2014) ambos abordam várias questões entre elas o conceito de cultura afirmando que esta não é unilinear, mas multilinear, ou seja, ha inúmeras culturas no contexto social em que vivemos. Portanto, em meio a essas questões a pesquisa apresenta alguns resultados importantes, como por exemplo a falta de

coletividade que existe entre os docentes da escola, falta de projetos durante todo o ano letivo, porém, mesmo assim, podemos identificar trabalhos de alguns professores (as), mesmo que de forma individual, como é o caso de docentes que trabalham com a literatura, e com vídeos documentários. Palavras-chave: Lei n.10.639/03 e Lei nº 11.645, práticas pedagógicas, multiculturalidade.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AS LEIS 10.639/003 E 11.645/008 COMO ELEMENTOS DE IDENTIDADE E RECONHECIMENTO NA ESCOLA ENÉAS CAVALCANTE

Leonardo Sousa da Silva (UEPB)
iamleonardo28@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo tornar público os resultados parciais da pesquisa realizada na Escola Enéas Cavalcante, situada na cidade de Alagoa Grande – PB, onde estão sendo estudadas as práticas docentes dos profissionais dessa instituição com a finalidade de perceber quais mecanismos são por eles utilizados, ou não, para a prática de uma educação para as relações étnico-raciais, conforme orientam as Leis 10.639/003 e 11. 645/008. Por meio de entrevistas ao gestor e aos professores, das observações do ambiente escolar e dos livros paradidáticos buscamos perceber como os (as) professores (as) e gestor (a) escolar comportam-se perante a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Foram utilizadas pesquisas de ANDRADE & BARRETO (2013), MARTINS (2013), PAIVA (2012), RIBEIRO; GONÇALVES & CARDOSO (2012), com a finalidade de compará-los ao nosso estudo e perceber as semelhanças e discrepâncias. Até o momento atual da pesquisa foi percebido que na escola os alunos tem fácil acesso aos livros enviados à escola pelo MEC, que os professores desenvolvem parcerias para se trabalhar a cultura local e que há conhecimento sobre o que as leis 10.639/003 e 11.645/008 dizem, porém as mesmas são mal interpretadas, entendem os professores que os alunos negros não se valorizam e que é dos mesmos esse papel.

LEIS 10.639/003 E 11.645/008: CONTEXTO E PRÁTICAS NA ESCOLA JOAQUIM CLEMENTINO DA SILVA FREIRE – ALAGOA GRANDE-PB

Cilene de Sousa Agostinho (UEPB)
ciilenee@hotmail.com

O presente trabalho faz um mapeamento ainda que parcial das práticas docentes relacionadas aos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e

Indígena na Escola Municipal Joaquim Clementino da Silva Freire e nele destacamos a efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Analisamos se os conteúdos demandados por estas leis estão sendo trabalhados ou não por professores/as, que materiais didáticos são utilizados, e que metodologias são desenvolvidas em sala de aula. A metodologia da pesquisa consistiu inicialmente em observação das práticas docentes na escola, analise do PPP, no sentido de perceber se aborda as leis em questão, observação do ambiente escolar o que possibilitou a construção de um diagnóstico da escola e a realização de entrevistas com professores (as). Paralelo foram realizadas leituras de trabalhos que discutem a temática étnico-racial, o que nos levou a dialogar com Canen & Oliveira (2002), Carmo Pataxó & Pereira (2013), Carvalho (2008) e Sahb (2008). As discussões desses pesquisadores/as nos ajudaram a fazer as relações com a realidade encontrada na escola espaço da pesquisa, principalmente com as abordagens dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena presentes nas práticas docentes.

20/7 – Quarta-feira:

DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM CABEDELO

Vanuza Diniz Targino (UFPB)
vanusadiniztargino@hotmail.com

A presente pesquisa buscou analisar o processo de implementação da Lei 10.639/03 no município de Cabedelo, no período de 2014 a 2015. Conduzimos nossos estudos através das concepções de Flores (2006), Gomes (2012) e Cavalleiro (2001), que tratam da questão do ensino de História e da educação étnico-racial na educação básica. Buscamos conhecer nosso objeto de pesquisa, analisando a organização dos encontros de formação continuada para professores, que ocorreram nos anos de 2014 e 2015, e as comemorações do Dia da Consciência Negra no município. Para construirmos a narrativa sobre o objeto, realizamos uma pesquisa nos meios de comunicação, como: internet, Site e facebook; utilizamos registros fotográficos das atividades desenvolvidas na Semana da Consciência Negra nas escolas da rede municipal, como também, analisamos o material de divulgação dos eventos da Semana da Consciência Negra em Cabedelo. Ao analisarmos todas as fontes, podemos perceber que a Lei Federal 10.639/03 está sendo trabalhada no município mais efetivamente no

período do ano que antecede ao dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), sendo pouco debatida em outros períodos do ano. Identificamos que as atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas durante a semana de 20 de novembro, enfatiza principalmente as heranças culturais e artísticas, como a dança, a música e as comidas típicas, com pouco ênfase ao debate sobre a problemática atual dos afro-brasileiros, como o racismo, a mortalidade do jovem negro e as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho. Concluímos que Cabedelo conquistou avanços significativos na implementação da Lei, como também, têm disponibilizado espaços importantes para o debates das questões étnico-raciais, no entanto, pode avançar ainda mais na promoção de uma educação que ofereça as condições necessárias, para que negros e não negros construam sua identidade de forma positiva.

APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 COMO UM VEÍCULO PARA COMBATER O RACISMO, O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA NAS SALAS DE AULA DO BRASIL

Janaina Vicente da Silva (UEPB)
jane_vsilva@hotmail.com

Neste trabalho discorreremos, brevemente, sobre o que é racismo, preconceito e discriminação em relação às pessoas negras. Direcionaremos nossa escrita para esclarecer como estas ações, ainda, têm acontecido no universo escolar. Assim como, utilizaremos a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino, nas escolas do Brasil, do estudo da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e da importância dos negros na formação da sociedade nacional. Temos o propósito de incentivar brasileiros(as), de maneira geral, e de modo mais específico, professores(as) e alunos(as) a abordarem, cada vez mais, a história da população negra e o quanto esta foi (e, ainda, é) significante para a história do nosso país. Trataremos, ainda, do fato de que a falta da aplicação desta Lei nas escolas brasileiras tende a ocultar o racismo, o preconceito e a discriminação que, ainda, existe na sociedade e impede que as pessoas conheçam sobre as influências positivas da cultura africana no nosso cotidiano. Sendo assim, nossa proposta é registrar o quão importante é o respeito ao outro e de como é necessária a aplicação da Lei 10.639/03 nas escolas deste país.

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Graziella Fernanda Santos Queiroz (UFPE)
graziequeirozgago@gmail.com

Manoel Caetano do Nascimento Junior (UFPE)
manoel_nascimento01@hotmail.com

A História da África é marcada por estereótipos criados pelo caráter único e eurocêntrico de se contar História através de abordagens derivadas de séculos passados que marcam não só os africanos, como também pessoas e práticas culturais com sinais de suas diásporas. Desse modo, o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana contribui para desmistificações de imagens errôneas sobre povos e descendentes deles, como também para o respeito à diversidade cultural através de ressignificações de identidades e memórias apoiadas em abordagens de caráter interdisciplinar e contínuo na sala de aula. Assim, através da experiência do Estágio Supervisionado III, onde lecionamos em nonos anos do ensino fundamental na Escola Estadual de Paulista (região metropolitana do Recife) – respectivamente turma e escola-campo do PIBID de História da UFPE o qual fazemos parte –, uma sequência didática foi planejada e executada para essa temática. Aparados por metodologias formativas, conduziremos o relato desta experiência conversando entre seu conceito e a sua aplicabilidade na escola. Contribuem para essa discussão HERNANDEZ (2008), MUNANGA(1988), DIOP(1983) e BITTENCOURT(2011).

DA SENZALA PARA IGREJA: OS FIOS E RASTROS DA HISTÓRIA E MEMÓRIA QUILOMBOLA CONHECIDOS PELA PRÁTICA PEDAGÓGICA ENTRE DOCENTE E DISCENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PIRATININGA EM BACABAL-MA

Jucilane de Sousa Carlos (IFMA)
jucilane.carlos@ifma.edu.br

"Da senzala para igreja: os fios e rastros da História e Memória Quilombola conhecidos pela prática pedagógica entre docente e discentes na Comunidade Quilombola de Piratininga em Bacabal-MA" propõem desconstruir a ideia de pesquisa formalizada em publicações impressas e utilizada unilateralmente como fonte escolar, para o aluno construir o conteúdo usando a memória de quem viveu ou herdou as lembranças dos meandros sociais. Como Prof. de História mais dez alunos do Ensino Médio Técnico do Instituto Federal de Educação-

IFMA/Bacabal, aguçamos a percepção e sutiliza sobre os conhecimentos divulgados e o real na Memória da História Quilombola em Bacabal-MA. A comunicação pedagógica da História e Cultura Africana e Afrobrasileira além de símbolos comemorativos, mas práticas pedagógicas unindo docentes, discentes, sociedade e produção acadêmica crítica e democrática, rumo a pesquisa, extensão e produção de material didático fomentaram o trabalho - Memórias e Origens das Comunidades Quilombolas de Bacabal-MA. Sob instruções para pesquisa, a equipe entrevistou os moradores mais antigos, com respaldo da História Oral. Identificamos as motivações da vinda dos fazendeiros donos de escravos, as relações com senhor e escravo, mudança da fazenda de escravo para Quilombo, o processo de libertação dos escravos, a ocupação dessas terras e conflitos gerados pelas invasões, os desafios para manutenção da cultura afrodescendente e as relações com a área urbana do município de Bacabal. Conseguimos acervo impresso como poemas, monografias e outros, e fotografamos objetos herdados da remota e indesejada escravidão, de espaços e prédios que traduzem a temporalidade dos acontecimentos que constroem a identidade de Piratininga. Com a leitura do material impresso a equipe cruzou informações: sentimento de negação da escravidão por parte de moradores que negaram ter ocorrido tortura de escravos em contraponto ao material escrito que afirma sua existência; apresentação dos senhores da fazenda como possuidores do sentimento paternal na relação com os escravos; o tratamento que os ex-escravos e então libertos deram aos espaços da ex-fazenda para atual terra de Quilombo ou remanescente Quilombola: a senzala fora demolida e sobre suas ruínas foi erguida a igreja em homenagem ao Santo São Lourenço, as expressões na face e na fala em destacar que as terras foram doadas pelos antigos donos, livrando os escravos da fuga, resistência e lutas. Está sendo construído um acervo com vídeo, apresentação em slide, álbum fotográfico, banner e folder, que será usado para apresentar o Quilombo à outros estudantes de escolas públicas na cidade. A atuação de nossos alunos no tratamento de bens culturais, reconhecimento das memórias Quilombolas em seu município, transmissão e exposição do acervo construído, nos permitem contribuir na ampliação do debate que a prática docente cidadã utilize linguagens que ampliem o leque do currículo escolar com ética e observando a dinâmica científica étnica.

DE AMÉRICAS E ÁFRICAS SE FAZ O ATLÂNTICO NEGRO: AS NARRATIVAS DE CHE GUEVARA, PAULO FREIRE E ABDIAS NASCIMENTO (1965-1981).

Elio Chaves Flores (UFPB)
eliochavesflores@gmail.com

O trabalho visa analisar as narrativas sobre o colonialismo a partir de intelectuais do século XX que, de uma forma ou de outra, discutiram as questões raciais e contribuíram para o combate ao racismo e ao processo de descolonização do continente africano. Trata-se de perceber como as africanidades, independente da pertença racial, nos dois lados do Atlântico, se expressaram em termos de filosofia da cultura e de uma determinada cultura histórica. Para isso, escolheu-se o aporte metodológico nas narrativas de Che Guevara, Paulo Freire e Abdias Nascimento. Nosso referencial é que eles, que vivenciaram experiências exemplares na África (com seus testemunhos narrados), pensaram as lutas contra o colonialismo no dramático processo de descolonização sem que se vislumbrasse o fim do racismo. As fontes escolhidas foram o diário Passagens da guerra revolucionária: Congo (1965-66), do argentino Ernesto Che Guevara; as missivas Cartas a Guiné-Bissau (1975-77), do educador brasileiro Paulo Freire; e, o livro-denúncia Sitiado em Lagos (1977-81), do ativista negro Abdias Nascimento. Parte-se da hipótese de que essas narrativas sobre o colonialismo e as experiências africanistas são constitutivas das respectivas culturas históricas de seus autores que atuaram como intelectuais antirracistas. A perspectiva da historiografia comparada permite que se confrontem as narrativas dos autores em relação ao racismo, à revolução e ao processo de descolonização do continente africano em curso. Os testemunhos narrados de Che Guevara (diário), Paulo Freire (cartas) e Abdias Nascimento (memória) são pensados, portanto, na dimensão nos estudos culturais comparativos do mundo atlântico contemporâneo.

ABDIAS DO NASCIMENTO: EXPERIÊNCIAS E ESCRITOS PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Elisa Ferreira Teixeira (UFPB)
elisaferreira95@gmail.com

A inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação a partir das leis 10.639, de 2003 e 11.645, de 2008 foi de extrema importância para a discussão, conscientização e valorização de sujeitos que foram de grande relevância para a história do Brasil. Sabendo disso, o uso das experiências e escritos do intelectual negro Abdias do Nascimento, que sofreu os ardores do racismo e discriminação é muito relevante para uso em sala de aula, pois a partir disso é possível demonstrar o racismo e a luta empreendida por esse sujeito para que o negro

tivesse voz e respeito no seu meio, tornando a educação um caminho para a igualdade racial.

TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS: AS MÚLTIPLAS FACES DO AFRO-PARAIBANO TOMÁS SANTA ROSA JR. (1909-1956)

Thiago Brandao Silva (UFPB)
brandaothiagu@gmail.com

Estudos sobre a condição de vida das populações negras no período pós-abolição tem atraído "o interesse não apenas da academia, vem tomando a atenção de meios de comunicação, dos agentes e das agendas politicas". Nesse sentido, o presente trabalho procura analisar a trajetória de um sujeito histórico afro paraibano, no contexto do pós-abolição. Tratamos de esquadrinhar o objeto de estudo a partir de uma leitura de interfaces, ou seja, enquanto um sujeito histórico, intelectual negro, paraibano, imigrante nordestino, enfatizando seu legado cultural das artes. Arrolamos sob a trajetória histórica do multiartista, Tomás Santa Rosa Júnior (João Pessoa, 1909 – Nova Déli, 1956). O referido trabalho se faz em consonância com a implementação da Lei 10.639/03 e suas atribuições no cerne da produção de um saber afro-pedagógico. Propomos demonstrar a necessidade de ampliarmos estudos sobre as trajetórias históricas de afro-brasileiros cujo escopo é atenuar certa "invisibilidade" dada por uma historiografia de orientação eurocêntrica. O que é algo incompatível com tamanha importância do elemento negro para entendermos de forma mais completa a historia do Brasil. Salientamos a importância de retomar as histórias de sujeitos afro-brasileiros, enquanto histórias de todos os brasileiros evidenciando a diversidade sociocultural existente no Brasil. Desse modo, atentamos para o que diz a normativa educacional onde propõe "a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico racial" (BRASIL, 2004, p. 10). A educação para a superação das desigualdades raciais tornou-se, efetivamente, um direito social e é fundamental no processo de formação da identidade histórica dos indivíduos. Palavras Chave: História Cultural. Cultura Afro-Brasileira. História do Brasil.

FONTES PARA O ESTUDO E O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: O DIÁRIO DE CHEGUEVARA (1965- 1967).

Ronieli Alves Rodrigues Lopes (UFPB)
ronialves.play@hotmail.com

Nossa sociedade foi construída nos moldes europeus, esquecendo da tamanha importância da cultura e da história dos outros grupos humanos que de igual forma contribuíram para a construção de nossa brasilidade. Assim, os inúmeros africanos trazidos como escravizados foram ao longo do tempo marginalizados não apenas dos processos de cidadania, mas também do que se forjou sobre eles. Nossos arquétipos escolares impedem que estudantes negros (as) tenham um conhecimento sobre suas origens étnico-raciais. Apesar do aspecto multicultural que o Brasil apresenta a instituição escolar esqueceu-se da africanidade e sua importância nos meandros educacionais e na constituição da identidade dos educandos (as). Diante desse contexto temos a perspectiva de fazer uma leitura sobre o ensino de história a partir de um documento narrativo singular, o diário de Ernesto Che Guevara (1928-1967), intitulado: Passagens da guerra revolucionária: Congo, escrito entre os anos de 1965 a 1967, durante suas viagens revolucionárias pelo continente africano. Por ser uma fonte marcante para compreender a política internacional e a história da África contemporânea, seus escritos é uma possibilidade pedagógica de ensino de história da África, a partir das observações de Che Guevara, no contexto da descolonização, permitindo compreender as críticas ao colonialismo e ao racismo, ponto central para uma educação antirracista no Brasil, como cumprimento das exigências da lei 10.639/2003.

22/7 – Sexta-feira:

O TEATRO E AS AULAS DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES DE EFETIVAÇÃO DAS LEIS 10.639/2003 e 11.645/2008 NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tiago Salvador (UEPB)
tiiago.sal@gmail.com

Passados mais de 10 anos de promulgação da lei 10.639/2003, que obriga a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas das redes públicas e privadas do ensino básico no Brasil. Não obstante, a lei 11.645/2008, também sancionada e chegando perto dos seus 10 anos de publicação, coloca os conteúdos da história e culturas indígenas na mesma obrigatoriedade que os das populações negras. No entanto, o não cumprimento

destas leis é perceptível nas escolas da educação básica das redes de ensino. Neste trabalho discutimos o teatro como uma linguagem artístico-educativa e de caráter pedagógico no processo de ensino aprendizagem dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas da educação básica. Para tanto, analisamos a experiência enquanto ministrante da oficina de teatro que integrou o projeto de extensão Coisas de Negros (as), Coisas de Brasileiros (as), mantido pela UEPB, Campus Guarabira, e destinado a estudantes de graduações e professores/as da rede pública de ensino. A vivência na efetivação dos saberes que formam a identidade étnico-racial dos/as brasileiros/as nos possibilitou pensar a educação como ação que prepara o cidadão para a vida. Por isso, recorremos a arte como método, visto provocar a formação docente, sobretudo, com o uso do teatro como metodologia capaz de auxiliar professores/as em sala de aula na efetivação dos conteúdos demandados pelas leis 10.639/003 e 11.645/008. Palavras-chave: educação, teatro, história, culturas afro-brasileira, africana e indígena.

A RESSIGNIFICAÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO A PARTIR DOS TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS INSERIDOS NO LIVRO DE PORTUGUÊS

Meiridiana de Oliveira Queiroz (UERN)
mdioliveira15@gmail.com

A proposta para esta comunicação é apresentar um projeto em desenvolvimento no Programa de Mestrado Profissional em Letras - Profletras/Assu RN. A discussão está respaldada na seguinte problematização: Os textos verbais e não verbais, inseridos em um livro do didático do 8º ano, são representativos da diversidade cultural constituinte das diversas etnias brasileiras? Esse questionamento produz sentidos por compreendermos que na história do povo brasileiro, não há como negar ou ignorar as relações de poder travadas entre as diferentes matrizes culturais e raciais que originaram o território brasileiro. Sendo o livro didático um dos principais instrumentos utilizados pela maioria dos estudantes de escolas públicas brasileiras (SILVA, 2005), acreditamos que os discursos subjacentes aos conteúdos presentes nos livros, que circulam na escola, ajudam a construir valores e naturalizar conceitos positivos ou negativos a respeito de uma dada cultura, um dado grupo social. O que, dependendo do enfoque abordado, pode direcionar crianças e jovens a se identificarem, sentindo-se prestigiados ou desvalorizados, socialmente (RAMOS-LOPES, 2016). Metodologicamente faremos uso de uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa ação, em seu caráter intervencionista (THIOLLENT 2008). Os sujeitos colaboradores são discentes do 8º ano de uma escola pública da cidade de

Beberibe, CE. O embasamento teórico será a partir de pesquisas na área de leitura Keiman (1989, 1996) e Solé (1998); da Linguística Aplicada (LA) focando a vertente contemporânea da LA crítica, hibrida mestiça, indisciplinar e transgressiva (MOITA LOPES, 2006); dos estudos culturais e da educação, destacando-se pesquisas sobre etnias e identidades (BAUMAN, 2005 a 2009; CUNHA JR., 2008 a 2010; CAVALEIRO, 2005, GOMES, 2001, 2006; GUIMARÃES, 2002 a 2007; HALL, 2003 e 2005; MUNANGA, 2006 a 2009, RAMOS-LOPES, 2010-20156). O trabalho oportunizará discussões, produções e reflexões que muitas vezes são silenciadas no ambiente escolar, trazendo um olhar crítico sobre a temática da diversidade cultural e racial. Nossa compreensão é que promover o debate mostrando ao aluno, negro e não negro, a importância e as contribuições da cultura africana para a construção do nosso país, é um dos caminhos para a formação de cidadãos sem racismo e preconceitos, dentro e fora dos muros escolares.

A ESCRAVIDÃO NEGRA NAS POESIAS DE CASTRO ALVES: REFLEXÕES SOBRE SUA ABORDAGEM NAS AULAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rodrigo Ferreira Silva (UFPB)
rodrigoig05@hotmail.com

A pesquisa tem como fundamento estudar nas leituras de Castro Alves a escravidão durante a década de 1860 no século XIX em suas poesias. Assim, num processo que visa questionar e refletir sobre o uso de suas poesias na sala de aula, bem como as análises de seus textos que estão presentes nos livros de História no tocante a escravidão no Brasil, pois muitos docentes, simplesmente desconhecem a natureza e importância da visão literária no campo da historiografia e deste modo, a luz das poesias de Castro Alves conhecer este universo que o poeta vislumbrou em sua poética com relação a condição de escravo, em que os negros estavam em sua época de redação. A escola de certo modo, não contribui para as reflexões quanto a suas abordagens, pois o Ensino encontra-se cheio de tradicionalismo e paternalismo, que não consegue romper totalmente com a visão de história positivista, presente nas escolas da Educação Básica. Pouca reflexão, acontece também pela falta de análises sobre as poesias, que revelam possibilidades de interteirimento e carregada de ideologias, tão importantes a serem lidas e (re) vistas na escola pelos professores (as) de História. No entanto, romper com o atual modelo de escola não é fácil, pois uma abordagem mais interdisciplinar além de ampliar a visão do aluno (a), também condiciona a ver a

história pelo olhar da literatura, que enriquece o debate e torna as aulas sobre a escravização mais reflexivas e participativas.

UM NÃO AO RACISMO! RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS EM AULAS DE LEITURA

Hely Cantalice Neto (UERN)
helyc@hotmail.com

A proposta de uma educação voltada para a diversidade exige de nós educadores, o grande desafio de estarmos atentos às diferenças sociais e raciais que geram no espaço escolar desconfortos, constrangimentos. A esse respeito, a luta de grupos organizados, dentre eles o movimento negro, sempre reivindicou e reivindica políticas públicas que venham a favorecer grupos socialmente discriminados, excluídos. Em resposta a algumas reivindicações surgiu a lei federal 10.639/2003. Esta instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio. Nesse interim, esta pesquisa considera a escola como um espaço de diálogo onde professores e alunos devem desmistificar preconceitos e construírem ações positivas em relação às diferenças. Teoricamente, fundamentamo-nos em estudos sobre a diversidade étnico-racial: Cavalleiro (2000), Cunha Jr (2008, 2010) Gomes (2006), Guimarães (2004, 2008), Munanga (2005 e 2006), Ramos-Lopes (2010 a 2015), dentre outros. A pesquisa é de base qualitativa (MOITA-LOPES, 1996), perscrutando o viés da pesquisa ação, em seu caráter intervencionista (THIOLLENT, 2008). Focaremos a análise na posição discursiva de alunos da educação básica, quando nas práticas efetivas de sala de aula, realizamos atividades com filmes e depoimentos, os quais foram explorados por meio de rodas de conversas, entrevistas semiestruturadas, produções de textos verbais escritos e de desenhos. Estes oportunizaram aos discentes momentos de ressignificação sobre práticas discriminatórias que se cristalizam na escola e na sociedade, subjugando as inúmeras competências e contribuições do povo negro para a história deste país.

NEGRITUDE E LEITURA: TRILHANDO A (RE) CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Lúcia de Fátima Araújo Santos (UERN)
luciasantossasso@gmail.com

O ambiente escolar é um espaço onde se pressupõe que sejam desenvolvidas ações voltadas para a formação de cidadãos críticos, reflexivos, atuantes e cientes

de seu papel na sociedade. A escola assume uma importante e fundamental responsabilidade no processo de construção e (re) construção de práticas discursivas e saberes que nela circulam. Partindo desse pressuposto, nessa comunicação, apresentamos um projeto, em sua fase exploratória, a ser aplicado no PROFLETRAS/CAWSL, Assu, RN. A proposta problematiza a desconstrução acerca de práticas discriminatórias e preconceituosas que se cristalizam na escola e na sociedade relacionadas a imagem do sujeito negro. Metodologicamente, aplicaremos oficinas de leitura, utilizando contos de autores africanos e brasileiros, com foco na contribuição do negro na construção de nossa história e cultura. Primaremos pelo reconhecimento e valorização do legado histórico, social e cultural dos negros no Brasil, bem como ratificaremos a importância das conquistas de movimentos negros através de ações afirmativas, tais como a criação da Lei Federal antirracista 10.639/2003 e das DCN (2013). Teoricamente, embasaremos nossas reflexões em estudos da área de leitura Kleiman (1989, 1992), Solé (1998); foucaultianos (1986, 1996) e étnico-raciais Cavalleiro (2005), Guimarães (2004-2008), Gomes (2005), Munanga (2004-2009), Ramos-Lopes (2010-2014), dentre outros.

FORMAÇÃO DOCENTE: VIVÊNCIAS COM LINGUAGENS ARTÍSTICAS NO CURSO DE EXTENÇÃO COISAS DE NEGROS (AS), COISAS DE BRASILEIROS(AS)

Claudia Vanessa Cavalcante Pereira (UEPB)
claudia.vanessacp@hotmail.com

Embora o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana seja obrigatório desde o ano de dois mil e três, quando foi promulgada a lei 10.639, que incluiu no currículo oficial esta temática, ainda são perceptíveis as dificuldades na implementação destes conteúdos no âmbito da educação básica. Professores (as) da rede básica de ensino sentem-se receosos, e até despreparados, ao se depararem com este assunto e, às vezes, fazem a opção do abdicar. Neste sentido, consideramos que a formação dos professores influencia na realização de suas atividades em sala de aula. Concomitantemente a esta problemática, e a partir de relatos de observação e vivências dos saberes difundidos durante quatro meses de realização do projeto de extensão: "Coisas de Negros (as) Coisas de Brasileiros (as)". Neste trabalho discutimos um novo olhar sobre a formação docente, partindo da vivência nas oficinas de dança, música, teatro, e teatro de bonecos (Babau da Paraíba).

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS E A EDUCAÇÃO PARA IGUALDADE RACIAL: UM DESAFIO POLÍTICO

Waldeci Ferreira Chagas (UEPB)
waldecifc@gmail.com

As leis 10.639/003 e 11.645/008, à medida que trouxe a obrigatoriedade de as escolas da educação básica inserir no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e de assim fazer valer a educação étnico-racial, impôs as IES um desafio, sobretudo, porque essas leis apesar de obrigar a implementação de tais conteúdos não fazem menção a formação de professores/as. Diversos projetos de formação continuada relativos a educação para a igualdade racial tem se evidenciado em universidades públicas Brasil a fora, no entanto, não tem contemplado o universo de profissionais da educação básica, haja vista as redes públicas de ensino nem sempre tomarem para si esta questão. Nesse sentido este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a formação continuada de professores/as no campo da educação étnico-racial a partir da experiência realizada pela UEPB em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Alagoa Grande - PB, visto que o propósito do projeto desenvolvido fora capacitar professores/as a trabalhar na sua prática cotidiana em sala de aula a educação para a igualdade racial. Refletir sobre tal questão é relevante, porque possibilita pensar o papel das IES na sua efetivação e como essa modalidade de educação se configura ou não na prática de professores/as em sala de aula?

ST4 - ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE PERCEPÇÕES, PRÁTICAS E METODOLOGIAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Coordenação: Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)
claudialago.rn@gmail.com

A formação do docente em História deve ser pensada na sua concepção ampla, colocando-se em pauta questões que vão desde as estruturas curriculares até as práticas e metodologias utilizadas no processo de formação da graduação. Projetos institucionais de iniciação à docência têm sido ótimas ferramentas, mas até que ponto eles têm contribuído de fato para essa formação? Do mesmo modo, como os estágios docentes supervisionados têm preparado os alunos para os enfrentamentos e realidades da sala de aula? De modo geral, a pergunta que nos cabe é como as instituições de ensino superior têm trabalhado para o processo de formação docente junto aos seus alunos da graduação em História? Nos tempos em que os aparelhos digitais atraem mais a atenção dos jovens do que a pessoa do professor em sala de aula, este deverá estar apto a adotar e discutir diferentes metodologias, bem como aceitar que os diversos recursos tecnológicos podem ser excelentes aliados, e não inimigos na construçãodo conhecimento. Por outro lado, acreditar que apenas as novas tecnologias são capazes de atrair o interesse do aluno para o conhecimento histórico, é subestimar a eficácia dos modelos didáticos considerados tradicionais. Deste modo, a proposta deste Simpósio Temático é propiciar a discussão de trabalhos que privilegiem a discussão dessas questões, tanto em seus aspectos teóricos, como na análise qualificada de experiências vivenciadasem sala de aula e que demonstrem resultados inovadores no processo de aprendizagem.

19/7 – Terça-feira:

RELATO DE EXPERIÊNCIA DURANTE AS ATIVIDADES DE ESTÁGIO: UM DESAFIO INICIAL NA CARREIRA DOCENTE.

Gerimário Silva Nunes (UFRN)
gerimario_historia@hormail.com

Pretendemos trabalhar questões relacionadas à experiência docente durante as atividades do estágio supervisionado II, desenvolvidas na turma do 9º ano “A” do

Centro Educacional José Augusto (CEJA). Almejamos durante o desenvolvimento do trabalho, apresentar pontos positivos e negativos durante a experiência em sala de aula. Portanto pretendemos trabalhar tendo como aporte teórico as pesquisadoras Circe Maria Bittencourt e Margarida Maria Dias de Oliveira, que entre outras questões discutem como o ensino de história do Brasil, é visto por boa parte da população, que enxerga a disciplina como formadora de uma identidade nacional direcionada às elites. Neste sentido buscamos nas referidas autoras quais as possibilidades de estudos a respeito da historiografia brasileira, na ocasião trabalhando com a temática "Era Vargas (1930-1945)". pois o ensino de História, segundo Barros [...] "É a parte essencial da construção do saber histórico" (BARROS, 2006).

NO ALCANDE DAS MÃOS: TICS NO ÂMBITO DOS ALUNOS DO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA DOM MOISES COELHO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB.

Jéssica Naiara Silva (UFCG)
Jessica.ufcg@gmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar a utilização das mídias sociais e o perfil tecnológico dos alunos do fundamental II da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho na cidade de Cajazeiras, sertão paraibano. Chegamos ao século XXI tomados de grandes mudanças que influenciam não só as nossas vidas como a própria organização social. A área das tecnologias foi, e ainda é uma das mais beneficiadas. As TICs são hoje um tema central para o ensino. Chamamos de TIC; tecnologias de informação e comunicação, da ciência da computação. Para pensar ações de intervenção na referida escola através da atuação do PIBID no subprojeto de História realizamos uma pesquisa com todas as turmas do 6° ao 9° ano, a grande maioria dos alunos está conectada a maior parte do tempo á rede. Para chegarmos aos resultados, foram aplicados questionários, nos quais, 202 alunos responderam. As perguntas eram simplificadas com alternativas de múltipla escolha, objetivando saber quais eram os meios e acessos realizados pelos alunos com o uso de aparelhos tecnológicos. Após aplicação do questionário, analisamos as informações que foram organizadas por meio de gráficos, com intuito de cartografar os aparelhos tecnológicos utilizados por eles, sempre atentando para a idade dos alunos. A princípio, identificamos as redes sociais que são habitualmente manuseados pelos alunos pelo celular. Nesse viés buscamos entender o processo de substituição do computador pelo celular moderno e como essas mudanças no perfil tecnológico

dos alunos, como a média de horas acessadas, possibilitam pensar atividades voltadas para o PIBID na forma de ferramentas pedagógicas, envolvendo as TICs.

IMPRESSÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA: O CASO DOS ALUNOS INGRESSANTES NOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO NO IFAM/CAMPUS EIRUNEPÉ EM 2016

Paulo de Oliveira Nascimento (IFAM)
paulo.nascimento@ifam.edu.br

É sabido que o Ensino de História – segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – tem como objetivos (1) a preparação para o trabalho e (2) a formação para o exercício da cidadania. Termos como "sujeito crítico", "alteridade", "pluralidade", "interdisciplinaridade", "reflexão", "construção do conhecimento" saltam aos nossos olhos quando lemos estes e outros documentos legais que versam sobre a educação brasileira, de uma maneira geral, e sobre o Ensino de História, em particular. Todavia, quando nos deparamos com realidades escolares específicas, percebemos significativas discrepâncias entre os objetivos traçados nos programas nacionais e o dia-a-dia das escolas, onde as práticas didático-pedagógicas em História estão aquém não apenas daquilo que preconizam os diplomas legais, mas também do conhecimento histórico em voga. Neste trabalho, objetivamos atentar para as percepções que os alunos ingressantes no 1º ano do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé – em 2016 - possuem acerca do Ensino de História. Para tanto, utilizamos um questionário de perguntas abertas no qual os cerca de 120 alunos responderam às questões diversas, dentre as quais algumas sobre Ensino de História recebido até então. Ademais, realizamos uma análise do Histórico Escolar destes alunos, para colher informações sobre (1) as escolas de origem e (2) as médias obtidas no Componente Curricular "História", a fim de perceber (1) o Currículo Escolar e Projeto Político Pedagógico e (2) o desempenho individual de cada estudante, respectivamente. Trata-se, pois, de um trabalho que quer compreender qual é a percepção dos alunos sobre a História – enquanto disciplina escolar – ao passo que atenta para a composição curricular e o desempenho escolar dos mesmos, num esforço analítico com vistas em (1) melhorar as nossas práticas didático-pedagógicas cotidianas e (2) contribuir para o debate sobre o Ensino de História nos dias atuais.

DIDÁTICA E COTIDIANO: REFLEXÕES E PERPECTIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Maria Edvania da Silva (UFPB)
ed-vania-silva@hotmail.com

O referente artigo objetiva apresentar discussão referente à temática da Didática Pedagógica, apresentando minha experiência de iniciação à docência em sala de aula com base no conceito de experiência E.P.Thompson. A metodologia analisada foi à produção de vídeos pelos próprios alunos do 9º ano Ensino Fundamental II e os alunos do 3º ano da Escola Dona Carlota Távora situada no município de Araripe-CE. A produção foi chamada de "Vitrine Viva da História", cujo objetivo foi produzir material didático referentes aos conteúdos estudados em sala de aula, o propósito além de estimular a criatividade desses alunos foi estimular a pesquisa. A vivência desses alunos me fez perceber que esse método pode estimular outros alunos também, descreverei o processo utilizado na produção, Percebo que, assim como o campo da História o ensino também necessita de revisões, reformulações a fim de melhorar e proporcionar uma reflexão construtiva. Refletir sobre o espaço cotidiano escolar é uma questão necessária, uma vez que o professor não é um ser completo, mas um ser humano cheio de falhas, imperfeições, entretanto essencial na sociedade, formador de sujeitos pensantes que irão atuar dentro dessa sociedade. A didática pedagógica é uma alternativa, não existe uma forma única, cada professor constrói a sua de acordo com sua prática, entendo que as teorias são fundamentais para auxiliar o processo formador, mas é na prática cotidiana que descobrimos nossa metodologia de ensino. Respeitar o tempo do aluno, contextualizando sua realidade com os conteúdos propostos pelo currículo escolar, pois a didática tem que ser aplicável de acordo com o contexto socioeconômico do discente, para que o ensino transforme a realidade do aluno e necessário incorporarem sua realidade, fazendo-o perceber e se colocar como um sujeito social.

NO MEIO DA GRADUAÇÃO HAVIA UM ESTÁGIO: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E OBSERVADAS

Vanuza Oliveira Barbosa (UEPB)
vanuzadeoliveira1989@hotmail.com

O Estágio (Docente) Supervisionado configura-se como parte essencial da formação docente, uma vez que, proporciona ao acadêmico um prévio contato com o ambiente em que o mesmo atuará, dando-lhe condições de vislumbrar e refletir acerca dos desafios que permeiam sua área profissional. No entanto, não raramente nos deparamos com os mais variados receios por parte de alguns

graduandos em cursos de Licenciatura diante dessa fase da grade curricular como se, até aquele momento, o aluno não tivesse plena consciência da formação que recebera até então. Nesse sentido, o Estágio apresenta ferramentas capazes de promover a identificação – ou não – do graduando com a prática docente, uma vez que, as experiências dele advindas têm impacto suficiente para, por exemplo, fazer com que o aluno, após ter cursado mais da metade da graduação, incline-se ao abandono da mesma, por julgar-se incapaz de atuar na área, ainda que de modo precipitado, visto que, mesmo os professores mais experientes se deparam com situações diante das quais se veem obrigados a repensarem suas práticas nas sendas do ensino. Diante do exposto, o presente trabalho não tem a pretensão de oferecer respostas; antes, – e a partir das experiências vividas e observadas – problematizar as questões que envolvem tais resistências do licenciando em perceber o Estágio como aliado na construção de sua prática e não como um tribunal no qual atuará como réu.

O ENSINO DE HISTÓRIA TEM SENTIDO: O ESTÁGIO COMO MOMENTO DE REFLEXÃO

Luciana Calissi (UEPB)
calissi3@yahoo.com.br

O conceito de Estágio ou Estágio Supervisionado nas licenciaturas, é consolidado como sendo uma prática necessária para o professor em formação; momento de relacionar teoria e prática, ou ainda, momento em que os licenciandos experienciam seu futuro campo profissional como professores. Além disto, a estrutura desta disciplina é mais ou menos a mesma nas diferentes universidades do Brasil. Os alunos, após cumprir uma etapa de sua licenciatura, devem ir para as escolas da região, onde a universidade estiver inserida, buscar espaço para estagiar; observar e dar aulas com a permissão e colaboração de professores regentes de História destas escolas. Mas o que de fato o estágio representa para os licenciandos? O que seria relacionar teoria e prática para estes alunos, no caso em História? Ao vivenciarem esta etapa do curso os estudantes quase sempre se perguntam, mas afinal, para que ensinar História? Como fazê-lo? Esta disciplina tem sentido para os alunos do Ensino Básico? Daí outras questões: esta disciplina fazia sentido para nossos licenciandos quando no Ensino Básico? Ou ainda, por que nossos alunos cursam História? Afinal, qual a importância desta área de conhecimento para a sociedade? Estas indagações permeiam nosso cotidiano profissional como professores da área de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em História na Universidade Estadual da Paraíba – CH – Guarabira. Geram inquietações sobre como construímos esta disciplina e mais,

como formamos nossos alunos professores. A pesquisa que se apresenta aqui parte desta experiência como professora de Estagio Supervisionado nesta instituição. O objeto em análise é o Estágio em História: forma, desenvolvimento e percepções. O principal objetivo é analisar as atividades desenvolvidas nas diferentes etapas desta disciplina para discutir suas propostas e resultados. As concepções sobre o ensino de História e seus sentidos são aqui considerados o pano de fundo para compreendermos a nossa atuação como professores formadores de professores para o ensino e para a pesquisa. As fontes analisadas são relatórios sobre as atividades que se desenvolvem nos estágios, desde Observação e Regência até projetos de extensão vinculados a estas atividades, além de relatórios de estágio reelaborados para serem apresentados e defendidos como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Os nossos alunos atuam em espaços de rede pública de ensino, região de Guarabira, 3ª regional. A ideia é buscar algumas trilhas que nos possibilitem respostas a estas indagações apresentadas. Acredito que este trabalho contribua para o importante debate sobre a relação teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem em História; para problematizar o campo de estágio e o campo de trabalho do historiador; e para propor alternativas para o ensino de história.

ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA CONTINUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ

Alex Pereira da Silva (UEPB)
aleks1928@hotmail.com

Ao longo do tempo, a ciência história, vem se transformando exponencialmente, em consonância com as demandas contextuais do tempo vigente. No entanto, o ensino de história e a formação do docente, nesta área, encontram-se atualmente em descompassos devido à não problematização dos conceitos por parte do operador da história, juntamente, com as especificidades de um contexto demasiadamente mutável. Partindo deste pressuposto, pode-se projetar o começo de falácias profundas entre o ensino de história, a formação docente em história e a projeção de um novo público para ingressar na formação deste saber, pois, as consonâncias entre as três condições são invariavelmente esporádicas. Deste modo, este artigo, tem por busca interpretativa problematizar a relação entre as três condições formativas de um grupo de três historiadores, investigando, suas respectivas experiências como discentes, nos ensinos médio e superior, juntamente, com a respectiva relação dele com a sala de aula. Esta abordagem será guiada metodologicamente se embasando na história oral, sob a condição de uma pesquisa de caráter qualitativo, e que se restringirá a três professores de

história, residentes do município de Lagoa Seca PB, que, dispuseram-se gentilmente a participar de uma pesquisa do PIBIC. Teoricamente a base primária do artigo se guiará por dois conceitos, respectivamente, campo de experiência e horizonte de expectativas, pois, serão intercalados como se demarcam as rupturas no saber histórico a partir das três diferentes condições dos entrevistados: de alunos de história (dos ensinos médio e superior) e como docente de história no ensino básico. Dito isto, esta abordagem se justifica como relevante, haja vista, que existe uma proposição que formula três experiências diferentes em torno de uma mesma finalidade: perceber como existem continuidade e rupturas no ensino/formação em história e como estas marcam a personalidade do profissional/cidadão a que se dirige o discurso deste saber.

REFLETINDO A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA EGRESSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Marilize Silva Bentes (UFPB)
marilize_bentes@hotmail.com

Eudo Augusto de Luna Lucena (UFPB)
eudolucena@hotmail.com

Esse trabalho é oriundo do PROLICEN 2015 intitulado: AVALIAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DE ESCOLA PÚBLICA, EGRESSOS DO CURSO DE HISTÓRIA, SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO DURANTE SUA FORMAÇÃO. Esse projeto analisa o curso de história da UFPB e discute a necessidade de modificarmos constantemente nossa forma de visão/atuação na área de ensino. O presente trabalho tem por objetivo analisar a atual estrutura curricular do Curso de Licenciatura em História da UFPB, visando contribuir na construção do novo Projeto Pedagógico do Curso. O trabalho foi dividido em três etapas: a primeira consiste numa análise do processo de redemocratização e as transformações nos cursos de história, a segunda parte é composta por uma descrição acerca das mudanças nas diretrizes curriculares nos cursos de licenciatura e a terceira parte discute o atual PPC de história da UFPB buscando propostas contribuam positivamente na elaboração no novo PPC do nosso curso. Portanto, apresentaremos esses primeiros resultados da análise, objetivando ampliar a discussão e aprofundar nossa análise, com a contribuição de outros colegas, para que se possa buscar uma melhor forma de integração entre os componentes curriculares teóricos e práticos, pois, uma melhoria na qualidade do curso significa, em última instancia, uma melhoria na educação básica dos nossos jovens.

20/7 – Quarta-feira

CONSCIENTIZAÇÃO ELEITORAL: DISCUTINDO A DEMOCRACIA E O PROCESSO ELEITORAL

Trícia Nunes Patrício de Araújo Lima (UFPB)
triciapatricio@hotmail.com

O projeto "Conscientização eleitoral" foi desenvolvido e aplicado na Escola Estadual de Ensino Médio Olivina Olívia Carneiro da Cunha em João Pessoa/PB, com o intuito de estimular nos estudantes uma maior conscientização política, visto que o ano de 2014 foi um ano de pleito eleitoral, buscando uma maior participação dos discentes ao exercerem seu papel como cidadãos num futuro não tão distante. Foi elaborado e executado com a ajuda do professor supervisor da escola, Erickle Lucena, professor responsável pelas turmas dos terceiros anos do turno vespertino, contando também com a colaboração efetiva dos bolsistas do PIBID. Para o andamento do mesmo, as discussões em sala, bem como aulas de campo, foram pensadas para estimular ainda mais as conversas acerca de temas como “democracia” e “pleito eleitoral”, por exemplo. Após o processo de idealização e discussão, veio a parte da execução por parte dos discentes; eis que a tarefa que lhes foi incumbida foi a pesquisa. Assim, acabaram por utilizar os diversos meios de comunicação como fonte para coletar os dados necessários para prosseguir com os trabalhos. Foi apresentado no evento da SOACC (Semana Olivina de Arte, Cultura e Conhecimento), dia 26 de setembro de 2014, onde teve sua culminância após semanas de pesquisas e estudos; assim como, posteriormente, discussões foram realizadas sobre os efeitos do dito trabalho nas eleições e no ENEM, para aqueles que o fizeram. A apresentação ficou a cargo dos estudantes participantes e uma equipe convidada do TRE, a qual deu uma palestra acerca do funcionamento do processo eleitoral brasileiro: sistema de votos para determinados cargos, sistema de dois turnos, sistema de lista aberta, voto nulo ou branco, dentre outros.

REFLEXÕES SOBRE AS INTERAÇÕES MEDIADAS PELAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ESPAÇO ESCOLAR "INTRA-MURO" E "EXTRA-MURO"

Daniel Torquato Fonseca de Lima (UEPB)
torquato.daniel@gmail.com

João Batista Bueno Gonçalves (UEPB)
joaobgbueno@hotmail.com

Esse artigo propõe uma reflexão sobre a utilização das redes sociais virtuais e das novas tecnologias digitais para um melhor entrosamento na sociedade, não somente no espaço escolar, mas nos diversos ambientes sociais. As novas tecnologias estão cada vez mais presentes na sociedade e nos seus indivíduos, sendo ela, muita das vezes, uma abertura para as interações que já não se permite fisicamente. No espaço escolar essas ferramentas servem para agilizar e ampliar a comunicação tanto entre os alunos (discente-discente), quanto na relação professor e alunos (discentes - docentes). Sabemos que as escolas públicas, segundo as políticas educacionais deveriam oferecer esses recursos de acesso às novas tecnologias, não somente com caráter de apropriação tecnológica, mas também como parte de uma inclusão social dos alunos que pertencem a categoria de baixa renda. Tal inclusão e apropriação tecnológica amenizariam conflitos não só na comunidade escolar (intra-muro), mas também na comunidade exterior a escola (extra-muro), principalmente no descompasso entre o corpo docente (ainda majoritariamente desprovido de desenvoltura no mundo virtual) e os discentes dotados de uma excepcional interatividade com essas novas tecnologias digitais.

A PESQUISA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM PERNAMBUCO: REFLEXÕES SOBRE SEU ADVENTO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRPE

Brunno Manoel Azevedo Pessoa (UFRPE)
br_map@hotmail.com

É crescente a aceitação, por parte de diversas instituições de ensino superior que possuem cursos de História, do manto de concepções acadêmicas que versam sob a perspectiva do ensino de história, teórica e metodologicamente, enquanto campo da ciência de referência. Disciplinas são oferecidas, linhas de pesquisa são criadas e cada vez mais, novos espaços de diálogo são abertos para que alunos e professores problematizem e desenvolvam o campo da construção de conhecimento através da história ensinada. A iniciativa, quase sempre, é

identificada como fruto da ação de docentes mais sensíveis às necessidades de desenvolvimento desse campo, principalmente pela valorização que ele oferece ao aprimoramento das práticas docentes no universo da educação escolar: o que representa a maior área de atuação dos profissionais da História, e uma das mais significativas, visto que toda a produção historiográfica perpassa a própria concepção da didática da história enquanto canal de comunicação entre a história ciência – desenvolvida e legitimada pela academia – e a sociedade. Porém, é possível identificar uma série de agentes que interferem positiva e negativamente na formulação de um compromisso institucional com as perspectivas do ensino da história, por parte das universidades públicas e de seus cursos de graduação e pós-graduação na área. A proposta desse trabalho, que integra parcela singular da pesquisa de minha autoria sobre ensino de história, desenvolvida no programa de pós-graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pretende apresentar reflexões sobre as formas, métodos e o papel dos agentes de integração de propostas institucionais que versam sobre a história ensinada enquanto campo de pesquisa da história em Pernambuco, verificando o impacto dessa integração, suas as consequências e possibilidades para docentes e discentes do estado. Para tanto, tomo a própria UFRPE como exemplo, levando em consideração experiência recente com a abertura do programa de pós-graduação de história da instituição – que possui um curso de graduação em Licenciatura em História – de uma linha de pesquisa que abraça projetos sobre o ensino da história.

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA.

Herika Paes Rodrigues Viana (UFRPE)
herikapaes@gmail.com

Pesquisadores como Ana Maria Monteiro, Marieta Moraes, Circe Bittencourt e Selva Fonseca, entre outros autores, apontam que as mudanças políticas e as inquietações sociais do país interferem na história da formação do professor de história. Contextualizando o caminho percorrido pela formação de professores no Brasil até a formação específica de professores de História desejamos apontar dois momentos distintos. A revisão bibliográfica sobre a história da formação dos professores de história no Brasil nos permite identificar que a formação de professores configura e reconfigura uma pluralidade de saberes necessários ao exercício profissional. Num momento (Reforma Rivadávia Correa 1930) a formação de professores de história apontava que bastava agregar as disciplinas pedagógicas ao currículo dos bacharéis. [modelo 3+1] no qual o discente de qualquer área, passava três anos estudando as disciplinas específicas e em um ano

estudaria as disciplinas de práticas pedagógicas, visualizamos aqui a separação entre a teoria e a prática, valorização do conhecimento da teoria e a falta de preocupação com a prática. Num segundo momento, concretizado pelas novas diretrizes da LDB (1996), era preciso diluir as disciplinas pedagógicas ao longo do curso, e suas posteriores normativas (resoluções e pareceres), que incluíam a nova demanda social, numa disposição que inclui as práticas pedagógicas, modelo usado pela UFRPE. Os debates sobre a formação de professores penetram no âmbito da formação do professor de história no sentido de que as mudanças paradigmáticas se transformam em currículos vivenciados na formação dos professores. Desta forma, concluímos que não são os conteúdos por si só que irão auxiliar numa prática educativa diferente, mas, o sentido atribuído ao exercício docente nos currículos vivenciados. Esta pesquisa está inserida no Observatório do Ensino de História em Pernambuco (Obehpe).

O SABER HISTÓRICO ESCOLAR NA ESCOLA DO ASSENTAMENTO PADRE ASSIS, SOSSEGO - PB.

Túlio Carlos Silva Antunes (UEPB)
tulio_antuneees@hotmail.com

Este artigo tem por proposta discutir acerca do ensino de história operado na Escola do Assentamento Padre Assis, Sossego - PB. Trata-se de um relato de experiência de pesquisa realizado por meio do projeto: “Ensino de história e educação do campo: história local, currículo, memória e identidade” PIBIC/CNPq - UEPB. Temos por objetivo analisar o saber histórico escolar no contexto da escola do Assentamento Padre Assis, na cidade de Sossego - PB. Por proposta, trazemos à tona a prerrogativa de problematizar a Educação do Campo, a partir do Ensino de História, na abordagem da história local. Como norte teórico, nossa discussão trabalhou com os estudos desenvolvidos por Carmo & Sorocaba (2007), Bitencourt (2005), Germinari & Buczenko (2012). Enquanto abordagem metodológica, nosso estuda versa sobre a fonte da história oral temática, através de entrevistas realizadas com moradores/as do Assentamento Padre Assis. Consideramos que por meio das narrativas orais de moradores/as do assentamento, é possível ensinar história com conteúdos oriundos da realidade social e cultural vivenciada no espaço campesino, propiciando um ensino de história crítico, emancipador e dialógico em relação aos saberes do campo.

JOGOS DIGITAIS EM SALA DE AULA: O JOGO CAESAR III, O ALUNO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Paula Katherine Tarquino (UFPB)
paula.katherine@bol.com.br

O ensino de História na educação básica (fundamental e médio) necessita, cada vez mais, ampliar seus recursos didáticos. Essa necessidade decorre da recente mudança no perfil dos alunos inseridos em um mundo cada vez mais informatizado, no qual as informações são divulgadas em tempo real e os avanços tecnológicos se renovam com grande rapidez. Consequentemente, se torna primordial que o professor diversifique os recursos didáticos utilizados em sala de aula para que suas aulas se tornem mais dinâmicas, criativas, atraentes e significativas para os alunos, tornando, assim, possível a construção do conhecimento histórico através de novas linguagens historiográficas. Nesse contexto, os jogos digitais vêm ocupando cada vez mais espaço como um recurso didático diferenciado nas aulas de História, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa é analisar a potencialidade do jogo digital Caesar III enquanto recurso didático-pedagógico para o ensino de História, identificando as aprendizagens que podem ser desenvolvidas dentro da temática Civilização Romana. A pesquisa, ainda em andamento, vem sendo desenvolvida na escola pública o que demanda a utilização de metodologias específicas para atender as necessidades dos alunos. Os resultados parciais já sinalizam que o jogo digital Caesar III, se devidamente explorado, contribui para o envolvimento dos alunos no processo ensino-aprendizagem, o que facilita a apreensão do conteúdo além de ampliar as possibilidades de explorar as temáticas inerentes ao objeto de estudo.

A IDENTIDADE DISCENTE E OS DESAFIOS DO PIBID

Suzyanne Valeska Maciel de Sousa – UFCG
suzy_ndbb@hotmail.com

Danilo Nobre Gomes – UFCG
danilo-nobre03@hotmail.com

Desde 2014, o PIBID - Subprojeto de História do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), vem trabalhando no sentido de traçar um perfil do corpo discente de suas duas escolas parceiras a fim de sempre considerar o processo de construção da identidade dos alunos para o desenvolvimento de nosso trabalho. Durante a produção de um diagnóstico escolar foi possível traçar os parâmetros que definem o perfil dos

alunos. Esse perfil considerou várias áreas de interesse dos discentes e teve o cuidado de escutar atentamente alguns grupos. A Escola que atuamos, E.E.E.F. Dom Moisés Coelho, possui quase 900 alunos em seus três turnos e atende o ensino Fundamental, a partir desse número percebemos a complexidade de traçar um perfil que considere as múltiplas identidades. Por isso, a necessidade de refletir sobre esse perfil é diária, e a vivência dentro e fora da sala de aula junto aos alunos nos possibilitou perceber isso. Diante desse contexto, o que percebemos de comum em suas falas é a identificação com o espaço escolar, embora, essa identificação esteja distante da vivência em sala de aula e da relação da produção de conhecimentos. Muitas vezes, a escola é vista apenas como um degrau para ascender socialmente, mas no que trata as questões de cidadania, de pertencimento social e mesmo de atuação desses conhecimentos com a vida dos discentes existe ainda considerável abismo. Assim, o esforço de nossas ações concentraram-se em refletir teórica e metodologicamente sobre o processo de ensino-aprendizagem e assim desenvolver estratégias que aproximem o currículo das experiências dos discentes, levando em consideração as falas analisadas dos mesmos. Pretendemos assim, problematizar como essa reflexão foi crucial para o maior comprometimento dos discentes, como também para a construção de um sentido para a disciplina de História.

UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID-HISTÓRIA-UFPB COM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ângelo Emílio da Silva Pessoa (UFPB)
angeloepessoa@hotmail.com

Durante a vigência do PIBID-História-UFPB (Edital 2011), que tive a oportunidade de coordenar, a equipe desenvolveu uma experiência relacionada à educação patrimonial, tomando como eixo a experiência dos estudos do meio, realizado na região central de João Pessoa. A presente comunicação pretende apresentar os elementos gerais da experiência, bem como gerar subsídios para a realização de novas oficinas de educação patrimonial, que envolvam a equipe do PIBID do Edital 2014.

ST5 - TERRA E FAMÍLIA NAS ENCRUZILHADAS DO PODER

Coordenação: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (UEPB/UFPE) e Profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN)

christillino@gmail.com
carmenalveal@cchla.ufrn.br

Este Simpósio visa criar um espaço para o debate de questões relacionadas ao agrário, ao político, e suas interfaces com as discussões sobre história da família, a partir de perspectivas teórico-metodológicas que focalizem as rupturas, as permanências, as simultaneidades, os antagonismos e as ambivalências historicamente tecidas pelas elites e as camadas populares, no Brasil durante os períodos colonial, imperial e republicano. A nossa proposta tem por objetivo evidenciar e analisar a maneira pela qual ocorre a inserção da esfera micro na dimensão macro, as atualizações e ressignificações do local e do regional diante das injunções produzidas pela dinâmica do global, como também apreender os processos e as tramas que singularizam as histórias do local e regional e o espaço de negociação estabelecido pelos seus atores com os poderes instituídos nacionalmente. As práticas políticas e a cultura do clientelismo e sua influência nas lutas dos agentes sociais se constituem em temáticas de interesse para discussão no ST, bem como as estratégias de famílias na manutenção e ampliação do poder econômico e político, especialmente em torno das alianças através do casamento. As relações e articulações políticas entre os diversos espaços sociais e o centro do poder no Brasil são fundamentais para entender a participação e o protagonismo político de diversos grupos de elite e das camadas populares no mundo agrário. Interessa-nos também o debate sobre formas materiais e simbólicas de lutas e/ou relações de poder direcionadas à construção/desconstrução, legitimação/deslegitimação de hegemonias ou dominações políticas, inscritas tanto no campo como na cidade ao longo do tempo.

19/7 – Terça-feira:

GENTES DE CONQUISTA: FAMÍLIAS, PODER E PECUÁRIA NA RIBEIRA DO APODI-MOSSORÓ (1676-1725)

Patrícia de Oliveita Dias (UFF)
patriciadeoliveiradias@outlook.com

O retorno da administração portuguesa na capitania do Rio Grande após a saída dos holandeses, em 1654, possibilitou a retomada das doações de sesmarias, reiniciando o processo de territorialização e subsidiando o avanço de conquistadores rumo às terras mais ao interior. Este processo resultou no surgimento de uma nova fronteira entre as capitanias do Rio Grande e do Siará Grande: o rio Apodi-Mossoró. Durante esse processo, enfretamentos entre conquistadores e os habitantes destas terras, os conhecidos tapuias, levaram à eclosão de diversos conflitos, como a Guerra do Assú (1687 e 1720), que compuseram a Guerra dos Bárbaros. O objetivo desse trabalho é analisar a atuação de conquistadores neste processo de territorialização portuguesa, percebendo sua fixação na ribeira do Apodi-Mossoró, e como, por meio da formação de redes de reciprocidades, articularam-se no intuito de construir e manter um patrimônio e um status dentro desta sociedade colonial em formação, entre os anos de 1676 e 1725. Para tanto, utilizar-se-á fontes produzidas entre os anos de 1659 e 1725, como as cartas de sesmarias, cartas régias, correspondências entre a Câmara de Natal, os capitães-mores do Rio Grande e o governo de Pernambuco e governo geral, bem como os documentos referentes aos terços de paulistas que atuaram na capitania do Rio Grande.

A APLICAÇÃO DA LEI DE TERRAS NO SERTÃO PARAIBANO: OS REGISTROS PAROQUIAIS NO MUNICÍPIO DE PATOS.

Ellen Cristine Alves Silva Canuto (UFPB)
ellen.canuto@hotmail.com

Neste artigo pretendemos discutir a aplicação da Lei de Terras de 1850 no município de Patos, através do uso dos Registros Paroquiais escritos entre os períodos de Março de 1855 até Junho de 1856, quando o então município tinha o posto de Vila de Patos. Assim procuramos analisar a importância desses registros dentro da perspectiva de levantamento de dados, não de forma puramente numérica, mais de forma estrutural, em busca de informações relacionadas à dinâmica de acesso a terra e afirmação de apropriação registrada nesse documento, para que possamos estudar a construção econômica e social no

envolto da aplicação da lei, observando as diretrizes que essa documentação apresenta a fim de dialogar com a historiografia da História social os aspectos referentes às condições sociais, estratégias familiares, organização política eminente nessas declarações, e em que condições essa lei esteve presente nesta região. Palavra-chave: Lei de Terra de 1850, Município de Patos, História Social.

FAMÍLIA E PODER NA REVOLTA PRAIEIRA DA PARAHYBA 1840-1850

Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira (UFPE)
priscilla.formiga@outlook.com

Este trabalho possui enquanto objetivo analisar a Província da Parahyba na década referente ao contexto que emerge a Revolta Praieira, tendo em vista as relações familiares que disputavam e ansiavam por seus interesses em uma nação que se configurava na influência marcante de estrangeiros (portugueses) e no poderio de oligarquias provincianas que dominavam as políticas locais. Na Paraíba o movimento tem início a partir da fuga dos revoltosos para província e incorporado por grupos que disputavam o poder político na província. Deste modo, buscamos abordar as tramas políticas que direcionaram as famílias locais e outros agentes sociais envolvidos, pensando o período enquanto fecundo para as articulações políticas destes grupos familiares engajados que disputavam a partir de divergentes posicionamentos ideológicos, anseios políticos e relações de poder. Buscando compreender de que maneira a Praieira enquanto evento na província revela as negociações políticas configuradas por estas redes familiares, dando respaldo ao cenário político do contexto em questão. O percurso teórico-metodológico deste trabalho está vinculado à categoria de Cultura Política, sob a perspectiva da Nova História Política, a partir do diálogo com relatórios de províncias, periódicos e obras memorialistas acerca do evento.

OS HOMENS BONS DA GOVERNANÇA NOS SERTÕES DO PIANCÓ E DAS PIRANHAS: cargos militares e redes de poder na Capitania da Parahiba do Norte (Séc. XVIII)

Larissa Daniele Monteiro Lacerda (UFCG)
larissaldml@hotmail.com

Própria do absolutismo ilustrado, a nova política de centralização lusitana foi pensada por meio de uma reorganização administrativa nos domínios Ultramarinos. Dentre as reformas propostas buscou-se cercear a capacidade de atuação das Câmaras Municipais e consolidar a importância dos corpos de

Ordenanças (MELO, 2004). Passou a ser mais relevante para os principais da terra e homens bons, leais súditos moradores de um Brasil lusitano pós União ibérica e expulsão batava, a busca e detenção de patentes militares do que a ocupação de cargos civis para participação em políticas de privilégios nas localidades do Império. Este aspecto, entretanto, não era regra. No processo de luta e ocupação territorial dos sertões da Capitania da Parahiba do Norte ao longo do Setecentos nota-se o número significativo de conquistadores que adquiriram cargos militares para governança da terra e, ainda, ocuparam cargos administrativos. Capitães-mores ou sargentos-mores, apesar de livres dos cargos de justiça, foram juízes ordinários, tabeliões ou escrivães na povoação do Piancó, sertões da capitania da Parahiba do Norte, mostrando uma proximidade entre a "boa ordem" militar e a justiça (a detentora do saber local). Este trabalho pretende, ainda em suas primeiras linhas de estudo e análise dos Livros de Notas do I Cartório Cel. João Queiroga (Pombal-PB) e das Cartas de nomeação de patentes presente no AHU (Projeto Resgate), identificar a formação de bandos sertanejos ligados a uma nobreza respaldada, além da importância da posse da terra, na ocupação de cargos de Milícias e Ordenanças e no controle da justiça pelo comando da pena que instruía os Livros de Notas.

A NATUREZA DO CARIRI CEARENSE NO DISCURSO POLÍTICO DO JORNAL *O ARARIPE*.

Denise de Menezes Dantas (UFPE)
denisedantasfdj@hotmail.com

A natureza do Cariri cearense, região localizada no Sul do Ceará, foi um dos elementos que teve grande destaque na produção intelectual que se dedicou a contar sua história e nos veículos de comunicação que circularam na região. Descrita como um espaço peculiar, de clima aprazível e solos férteis, se tentou construir a ideia de um Cariri diferente, incomum. Nesse intuito, expressões como terra verdejante, prodigiosa, oásis do sertão, dentre outras adjetivações, foram construídas para caracterizar as riquezas naturais do Cariri, tentando assim pontuar as dicotomias entre a região e o seu entorno. Dessa maneira, esta pesquisa tem como objetivo analisar o discurso político construído em torno da natureza do Cariri Cearense que circulou na região através do jornal *O Araripe*, periódico editado na cidade do Crato pelos membros do partido liberal e pelas elites locais, que utilizavam desse meio para divulgar seus projetos políticos para a região. Busca-se analisar então, com base nas discussões do campo da História Ambiental, como esse discurso político descreveu e caracterizou a natureza da região, construindo assim ideias sobre ela e principalmente, se procura investigar

os agentes que motivaram essa escrita tão enfática dos aspectos naturais do Cariri. Como destaca Raymond Williams, o homem projeta ideias na natureza que variam de acordo com seus próprios objetivos, o que leva a considerar que esse discurso não é neutro, essa paisagem foi lida e descrita de modo a atender interesses de quem os produziu. Cabe investigar as relações e os interesses políticos por trás dessas ideias projetadas na natureza.

VESTÍGIOS DE DOTES: AS ALIANÇAS MATRIMONIAIS NO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ (1740-1790)

Baíza Faustino Soares (UFCG)
baiza_br@hotmail.com

O uso do dote é um costume de antigo Regime usado por famílias abastadas para a manutenção de seus cabedais, e também para a sua inserção em grupos políticos locais. Este costume por ser estudado na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, através de vestígios deixados pela pena dos tabeliões que ocuparam cargos na governança local durante o século XVIII. Apropriando-se das fontes cartoriais podemos buscar compreender a doação de dotes por ocasião dos enlaces matrimoniais das filhas casadouras da elite sertaneja, percebendo assim as alianças que se estabeleciam na sociedade que se formava nos sertões da Capitania da Parahiba do Norte no setecentos. Palavras-chave: Dote; Família; Povoação do Piancó.

RECRUTAMENTO MILITAR EM TEMPOS DE LÍTIGIO: CLIENTELISMO POLÍTICO E RELAÇÕES DE PODER NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Alysson Duarte Cabral (UEPB)
alyssonduarte21@gmail.com

O objetivo deste trabalho é trazer para o debate uma discussão sobre como se davam os recrutamentos militares tanto para a Guarda Nacional como para o exército, na província da Paraíba no período em que o Império brasileiro esteve envolvido na Guerra do Paraguai. Analisando as tramas das relações políticas e clientelísticas envolvendo os poderes locais e os representantes do poder Imperial na província, característica comum no jogo político da nação na época, tendo em vista que a base de sustentação do poder central constituía-se no mandonismo das elites locais espalhados por todos os recantos do território. Como bem destacou José Murilo de Carvalho (1996) o Estado era construído por um grupo

que ocupava o poder, resultando numa sociedade marcada pela hierarquização e exclusão. Enfim, um Estado formado pela imposição dos interesses e marcado por relações de poder entre os que compunham a elite imperial na época. Dessa forma, assim como ocorreu em todas as províncias imperiais coube aos políticos paraibanos juntamente com a elite agrária e econômica local arregimentar os contingentes para defender o território nacional na guerra travada no Sul contra a República paraguaia. Ungidos de poder na província, ao presidente cabia a tarefa de intermediar os interesses dos potentados locais com o governo central, nomeando homens de confiança para ocupar os principais postos. Neste cenário, enfatizamos as relações de poder entre os presidentes da província da Parahyba com o poder local no período estudado. Recorrendo as autoridades militares e policiais na província, estes presidentes procuravam cumprir os deveres e atribuições que lhe eram concedidos, desempenhando-as em um esforço constante para conseguir voluntários e recrutas para honrar a pátria no conflito. Neste contexto, enfatiza-se o aspecto clientelístico que envolvia os grupos políticos na província na época, destacando as diversas tramas de poder existente entre estes e seus protegidos políticos. Em um momento que o recrutamento intensificou-se o mandonismo local desempenhou um papel preponderante nesta tarefa. Em suma, o trabalho aborda a formação dos conchaves e tramas na elite política e econômica na província da Parahyba na década de 1860. Naquele período os recrutamentos para o serviço militar, assim como o decreto que ordenavam a convocação de praças da Guarda Nacional dependiam totalmente destas tramas políticas entre os comandantes dos postos da Guarda Nacional, representantes do mandonismo local, membros de famílias influentes e ocupantes de cargos de confiança do governo provincial.

A FINA FLOR DA PARAÍBA IMPERIAL: AS RELAÇÕES ENTRE A ELITE POLÍTICA E ECONÔMICA DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA ENTRE 1848 A 1855

André Felipe de Albuquerque Espínola (UEPB)
portaupj@gmail.com

José Hélio Oliveira Melo (UEPB)
heliooliveira809@gmail.com

A presente pesquisa baseia-se nos estudos focados no esforço de centralização política, a partir do Regresso Conservador após o período Regencial, nas conjunturas políticas e econômicas da Província da Parahyba do Norte, sobretudo no recorte histórico de 1848-1855, logo após a Revolta Praieira, último indício da turbulência social e política da Era Regencial. Apoiando-se nos estudos bibliográficos referentes à constituição da elite política realizados por José Murilo

de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos, a pesquisa foi realizada através da análise de algumas fontes documentais do período, como o diálogo entre correspondências de Presidentes de Províncias e Relatórios e Exposições apresentadas à Assembleia Legislativa durante o período destacado. A pesquisa foi sendo guiada por uma série de problemáticas que serviram como fios condutores; analisamos a circulação e o treinamento na composição da elite política paraibana; apontamos ainda alguns reflexos da lei de proibição do tráfico de escravos identificados no período e buscamos investigar indícios de como se dava a relação econômica e política entre as elites do Brejo da Paraíba, um dos centros econômicos de maior expressão, e as da Capital, centro político da Província, representativas das relações centro-periferia, além de identificar como essas elites se repactuavam em termos de benefícios redistribuídos para o Brejo em forma de obras públicas, segurança e investimentos.

Quarta-feira, 20/7:

CONTAR É PRECISO: AS RESISTÊNCIAS AO RECENSEAMENTO NA PARAÍBA OITOCENTISTA

Leandro Neves Diniz (UFPE)
leandro_ndiniz@hotmail.com

A segunda metade do século XIX é marcada por fortes transformações na sociedade imperial, na Paraíba oitocentista não é diferente. A tentativa de realização do recenseamento de 1852 resultou em um conflito protagonizado pela população livre em várias Províncias do Nordeste, na Paraíba algumas Freguesias foram palco dessa rebelião que resultou no adiamento do censo. Aqui analisamos a recepção dos decretos 797 e 798 promulgados em 1851, correspondentes respectivamente ao recenseamento e ao registro de nascimento e óbito. Examinaremos os dados coletados pelo Recenseamento realizado em 1872, evidenciando o quadro demográfico que este censo nos possibilita para a Província, como também o discurso da elite governante a partir dos Relatórios de Presidentes de Província, fonte esta capaz de revelar como a população pobre é expressa nas documentações oficiais.

EM BUSCA DE POSSES E PRESTÍGIO: OS HOMENS DA REAL FAZENDA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE E A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO SESMARIAL (SÉCULOS XVII-XIII)

Lívia Brenda da Silva Barbosa (UFRN)
livia_brendah@hotmail.com

A constituição da Provedoria da Fazenda Real extrapolava o mero registro das atividades contábeis da instituição. A fiscalidade era feita no cotidiano administrativo dos funcionários da Fazenda, a saber- provedor, porteiro, escrivão, almoxarife- além dos contratadores, particulares que prestavam serviços quanto à arrecadação de tributos para a Provedoria. Junto do exercício de suas funções, esses homens estabeleciam relações de poder e de interesses em suas áreas de atuação. Nesse sentido, conhecer o perfil social destes homens da Fazenda é um dos caminhos para montar as redes de sociabilidade nas quais estavam inseridos, ultrapassando assim o âmbito da atuação administrativa. Este trabalho pretende analisar as estratégias de diferenciação social dos homens da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande, que buscaram por meio da solicitação de terras constituírem um patrimônio e se estabelecerem na capitania do Rio Grande entre finais do século XVII e o início do século XVIII.

SENHORAS ILUSTRES: MULHERES, FAMÍLIA E POVOAMENTO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (SÉCULOS XVII-XVIII)

Angelica Lopes Bulhões (UFRN)
angelicaalopes@hotmail.com

Este trabalho tem o objetivo de entender o papel de mulheres das famílias consideradas importantes pela sociedade da época, as quais estavam inseridas no processo de colonização e povoamento e que se encontravam no interior da capitania de Pernambuco. Será abordado, com base na documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino e na Documentação Histórica Pernambucana, o perfil das mulheres que tinham posses e contribuíram para um aumento do patrimônio familiar nos séculos XVII e XVIII, bem como o contexto no qual estavam inseridas para requererem sesmarias e outras mercês. Será visto, nos casos de conflitos com proprietários de outras terras, as justificativas por elas utilizadas para solicitar tombamento ou demarcação de sua sesmaria. Analisar-se-á também se a mulher requereu sesmaria sozinha ou acompanhada, onde estava localizada, qual era a sua ligação com os outros suplicantes, ou se ela pediu outras terras depois de um determinado tempo. Assim, as mulheres sesmeiras serão trabalhadas de forma a perceber as redes que se formavam dentro da

família para obter um maior patrimônio e, por meio do requerimento de sesmarias, será demonstrado que elas tinham condição de cuidar de suas terras.

SOBRE UM CERTO HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO: SERVO DA BUROCRACIA DO IMPÉRIO DO BRASIL E PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO 1849-1850

Roberto José Souza e Silva (AEB/FBJ)
robertoebenezer@hotmail.com

O presente trabalho tem como finalidade analisar a administração pública do político e magistrado brasileiro Honório Hermeto Carneiro Leão, que dentre as muitas funções e cargos que ocupou na burocracia do Estado do Império do Brasil, foi também Presidente da Província de Pernambuco entre os anos de 1849-1850. Dentre os vários aspectos de seu mandato nessa província, enfoque maior deverá ser dado às dificuldades e o insucesso que teve o mesmo para organizar a Guarda Nacional pernambucana em menos de um ano, uma vez que esse item era vital para a manutenção da ordem interna do Império do Brasil nas relações de poder que através dela poderiam ser estabelecidas entre o Estado e os seus provincianos. Por questões de estilísticas, nas citações das fontes do século XIX, foram preservadas a grafia corrente daquele período.

OS CHEFES POLÍTICOS E O PODER DA TERRA: DO TERRITÓRIO LIVRE DE PRINCESA À SECA DE 1932

Luiz Mário Dantas Burity (UFPB)
marioburity@hotmail.com

Passados alguns anos desde que a Sedição de Princesa foi levada a termo, a acusação do coronel José Pereira ainda estava em curso no Supremo Tribunal Federal, mas não foi esse o caso que mais ameaçou a sua liberdade. Um homicídio na pacata vila de Desterro, comarca de Patos, ocorrido por ocasião do Território Livre de Princesa, foi razão de um processo que teve o referido senhor como réu, oportunidade da qual os magistrados do Superior Tribunal de Justiça, na Capital, se valeram para reafirmar a sua culpa e retomar o valor simbólico que os acontecimentos de 1930 deram ao regime político em questão. A Guerra de Princesa havia sido o maior rompante do coronelismo e como tal anunciou a decadência desse regime político. O objetivo desse texto é discorrer a relação dos coronéis com a população camponesa nesse cenário de mudanças políticas, que eclodiu com os desmandos de um chefe político em tudo singular, José Pereira

Lima, e só voltou a se acomodar quando a seca de 1932 deu um argumento ao Ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, para retomar as relações do poder público com esses líderes políticos municipais. Para tanto foram usados os processos criminais transcritos na seção Jurisprudência da Revista do Fôro. Os resultados alcançados esbarraram com a formação de um novo pacto oligárquico, que persistiria enquanto política de governo para as três décadas subsequentes.

QUANDO MERCÊS TRANSFORMAM-SE EM TERRAS: A POLÍTICA DE PRIVILÉGIOS DA COROA PORTUGUESA E O CASO DO I CONDE DE ALVOR NA CAPITANIA DA PARAÍBA (SÉCULO XVIII)

Alyne Érika Américo dos Santos (UFRN)
alyne.americo@gmail.com

O sistema de sesmarias foi um dos instrumentos mais utilizados no processo de colonização da América portuguesa durante a política de interiorização da colônia de Portugal. Para legitimar a posse da terra, os sesmeiros deveriam ocupar e cultivar a sesmaria concedida. Dentro desse contexto, é possível observar como determinados grupos de sesmeiros, notadamente os que integravam a nobreza titulada do Reino, possuíam mais facilidades na obtenção da concessão de sesmarias. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de Francisco de Távora, o primeiro conde de Alvor, oriundo de família nobre e com títulos decorrentes de serviços prestados à Coroa portuguesa, além de examinar suas posses territoriais na capitania da Paraíba, entre os anos de 1703 e 1706, procurando compreender as estratégias utilizadas pelo sesmeiro para obter a concessão das sesmarias, contextualizando com a concepção de que a política de privilégios e o sistema de mercês da Coroa possibilitavam uma mobilidade àqueles que prestavam serviços ao Reino de Portugal, influenciando também na política sesmarial. Ademais, pretende-se ainda analisar a localidade das terras do Conde, o ano em que foram concedidas, quais as justificativas que o suplicante utilizou-se a fim de conseguir da Coroa a concessão dessas terras, bem como os nomes dos demais suplicantes que solicitaram terras em comum, permitindo, assim, um mapeamento das terras do Conde, além de um panorama das regiões da capitania em que mais havia concentração de suas posses territoriais. As fontes utilizadas nesse trabalho foram as sesmarias disponíveis na Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro), os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes à Paraíba, e os documentos encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que têm relação com o I Conde de Alvor e com a Casa dos Távora.

A CONQUISTA DA FRONTEIRA INTERNA

Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN)
carmenalveal@cchla.ufrn.br

A comunicação visa analisar como ocorreu a conquista da fronteira interna. Essa fronteira interna seria a área interior e mesmo às vezes litorânea entre a capitania de Pernambuco e o Maranhão. Nos últimos anos, vários trabalhos têm discutido a formação do território brasileiro, mas destacando apenas os limites existentes com regiões que fazem fronteira com áreas coloniais pertencentes a outros países, no caso do Brasil, a América espanhola. Assim, por meio das sesmarias e das frentes de ocupação, procura-se perceber como ocorreu esse processo de povoamento do que se está denominando de fronteira interna, na região das Capitanias do Norte.

OS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAÍBA NOS QUADROS DA NEGOCIAÇÃO CONSERVADORA

Cristiano Luís Christillino (UEPB)
christillino@gmail.com

As pesquisas em torno da negociação política, na Paraíba, permite uma discussão com os trabalhos clássicos sobre a história política do Período Imperial. Mais importante do que a "formação homogênea da burocracia", da questão da hegemonia do Partido Conservador, das redes de relações sociais estabelecidas entre as famílias dos membros do Governo Imperial com as elites provinciais, ou mesmo a ideia do federalismo afirmado no Segundo Reinado, a negociação política estabelecida pela Coroa com as elites locais, especialmente em torno da acomodação dos interesses das suas diversas facções, foi e mecanismo mais importante no processo de afirmação do poder central sobre o local e a estabilidade alcançada no período de 1850 a 1880. As correspondências dos presidentes de província são fontes privilegiadas em dados sobre as suas negociações com as famílias locais, e a estruturação de suas redes de relações sociais. As disputas entre as famílias paraibanas eram anteriores as suas filiações partidárias, e as legendas, na verdade, acomodavam as divergências que decorriam mais das suas lutas pelo poder local, do que a diferenças ideológicas.

ST 6 – O PIBID e a condição discente

Coordenação: Prof. Dr. Damião de Lima (UFPB)
damiaodelima@gmail.com

O objetivo desse Simpósio Temático é discutir os encontros, desencontros e reencontros de profissionais, formados ou em formação que, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), descobriram ou redescobriram o ensino público. O eixo, entretanto, deve ser a condição discente. Nos últimos cinco anos, tenho participado de vários eventos acadêmicos que abordam a questão do ensino e, em todos eles, sinto uma ausência incômoda de estudos sobre o aluno, o estudante. Quem é o aluno que hoje, com o processo de democratização do ensino, tem acessado a escola pública de ensino fundamental e médio e começa a chegar as universidades públicas e privadas? Qual a sua visão de escola, de universidade, de ensino, de aquisição do conhecimento? E, quais as estratégias que o PIBIDIANO, seja ele Professor, Supervisor ou Aluno/bolsista tem utilizado para se relacionar com esse aluno. O PIBID, seus agentes, suas dinâmicas e suas variadas metodologias para entender e agir com os discentes do século XXI deverão nortear os trabalhos a serem aqui apresentados.

19/7 – Terça-feira:

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI E O UNIVERSO DISCENTE.

Damião de Lima (UFPB)
damiaodelima@gmail.com

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta, em sua primeira versão, dois problemas de origem. O primeiro é que pouco ouviu os operadores educacionais, os Professores e Professoras e, o segundo e mais grave é que não sabe para quem o novo currículo está sendo dirigido. Nos últimos vinte anos o país vivenciou uma grande transformação no seu público escolar. Passamos por profundas mudanças no perfil do alunado com a democratização do ensino em todos os níveis educacionais. Programas de estímulo ao docente educação como FUNDEF e FUNDEB e de inclusão de novos segmentos, antes excluídos da vivência escolar, como o Programa Bolsa Escola, incorporaram parte significativa da população. Apesar dessas radicais mudanças, pouco estudo tem sido realizado no sentido de entender esse público. Qual o perfil desse novo contingente que chegou à escola, quais são suas experiências e quais suas limitações, o que eles

buscam e esperam da escola e como a escola pode se adaptar para contemplar essas novas demandas? Estes são alguns desafios que, como educadores, precisamos enfrentar e responder se quisermos tirar a educação da crise de identidade que ora se encontra. O Objetivo desse texto é discutir essas questões preliminares e, a partir do diagnóstico apresentado, conseguir o engajamento de pesquisadores da área de ensino para iniciarmos o processo de compreensão do universo discente.

AMOR: MANIFESTAÇÕES, REPRESENTAÇÕES E CONCEITOS.

Diego Amorim Novaes (UFPB)
diegoanovaes@gmail.com

O trabalho descreve a experiência didática interdisciplinar desenvolvida em classes do ensino médio na Escola Estadual João Borges de Sousa em João Pessoa, cujo tema é Amor: manifestações, representações e conceitos. Constituiu-se de três aulas ministradas por duplas de graduandos nos seguintes cursos da UFPB: Biologia, Psicologia, Letras e História. A abordagem temática das aulas foi elaborada de acordo com a respectiva área do conhecimento do graduando, sendo auxiliada por uma análise histórica em par com objetivos e conceitos previamente discutidos. Provavelmente, a maior – geográfica e temporalmente –, instituição ideológica da História da Humanidade, o Cristianismo, tem como base argumentativa o amor. Para chegar a tal ponto, no entanto, essa religião monopolizou o conceito de amor, suprimindo, sufocando e expurgando as práticas referentes a tal ideia que não se adequavam às suas normas de conduta moral. Ao contrário do que parece prevalecer no senso comum ocidental, não há uma definição única e homogênea do sentimento referido, estando o conceito cristão inserido numa gradação longa de comportamentos humanos já delineados. Em par com a análise histórica, serão utilizados conceitos psiquiátricos que delineiam o comportamento mental e fisiológico de indivíduos considerados em estado amoroso. Gikovate (2006) parte da ideia de que a suposta necessidade de completude que normalmente motiva os relacionamentos amorosos advém do primeiro, e talvez mais violento, trauma humano: a quebra da harmonia vivenciada durante a fusão uterina. A respeito da caracterização da paixão enquanto vício, inclusive pelo comportamento hormonal no indivíduo, o psiquiatra considera a formação desse estado proveniente do apaziguamento subjetivo de importantes dores psíquicas atreladas à mesma ideia de perda de completude. No que tange aos aspectos especificamente biológicos da atividade, podemos perceber que na natureza, em grupos, existe certo altruísmo. Este é, para a etologia, um comportamento no qual um indivíduo aumenta o fitness de

outro podendo diminuir o seu próprio. A existência do altruísmo na natureza pode parecer algo controverso, já que essa ação diminui diretamente a probabilidade do indivíduo procriar. No entanto, baseando-se na teoria de Kin Selection, em termos genéticos, cuidar de irmãos consanguíneos seria equivalente a cuidar de si mesmo, pois o compartilhamento de genes dentro de um núcleo familiar é grande. O fenômeno pode ser analisado sob a ótica de alguns conceitos referentes ao amor. Em relação às fontes literárias, o projeto segue o procedimento de análise do Romantismo, que carrega nosso tema já no nome. A literatura do século XVIII reunida nesta escola, apresenta mais uma atmosfera poética única do que certa sistemática específica. Prezava-se pela revolta do sentimento contra a razão seca, as profundezas da alma contra o bom senso superficial. Neste bloco cultural tem-se uma concepção singular, mas extremamente difundida de amor.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POR UMA ÁFRICA LONGE DE ESTEREÓTIPOS

Carla Schayane Costa Silva (UFPB)
carlaschayane@hotmail.com

O presente trabalho apresenta as atividades realizadas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Escritor José Lins do Rêgo, em João Pessoa, a partir do projeto Educação Anti-racista: Por uma África Longe de Estereótipos. Atividades estas que são parte do PIBID, Subprojeto de História e foram executadas pelas bolsistas Carla Schayane Costa Silva, Marília Teles Cavalcante e Roberta Máximo Pereira de Siqueira. A disposição em trabalhar tal temática veio pelo interesse pessoal das alunas participantes do projeto e na análise da compreensão que os alunos tinham a respeito da história da África e do negro no Brasil, bem como seus conhecimentos a respeito dos conceitos que envolvem tal temática (racismo, preconceito, diferenças raciais). Tudo isso por meio de um questionário aplicado a 70 alunos da Educação de Jovens e Adultos. O resultado do questionário tornou perceptível o conhecimento estereotipado, muitas vezes fruto do que a mídia propaga diuturnamente sobre a África e a cultura afro-brasileira. O projeto surge na tentativa de sanar a falta de discussão e conhecimento sobre a temática, aplicando a Lei 10.639/03, no sentido de permitir que esses estudantes pudessem ter acesso a outra visão sobre tais conteúdos. De inicio foi aplicado um questionário com perguntas que faziam referência aos conhecimentos sobre história da África, dos negros no Brasil e sobre conceitos como: racismo e discriminação racial; junto ao questionário foi feito um

levantamento acerca de como os discentes se auto-declaravam em relação à raça. Avaliado o questionário, foram iniciadas as atividades dentro das salas de aula e organizado o cronograma para as atividades extra-salas. O projeto para aplicabilidade da referida Lei em turmas da EJA permitiu que os discentes tivessem acesso a esse conhecimento e condições de formarem suas opiniões a partir de outra visão menos estereotipada sobre o assunto. As bolsistas, por sua vez, tiveram a possibilidade de compartilhar os temas que são discutidos na universidade, de forma a diminuir a distância do saber acadêmico e o saber escolar. Como também, de forma pioneira, desenvolveram atividades do subprojeto de História com estudantes da Educação de Jovens e Adultos, criando possibilidades para aplicação da Lei nessa modalidade educacional.

DOCUMENTOS TRABALHISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES

Sandeilson Beserra Nunes (UEPB)
sandeilson@hotmail.com

Este ensaio tem por objetivo relatar as atividades desenvolvidas acerca da pesquisa com os com processos trabalhistas provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13). Logo esta pesquisa possibilitará o uso destes processos como elemento potencializador para o ensino da História local. Este traz para o arcabouço das possibilidades inovadoras de pesquisa para professores da escola pública de nível fundamental e médio. Deste modo, fazendo um recorte mais específico entre os períodos de 1980 a 1992. Desta forma com estes processos podemos enxergar várias possibilidades de atividades para ensino de História seja a; Escravidão no Brasil, Era Vargas e tantos outros acontecimentos. Desta forma, a pesquisa só se torna possível devido aos recortes historiográficos feitos a luz da leitura e suas relações entre ensino de História e mundo do trabalho, ou seja, buscamos correlacionar o ensino e as questões inerentes ao trabalho ao decorrer deste período fazendo paralelos entre passado e presente. Utilizamos de início referencias teóricos para produção como J. Le Goff e W. Benjamin, E.P. Thompson e historiadores ligados ao ensino de História dando dinamismo e corpo a pesquisa.

ENSINO DE HISTÓRIA: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NOS ANOS 60.

Yohana Ellen Pereira de Oliveira (UFPB)
yohana.ellen@gmail.com

Laís Wanderley Felipe - UFPB
laiswanderley.1994@gmail.com

Tendo em vista a atual situação política do Brasil, na qual a presidente eleita está sofrendo sérios ataques da oposição e de grande parte dos meios midiáticos, fizemos neste trabalho uma relação com o década de 60, comparando os dias de hoje com período que precede o golpe militar de 1964. Essa comparação teve o intuito de fazer com que os alunos do terceiro ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Roberto Borges de Souza fizessem uma reflexão a respeito da histórica política do país, do papel da mídia na sociedade e de como se davam e se dão as manifestações culturais. Ao comparar as duas situações, pudemos perceber que foi possível encontrar diferenças entre elas, todavia as semelhanças são notáveis e acabam tornando o debate pertinente em sala de aula. Um aspecto interessante que fez parte do período ditatorial brasileiro e dos momentos que antecederam o golpe é a questão da fortíssima manifestação cultural, vista através das peças teatrais, das músicas, do cinema e das mídias. Nesses diversos âmbitos da cultura popular brasileira se encontram artistas engajados e preocupados com a situação do país, eles criticavam o sistema vigente, o modo de vida dos nordestinos, a pouca preocupação do governo com as secas do nordeste, a situação das pessoas que viviam nos morros e em comunidades carentes, e o imperialismo norte americano que se dava através da inserção em alta escala de sua cultura no Brasil. Segundo Roberto Schwarz, o Brasil estava em um momento bastante inteligente, pois se tinha uma política externa independente, libertação nacional, um sentimento nacionalista crescente. Os Centro Popular de Cultura (CPCs), surgiram com a intenção de construir uma cultura nacional popular em democrática, e se aliaram a este centro jovens intelectuais que tinham o objetivo de conscientizar a população, dessa forma pode se perceber o surgimento dos artistas revolucionários com sua arte revolucionária, que servia como instrumento para a efetivação de uma revolução social. Estes artistas trabalhavam em contato direto com as massas de onde tiravam o seu maior vigor e interesse, assim surgia uma organização de um movimento cultural amplo, de caráter conscientizador. Refletir, portanto, como se comportam os artistas atuais e a grande mídia em relação ao cenário político do país torna-se pertinente. Além disso, a atividade permitiu um melhor conhecimento a respeito de temáticas como ditadura militar e manifestações culturais, trazendo essas questões para os dias de hoje, no intuito de refletir a respeito de como se comporta a mídia atualmente, a sociedade civil e os artistas.

ENTRE RITMOS E MÚSICAS: DISCUTINDO A IDENTIDADE AFROBRASILEIRA NA DOCÊNCIA COMPARTILHADA.

Maiza Ribeiro de Sousa (UFCG)
izamataraso@hotmail.com

Risoneide Silva de Araújo (UFCG)
risoneide_liciane@hotmail.com

O presente trabalho parte de nossas experiências enquanto bolsistas do PIBID (Programa institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) subprojeto de História – UFCG/CFP, na Escola Dom Moisés Coelho na cidade de Cajazeiras-PB. Discutiremos nesse artigo a temática sobre Africanidades, a partir de uma atividade desenvolvida na referida escola. Com a criação da Lei 10.639/003, que institui a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e indígena nas escolas, esse tema se tornou recorrente nos eventos e nas formações para os docentes, no entanto, percebemos ainda um descaminho com relação à efetivação da lei. Tomando essas questões como base, desenvolvemos uma oficina sobre ritmos e músicas africanas nas turmas de 7º ano "C" e "D", na qual objetivamos conhecer o sentimento de pertença dos alunos sobre a identidade afrobrasileira a partir de utilização das músicas afros. Compreendendo o processo de inserção dos africanos no Brasil e problematizando como seus ritmos e músicas contribuíram para a formação de uma identidade brasileira, identificando os sujeitos presentes nesse contexto e como os mesmos exploravam dentro do espaço de convívio que até então era desconhecido uma nova maneira de colocar seus costumes. Como resultado da oficina os alunos confeccionaram instrumentos músicas tais como maraca, chocalhos, tambor e pandeiro. Assim percebendo como a batida desses instrumentos remete ao um lugar social de origem africana.

O CINEMA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA E SUA APLICAÇÃO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID

Maycon Filipe Siqueira (AESA/CESA)
maycon_icm@hotmail.com

Este artigo tem como tema central discutir à importância do uso do cinema como estratégia de ensino e aprendizagem, preocupando-se em compreendê-lo como uma forma de estratégia de ensino que propicia uma fonte de conhecimento sociocultural, bem como, sua aplicação em sala de aula através do subprojeto que versa sobre as relações entre Ensino de História e Cinema, desenvolvido pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), ligado ao

Curso de Licenciatura em História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA). O objetivo desse artigo é mostrar que, através das análises adequadas das produções fílmicas, é possível propiciar, um conjunto de práticas docentes abrindo assim, a possibilidade de aprendizagem em diversas áreas de ensino, mas para nós, de modo especial, no ensino de história. A metodologia que utilizamos fundamentou-se no processo de pesquisa bibliográfica aliada a relatos de experiências vivenciadas do nosso contato enquanto bolsistas do PIBID junto aos alunos da escola campo, que à época era a Escola Presidente Médici, localizada na cidade de Arcoverde em Pernambuco.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A APLICAÇÃO DA LINGUAGEM CINEMATOGRÁFICA: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PIBIDIANOS DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE NOS CONTEÚDOS CURRICULARES DAS ESCOLAS CAMPO

Maria do Carmo Amaral Pereira (AESA/CESA)
carmo4a@hotmail.com

O presente artigo intitulado O ensino de história e a aplicação da linguagem cinematográfica: Um olhar sobre as práticas pedagógicas de pibidianos do Centro de Ensino Superior de Arcoverde nos conteúdos curriculares das Escolas Campo, traz à reflexão o resultado das práticas pedagógicas dos discentes nos conteúdos curriculares propostos para o ensino de História no estado de Pernambuco nas modalidades do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio a partir da aplicação da linguagem cinematográfica no ensino de História, evidenciando experiências vivenciadas no Subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, do Curso de Licenciatura em História, do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA, nas Escolas campo Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA – Cícero Franklin Cordeiro e Escola de Referência do Ensino Médio Senador Vitorino Freire- EREM, em Arcoverde - PE. No Curso de História, o PIBID prioriza a utilização da linguagem cinematográfica como recurso didático, buscando a formação qualitativa do discente, futuro profissional de História, com vistas à uma prática docente diferenciada e produtiva, propondo-se a trabalhar com a temática das relações entre Cinema e História, História e Cinema, na perspectiva do uso do filme de conteúdo histórico, político, social e cultural como ferramenta possibilitadora de aprendizagem no ensino de História. Este artigo objetiva discutir sobre o uso do cinema como ferramenta didática na formação docente dos alunos pibidianos, como também refletir os efeitos da linguagem cinematográfica nas práticas pedagógicas dos professores das escolas parceiras do PIBID, demonstrando os resultados pedagógicos da

articulação que se vem realizando a partir da execução de ações de intervenção em sala de aula, com o conteúdo curricular, sob o formato de cineclubes. A metodologia utilizada fundamenta-se na pesquisa bibliográfica de autores que abordam a temática em foco, como também em análises das experiências vivenciadas no PIBID a partir de depoimentos de licenciandos e professores das Escolas Campo que estão condensados nos relatórios mensais que são produzidos pelos mesmos. Constatou-se que o uso do cinema como ferramenta didático-pedagógica ampliou consideravelmente as possibilidades de aprendizagem dos alunos das escolas envolvidas nas ações desenvolvidas pelo projeto do PIBID do CESA nas escolas campo.

20/7 - Quarta-feira:

O CINEMA, O LÚDICO E A CULTURA POPULAR: UM EXPERIMENTO COM O FILME "FOR ALL, O TRAMPOLIM DA VITÓRIA"

Douglas de França Moreira de Sousa (AESA/CESA)
douglasmoreira93@gmail.com

O presente artigo aborda como o cinema no ensino de História leva à discussão elementos da cultura popular como: a música, a dança, o simbolismo e à alimentação presentes nas festas juninas. O texto expõe um relato de experiência dos alunos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA na escola campo CEJA – Cícero Franklin Cordeiro no Ensino de Jovens e Adultos – EJA em Arcoverde – PE. A intervenção teve formato de cineclube, já praticado na escola campo, porém com uma aplicação lúdica dos conteúdos, visto que o mês de realização da intervenção foi junho, período em que o Nordeste vivencia as comemorações do São João. Este estudo evidencia como é possível através do uso da linguagem do cinema discutir e resgatar significados de aspectos que passam despercebidos nas festas juninas atuais, contextualizando-os historicamente e culturalmente. O artigo demonstra como a busca etimológica do termo forró, por meio de estrangeirismos presentes no filme "For all, o trampolim da vitória" e o ensino lúdico enriquecem o debate sobre cultura popular. A escrita está fundamentada em análise bibliográfica de estudiosos da temática e tem como foco a aplicação do filme "For all, o trampolim da vitória", de Buzza Ferraz e Luiz Carlos Lacerda, que faz referencias à curiosa etimologia de algumas palavras, com base em empréstimos linguísticos observados em diálogos, tais como o forró que seria uma distorção de "for all", "para todos".

OS SÍMBOLOS DA INDEPENDÊNCIA: O CINEMA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO POPULAR

Allany Maria Ferreira de Albuquerque (AESA/CESA)
allany.albuquerque@hotmail.com

O presente artigo constata a importância da utilização da linguagem cinematográfica no ensino de História, aqui com ênfase no imaginário popular e os símbolos que envolvem a independência do Brasil, vistos a partir da análise cinematográfica do longa metragem “Independência ou Morte”. Como objetivos este artigo destina-se a analisar a construção do imaginário popular bem como os símbolos da independência do Brasil a partir da produção cinematográfica "Independência ou Morte" e constatar a relevância do uso do cinema como ferramenta pedagógica no ensino de História. A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo fundamenta-se na análise de referencial teórico sobre o imaginário popular na independência do Brasil e sua simbologia, linguagem cinematográfica e ensino de História, como também a exposição da experiência com o longa “Independência ou Morte”. As ações de intervenção para aplicação do experimento desenvolvido neste artigo possibilitaram a construção de análise crítica da percepção dos símbolos que envolvem a independência, assim como imaginário popular em torno desse fato histórico.

UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER DO CAMPO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ÓTICA CINEMATOGRÁFICA

Alane Clecia Siqueira dos Santos (AESA/CESA)
alaneclecia55@hotmail.com

Este artigo aborda a importância do uso da linguagem cinematográfica no ensino de História, destacando do papel da mulher do campo, visto a partir da ótica cinematográfica do curta metragem “Vida Maria”, resultado de experiências vivenciadas com o Subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência –PIBID, do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde- CESA, nas intervenções em sala de aula e em cine clubes, no Campo Escolar Centro de Educação de Jovens e Adultos Cícero Franklin Cordeiro- CEJA, localizada no município de Arcoverde- PE. Como objetivos este artigo se dispõe a discutir sobre o papel social da mulher nordestina e os avanços assegurados pelo gênero ao longo das décadas com base na ótica da produção cinematográfica “Vida Maria” e constatar a importância do uso do cinema como ferramenta

pedagógica no ensino de História. A metodologia utilizada para a produção deste artigo embasou-se na análise de referencial teórico sobre questões de noção identitária de gênero feminino, linguagem cinematográfica e ensino de História, como também na apresentação da experiência com o curta "Vida Maria". As ações de intervenção para aplicação do experimento descrito neste artigo proporcionaram a construção de análise crítica da noção identitária da mulher do campo.

ECONOMIA E POLÍTICA: AMBIVALÊNCIAS CULTURAIS NO FILME MAUÁ O IMPERADOR E O REI

Glauco Veras Siqueira Mendes (AESA/CESA)
cacoveras@hotmail.com

No presente artigo iremos abordar de forma contextualizada a implantação do ensino de história cultural relatando as contribuições oferecidas pelo PIBID, abordando as divergências entre a história aprendida nas faculdades e a transmitida pelos educadores nas escolas nos níveis fundamentais e médios, usando como elementos argumentativos de teoria e pratica a ação do cineclube com o filme Mauá o Imperador e o Rei, demonstrando a importância da ferramenta imagética para o ensino de história, bem como sua relevância para um dialogo entre passado e presente, destacamos para tanto a economia e a política, como formas de percepção cultural, tendo em vista serem estes os principais instrumentos de ensino da história e também a forma mais tradicional, portanto pretendemos demonstrar que nestas narrativas entendidas como positivistas há o elemento cultural a ser explorado, analisando as variantes e indeterminações presentes em uma dada realidade histórica, muitas vezes omitida em nome de uma analise estritamente objetiva e enciclopedista, desvirtuando o ensino de história verdadeiramente significativo.

A DIVERSIDADE CULTURAL

Rosilma Magalhães Moura (AESA/CESA)
magalhaes-moura@hotmail.com

O referido artigo pretende mostrar uma reflexão do uso da linguagem cinematográfica no ensino de historia, evidenciando um relato de uma experiencia vivenciada no subprojeto do programa Institucional de bolsa de iniciação a docência do PIBID, do curso de licenciatura em historia do centro de ensino superior de Arcoverde - CESA, na escola campo de atuação Centro de

Educação De Jovens e Adultos -CEJA, na Escola Franklin Cordeiro, situada á rua Gumercindo Cavalcante no São Cristóvão -Arcoverde -PE. O tema diversidade cultural insere-se na discussão dando ênfase, no ensino das culturas afro-brasileira e africana sintonizados com a Lei Federal: 10.639, 09 de janeiro de 2003. Sendo então, inserido no currículo escolar da educação básica, procurando colocar em discussão o modelo eurocêntrico, privilegiando assim a construção de uma reflexão multicultural na escola. Tendo como objetivo levar ao conhecimento dos educadores a lei e suas aplicações em sala de aula, utilizamos como estratégias de ensino, a abordagem de assuntos como: o surgimento das leis abolicionistas, enfocando a do Ventre Livre, Áurea e sexagenário, abordando assim, o processo de luta pela valorização da miscigenação no país.

A IMPRENSA

José Everton Melo Jassé (AESA/CESA)
vertinhomais@gmail.com

Este artigo tem como objetivo mostrar a História da imprensa, caracterizando a comunicação, informação e a noticia: utilizando um recorte do filme "O corcunda de Notredrame." Relatando uma experiência vivenciada no Subprojeto do PIBID do Curso de Licenciatura em História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA. O presente artigo objetiva mostrar através de uma ação de intervenção realizada na Escola Cícero Franklin Cordeiro como aconteceu o surgimento da imprensa. E assim reconhecer a importância que a imprensa exerce sobre o modo de agir e pensar das pessoas. Na escolha desse tema podemos perceber como a imprensa surgiu da necessidade de construir um processo de comunicação à distância, das mudanças sociais que estavam acontecendo e que também à influenciaram. Propiciando ao longo da História à propagação de ideais iluministas e as dificuldades de trazer as notícias que chegava a passar dias, semana e mês, cada vem mas esse conceito imprensa vai ganhando espaço, pois as coisas mudaram a tecnologia estar a nosso favor, que nos traz mas interação com o mundo globalizado.

HISTÓRIA E CRIATIVIDADE: NOVAS ABORDAGENS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PIBID

Jéssica Hellen Araújo (UFPB)
jessica_hsa@hotmail.com

Paula Tamyres Veríssimo (UFPB)
paulaveri@outlook.com

O ponto de partida da seguinte discussão refere-se às novas abordagens didáticas que estão sendo elaboradas e desenvolvidas em sala de aula através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação á Docência (PIBID), no qual, temos a possibilidade de observar que o ensino da História, assim como o de outras disciplinas, tem sofrido uma serie de percalços que acabam provocando no aluno um distanciamento, implicando diretamente no declínio do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, temos por finalidade a articulação da criatividade com os processos metodológicos executados no decorrer do ano letivo na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Olivina Olivia Carneiro Cunha, nas turmas correspondentes ao primeiro ano do ensino médio. O presente trabalho visa compartilhar as experiências significativas dentro do âmbito escolar, que foram alcançadas mediante a execução de pequenas alternativas ditádicas que envolvessem a criatividade como elemento fundante e qualitativo. A metodologia consistiu em apresentar um seminário criativo com base em alguns temas, como o Renascimento, as Reformas Religiosas e a Expansão Ultramarina, de uma maneira totalmente diferente do que os alunos/as estavam acostumados a lidar. Neste caso, eles apresentaram peças, paródias, jornais e programas de televisão ou qualquer outro método que outrora despertou a criatividade dos grupos. Analisa-se ao término da atividade, que esta prática metodológica estimulou nos estudantes a construção da própria autonomia criativa mediante um trabalho que tinha todos os parâmetros para ser uma atividade metódica.

INTOLERÂNCIA AFRO-RELIGIOSA: CONHECENDO O CANDOMBLÉ DENTRO DA SALA DE AULA

Victor Antônio Bispo de Araujo (AESA/CESA)
byracy.2@gmail.com

O referido artigo pretende colaborar numa reflexão sobre a intolerância afro-religiosa, partindo de analises que toveram como campo principal a escola, tendo o uso da linguagem cinematográfica no ensino de História como referencia. Evidenciando casos de atos de intolerância religiosa com pessoas de santo, em

Pernambuco. Nossas considerações surgem a partir de uma experiência vivenciada no Subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, do Curso de Licenciatura em História, do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA, na Escola campo de atuação EREM Senador Vitorino Freire – POLI, bairro do São Cristóvão - Arcoverde – PE, que durante uma ação falando sobre diversidade religiosa e a intolerância, percebendo que poderiamos nos debruçar sobre tal temática, voltamos nossas preocupações para a intolerância afro-religiosa, mais especificamente o candomblé, utilizamos o cinema como ferramenta didático-pedagógica no ensino de História, para que pudessemos assim, refletir sobre os casos, e os motivos pelos quais ocorreram e ainda ocorrem casos de intolerancia em todo o Brasil. destacamos o filme "jardim das folhas" que aborda a intolerância de maneira evidente destacando as possibilidades de uma aplicação objetiva na luta contra a propagação de ideologias racistas que envolvem as religiões de matrizes africanas.

22/7 – Sexta-feira:

UM OLHAR PARA A CULTURA JUNINA A PARTIR DAS PROJEÇÕES FILMOGRÁFICAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PIBIDIANA NO SERTÃO

Ana Paula Ferreira Pachêco (AESA/CESA)
paullinha_pacheco@hotmail.com

O presente artigo traz uma abordagem sobre a utilização do cinema no ensino de história a partir da temática da política, experiência vivenciada em ações de intervenção realizadas por alunos do Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), do Curso de História, que fazem parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na Escola pública de Referência de Ensino Médio – EREM - Senador Vitorino Freire. Através da experiência relatada no artigo, é possível observar pontos importantes que relacionam o cinema e o ensino de história, o uso das películas como ferramenta didático-pedagógica, e como as mesmas podem auxiliar na representação de uma cultura como objeto de estudo. No momento em que o tema escolhido para a intervenção foi à cultura dos festejos juninos, percebeu-se que muitos alunos conheciam e seguiam as tradições juninas, porém não sabiam as origens dos festejos e seus símbolos, o que motivou a intervenção. O artigo objetiva relatar uma experiência vivida durante uma intervenção do PIBID, e a partir do tema "cultura dos festejos juninos" analisar o uso do cinema como ferramenta pedagógica no ensino de história; Estudar o conceito de cultura na óptica de diversos autores para inseri-

los no contexto do tema trabalhado; analisar os resultados alcançados; Refletir sobre o uso de diversas ferramentas didáticas na explanação de um conteúdo, e como elas podem facilitar o aprendizado do aluno; e por fim, mostrar a importância de trabalhar a cultura regional, não só como uma festa, mas como uma identidade de um povo, como uma expressão cultural que pode integrar passado, presente e futuro. A metodologia utilizada fundamentou-se em uma vasta pesquisa bibliográfica dentro do tema abordado, uso de projeção cinematográfica e posteriormente análise e debate, assim como exposição de símbolos, comidas, danças e tradições dos festejos juninos. Constatou-se que o uso do cinema como ferramenta didático-pedagógica, ampliou o campo de visão dos alunos, ajudando a compreender melhor através das reproduções a origem e significado de um costume tão presente na região, tendo sido assim um grande aliado no ensino, que pode ser explorado de diversas formas diferentes.

SOY LOCO POR TI AMÉRICA

Thiago Soares Calixto de Oliveira (UFPB)
thiago_rtpb@hotmail.com

Olga Larissa Veiga Ferreira - UFPB
olgalarissavsf@hotmail.com

Esse trabalho é resultado de um projeto que colocamos em prática na escola de ensino médio Olivina Olívia, onde atuamos como bolsistas PIBID. Este projeto tem como propósito aludir sobre memória e o sentimento de unidade do povo da América Latina, e o sue processo histórico de opressão e resisitência. Objetivando reavivar o sentimento latino americano tão agredido e, por isso, esquecido e "abandonado", pelo nosso povo, buscamos enfatizar as questões históricas e culturais que nos unem.

A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O IMPÉRIO BRASILEIRO A PARTIR DOS FILMES ÉPICOS "INDEPENDÊNCIA OU MORTE", "CARLOTA JOAQUINA A PRINCESA DO BRAZIL" E "MAUÁ – O IMPERADOR E O REI"

Kaline Ferreira Silva (AESA/CESA)
kalinefs1@hotmail.com

Este artigo faz uma análise do imaginário que foi construído a partir de projeções cinematográficas que tratam do Império brasileiro, tendo em vista que na produção cinematográfica a história contada é filha das concepções de quem a

produz, daquele que dirige os roteiros filmográficos produzindo narrativas históricas que embasam o imaginário popular sobre a formação da história brasileira. Objetiva-se com esta pesquisa identificar o imaginário que foi construído sobre o Império brasileiro, analisar a formação do imaginário popular a partir das projeções filmográficas e refletir sobre os semióforos que se constroem a partir de narrativas históricas cinematográficas. Como procedimentos metodológicos para a realização deste estudo fez-se pesquisa bibliográfica em livros e artigos que tratam da temática em foco e análise de produções filmográficas que possibilitam a compreensão da formação de semióforos que permanecem no imaginário das pessoas. Compreendeu-se que as representações simbólicas são interpretadas como verdade histórica.

SEXO, CINEMA E HISTÓRIA VISITAM A SALA DE AULA

Talyta Araújo Souza (AESA/CESA)
talytaaraujo2@gmail.com

Este artigo busca apresentar e analisar situações corriqueiras em salas de aula da última etapa do Ensino Fundamental, onde assuntos relacionados à sexualidade e erotismo são vistos como tabus. A partir de intervenções realizadas por nós como bolsistas do PIBID em História, na rede pública do estado de Pernambuco, a comunicação trará uma explanação sobre o as origens desses modos comportamentais, tendo como base, referenciais teóricos. Dessa forma, o artigo busca entender as mudanças ocorridas no decorrer da história até os dias atuais. Assim como é a ideia central do projeto desenvolvido pelos bolsistas, enfatizar a importância da relação Cinema e História dentro na sala de aula, destacando a influência da linguagem cinematográfica e sua participação nas mudanças históricas comportamentais da sociedade brasileira. Tem-se como objetivo principal aguçar os profissionais docentes a buscar conhecer as dificuldades para dessa forma, trabalhar de forma mais produtiva.

CINEMA E HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE O RENASCIMENTO NA PERSPETIVA DO FILME "EM NOME DE DEUS"

Thays Nascimento Almeida (AESA/CESA)
thays-almeida19@hotmail.com

O referido artigo aborda a importância da utilização de filmes como recurso didático, a análise foi feita através das experiências adquiridas com a realização do cineclube, vivenciadas no Subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de

Iniciação à Docência – PIBID, do Curso de Licenciatura em História, do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA, na Escola campo de atuação Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA – Cícero Franklin Cordeiro, situada à Rua Gumercindo Cavalcanti, bairro do São Cristóvão - Arcoverde – PE. A temática deste artigo trata da análise do filme "Em nome de Deus" no contexto do Renascimento. Nessa direção, foi analisada a importância do uso desse recurso, as vantagens e a relação entre história e cinema, tendo como direção evidenciar o filme como uma ferramenta pedagógica. Sendo assim, o nosso objetivo foi elucidar a relação entre História e Cinema, compreendendo a utilização do cinema como ferramenta didático-pedagógica, e socializar os resultados obtidos através do cineclube. Como procedimentos metodológicos foram feitas análises bibliográficas de diversos autores que falam sobre a temática em destaque, complementando assim, as experiências obtidas, tornando a metodologia prática e teórica. A partir desta experiencia, constatou-se que o cinema é uma importante ferramenta pedagógica no ensino da História e a utilização deste recurso audiovisual facilita o trabalho do docente e o desenvolvimento do aluno.

LINGUAGEM E IDENTIDADE: A INFLUÊNCIA AFRICANA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO EM SALA DE AULA

Lays Honorio Teixeira (UFCG)
layswhisper@gmail.com

Gustavo Henrique Brito Silvestre (UFCG)
guga_brito2011.bol@hotmail.com

Dando continuidade a uma série de oficinas, realizadas em sala de aula com uma turma do 2º ano na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral, sobre o continente africano e sua relação cultural com o Brasil, através dos alunos do PIBID História UFCG, o presente artigo traz uma análise da recepção dos estudantes sobre a influência das expressões linguísticas africanas no português brasileiro. Nosso objetivo, ao tratar como fonte o livro de Renato Mendonça "A influência africana no português do Brasil" (2012) é, através da linguagem em diálogo com a história, conseguir lançar um novo olhar sobre como o encontro dessas culturas se ressignificaram possibilitando um entendimento da importância de ambas na formação de uma identidade brasileira, tendo a pratica da escrita por meio de textos feitos pelos alunos em sala para descrever a recepção do tema. Nossa metodologia parte da comparação de palavras que foram modificadas nesse contato cultural refletindo também na construção da identidade brasileira. Sendo assim, utilizaremos Hall (2006) para pensar sobre as diferentes identidades, possibilitando ao estudante uma nova

representatividade sobre as mesmas. Dessa forma, esperamos contribuir para o aprendizado de modo que consigam lançar novos olhares sobre as mudanças na cultura afro-brasileira e compreendam que, apesar da distância temporal entre o período da escravidão negra e os dias atuais, ainda é possível encontrar muito da cultura africana presente no nosso cotidiano.

DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO DA IMAGEM COMO UMA FERRAMENTA DIDÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ÚLTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Tatiely Alves Tenório (AESA/CESA)
tatiely.tenorio@gmail.com

Neste artigo, busca-se analisar e destacar as principais e constantes dificuldades ligadas ao uso da imagem como ferramenta didática em escolas da rede pública do estado de Pernambuco, localizadas na cidade de Arcoverde. As questões que serão exploradas ao longo do nosso texto surgem a partir de experiências vivenciadas por nós enquanto, aluna do curso de História e integrante do subprojeto de História vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O projeto tem como base, a relação cinema e história onde também texto é ligado a esse tema, já por último, destacará a importância deste projeto para a nossa vida profissional e acadêmica.

MÚSICAS DE PROTESTO E PROPAGANDAS GOVERNAMENTAIS: O USO DE IMAGENS E MÚSICAS DA DITADURA MILITAR NO ENSINO DE HISTÓRIA

Geane Lima de Sousa (UFCG)
geanelimape@gmail.com

Jaqueline Oliveira de Araújo (UFCG)
jaa.historia@gmail.com

O presente estudo trata de uma análise do trabalho docente realizado por professores e bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) na Escola Estadual Severino Cabral, em Campina Grande-PB. Utilizando como fonte o uso de imagens e músicas produzidas durante o período militar, o artigo analisa como esses recursos podem ser utilizados em aula como material didático. Foram escolhidas músicas de protesto ao regime e propagandas que enaltecem tal governo, apontando várias abordagens sobre o mesmo episódio histórico. Por

meio da análise dessas músicas e imagens, o objetivo é possibilitar aos alunos a construção de uma análise crítica a esse tipo de literatura, pouco utilizada na educação básica. O ensino permite que sejam utilizados outros recursos metodológicos a fim de possibilitar novos meios de entendimento do assunto. A metodologia utilizada na escola para abordagem das imagens de propaganda e músicas durante o regime foi através do uso do livro didático "Oficina de História", dos autores Flávio de Campos e Regina Claro e de pesquisas realizadas pelos alunos. Os mesmos analisaram canções de grandes personalidades brasileiras, como Caetano Veloso, Geraldo Vandré e Raul Seixas. Através da análise de imagens e músicas que foram produzidas no período da ditadura militar no Brasil, foi possível problematizar com os alunos a relevância de se pesquisar acerca do contexto histórico em que uma música foi produzida e a mensagem proposta pelo seu compositor. Além disso, as imagens utilizadas permitiram a construção de uma ilustração visual do assunto, fugindo da perspectiva de trabalhar apenas com teorias históricas. Dessa forma, além do ensino de história, a oficina pôde proporcionar um reforço preparatório para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), formando um senso crítico necessário para a realização da prova. O presente estudo trata de uma análise do trabalho docente realizado por professores e bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) na Escola Estadual Severino Cabral, em Campina Grande-PB. Utilizando como fonte o uso de imagens e músicas produzidas durante o período militar, o artigo analisa como esses recursos podem ser utilizados em aula como material didático. Foram escolhidas músicas de protesto ao regime e propagandas que enaltecem tal governo, apontando várias abordagens sobre o mesmo episódio histórico. Por meio da análise dessas músicas e imagens, o objetivo é possibilitar aos alunos a construção de uma análise crítica a esse tipo de literatura, pouco utilizada na educação básica. O ensino permite que sejam utilizados outros recursos metodológicos a fim de possibilitar novos meios de entendimento do assunto. A metodologia utilizada na escola para abordagem das imagens de propaganda e músicas durante o regime foi através do uso do livro didático "Oficina de História", dos autores Flávio de Campos e Regina Claro e de pesquisas realizadas pelos alunos. Os mesmos analisaram canções de grandes personalidades brasileiras, como Caetano Veloso, Geraldo Vandré e Raul Seixas. Através da análise de imagens e músicas que foram produzidas no período da ditadura militar no Brasil, foi possível problematizar com os alunos a relevância de se pesquisar acerca do contexto histórico em que uma música foi produzida e a mensagem proposta pelo seu compositor. Além disso, as imagens utilizadas permitiram a construção de uma ilustração visual do assunto, fugindo da perspectiva de trabalhar apenas com teorias históricas. Dessa forma, além do ensino de história, a oficina pôde proporcionar um reforço preparatório para o

Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), formando um senso crítico necessário para a realização da prova.

ESTUDO DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AS NOÇÕES DE IDENTIDADE, ESTERIÓTIPO E PADRÃO DE BELEZA

Camila Rafaela Pereira Martins (UFCG)
camila_historia13@outlook.com

Priscylla Laryssa da Silva Lima (UFCG)
priscyllalaryssa@hotmail.com

De acordo com a lei federal 10.639/03, de março de 2003 tornou-se obrigatório o uso do ensino da história e cultura africana e afro brasileira. No subprojeto de história do PIBID da UFCG, reconhecemos a importância dos grupos étnicos e valorizamos sua história. Pensando em sua aplicação no contexto da sala de aula, refletimos junto aos coordenadores e supervisores maneiras de abarcar esses grupos étnicos junto ao conteúdo de história e as vivências dos alunos. Fizemos um pequeno projeto para atuarmos na docência compartilhada, através da Cultura Afro-brasileira no Colégio Estadual Elpidio de Almeida, Campina Grande. Desse projeto macro, objetivamos problematizar os padrões de beleza prescritos pela sociedade, os estereótipos e as noções de Identidade. A nossa preocupação é desnaturalizar a centralidade do branco, olhos claro e cabelo liso, como marcas da beleza. Para operacionalizar esse trabalho, levamos para a sala de aula várias capas de revistas trailers de desfiles e vídeos para discutirmos juntos à questão do padrão de beleza. Ouvimos os alunos e suas posturas sobre os estereótipos, o que é considerado belo e fomos demonstrando como essas propostas são construídas historicamente, através de um discurso que idealiza um corpo, e exclui o outro. Os alunos relataram não ver com frequência em capas de revistas ou sites de moda, propagandas de TV mulheres negras, e nem referências da cultura negra como veem da nossa cultura branca/ocidental. Levamos então ao debate a questão da identidade. Muitas alunas deram relatos pessoais de vivência de todas essas questões que discutimos. Com esses relatos decidimos fazer com elas um ensaio fotográfico, exaltando as belezas múltiplas, a liberdade dos corpos. Nossa preocupação é que essa problematização contribua para a formação do professor e do alunado.

ST7 - HISTÓRIA E CULTURA: SABERES E LINGUAGENS EM DIÁLOGO

Coordenação: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG/CFP) e Profa. Dra. Rosilene Alves de Melo (UFCG/CFP)

nassausiegen@yahoo.com.br
rosileneamelo@gmail.com

A proposta deste Simpósio Temático é acolher pesquisas e promover o diálogo acerca das relações entre a história e os múltiplos significados da cultura. Tomando o polissêmico conceito de cultura como categoria heurística para problematizar as experiências humanas ao longo do tempo, o presente Simpósio Temático enseja possibilitar aproximações entre pesquisadores que reflitam sobre os modos como indivíduos e sociedades têm historicamente praticado, constituído e representado suas experiências culturais. Compreendendo que as práticas culturais e os modos de representação deixam múltiplos rastros, é necessário considerar a diversidade de evidências documentais que se expressam por meio da escrita, da oralidade e da imagética, como linguagens através das quais os indivíduos e grupos elaboram suas identidades culturais. Neste sentido, buscamos congregar trabalhos que tematizem diferentes possibilidades de narrativas histórico-culturais nos seguintes campos. Uma das matizes da discussão das relações entre história e cultura contempla a historiografia, as escritas de si e dos outros, os arquivos, as formulações memorialísticas elaboradas por meio da oralidade, das imagens e da literatura (em seus múltiplos gêneros, como o cordel). Neste espaço de diálogo também serão acolhidas as pesquisas que abordem temáticas relacionadas ao patrimônio cultural, folclore e cultura popular. Uma terceira dimensão das propostas a serem contempladas são investigações acerca das construções identitárias de indivíduos e grupos a partir da perspectiva de gênero. As análises sobre história e imagem, monumentos e iconografia pretendem suscitar um diálogo historiográfico em torno das diversas linguagens utilizadas para conferir significados às experiências culturais em diferentes temporalidades e espacialidades.

19/7 – Terça-feira:

O AGAVE NA LITERATURA DE CORDEL, PARAÍBA (1940/1970)

Júlio César Miguel de Aquino Cabral (UEPB)
tudo.biblia@hotmail.com

Este texto é parte da pesquisa que estamos desenvolvendo no projeto: memórias do agave a partir da literatura de cordel (UEPB/PIBIC, cota 2015/2016) e busca analisar os múltiplos significados que os cordelistas construíram em torno do agave, na Paraíba. Nosso estudo tem como delimitação temporal o século XX e como fonte a literatura de cordel. Aqui, neste artigo, abordaremos principalmente as imagens negativas acerca da planta, construídas como forma de resistência a uma nova lógica de trabalho, consequência da política de modernização do campo paraibano que o Estado desde os anos de 1930 vinha realizando. Uma das nossas análises, se concentra na associação do agave com as profecias do capa verde ou da besta fera, atribuídas pela cultura popular, ao Padre Cícero Romão. Como sustentação teórica para a nossa pesquisa, fizemos uso de relevantes estudos sobre cultura popular realizado por Ginzburg (1987) Burke (2010) Bakhtin (1987) entre outros.

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS NA LITERATURA REGIONALISTA DE JOSÉ LINS DO REGO

Maria Thaize dos Ramos Lira (UFRPE)
thaize_ramosjp@hotmail.com

A literatura regionalista contou com participação de vários romancistas, dentre eles, o paraibano José Lins do Rego (1901-1957), cuja produção literária, particularmente as obras do "Ciclo da cana-de-açúcar", é marcada pelo tom da decadência da sociedade patriarcal nordestina e a substituição dos engenhos pela usina. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar como a literatura regionalista se apropriou de um conjunto de práticas culturais, expressando-as enquanto representações sociais próprias a uma identidade regional em formação, durante as primeiras décadas do século XX, a partir dos romances de José Lins do Rego. Promoveremos diálogo com algumas pesquisas que versam sobre o autor, dentre as quais se destacam Albuquerque Júnior (2001), Castelo (1961), Chaguri (2007), Oliveira (1997). Situamos esta pesquisa no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações propostas por Roger Chartier (1990). Pretendemos adotar como corpo documental principal o romance de José Lins do Rego: Fogo Morto (1943). Como

procedimento metodológico serão analisados trechos que indicam a presença dessa sociedade patriarcal nordestina, com seus elementos caracterizadores do cotidiano no engenho e das pessoas que ali viviam, de forma a se identificar como as representações sociais produzidas por José Lins contribuíram para formulação de uma identidade regional centrada no que conhecemos como "culturas do açúcar". Espera-se com esta pesquisa, compreender a forma que José Lins do Rego se apropria de práticas culturais específicas da sociedade açucareira (cultura do açúcar) para construir a sua narrativa.

"O BOÊMIO NÃO TEM MAIS DO QUE UM LAR": A BOEMIA E O SER BOÊMIO NOS SAMBAS DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Uelba Alexandre do Nascimento (UFCG)
uelba_ufcg@yahoo.com.br

As palavras "boemia" e "boêmio" tem muitas implicações históricas, mostrando como elas foram construídas sob estereótipos e sinônimo de "vagabundagem". Sendo identificada assim, a boemia e o boêmio passam ao imaginário popular como "vida extravagante, vida airada e sem compromissos" e desta forma, cria-se representações entre os compositores/as e cantores/as, marcadamente entre as décadas de 1940 e 1950, sobre este mundo que prevalece até hoje. Neste artigo, temos por objetivo discutir como alguns sambas do período retratavam a vida boêmia e uma suposta tentativa de "regeneração do boêmio" no período estadonovista, além das relações de gênero que este mundo comportava, quer seja no bar, no lar ou no cabaré.

MEMÓRIAS ESCULPIDAS EM BUSTOS: UMA HISTÓRIA DOS FILHOS ILUSTRES DE UMBUZEIRO (PB)

Tatiane Vieira Silva (Secretaria de Educação de Pernambuco)
tatianevs13@gmail.com

No presente trabalho daremos ênfase aos bustos construídos na cidade de Umbuzeiro-PB, em memória aos personagens denominados localmente de filhos ilustres, a saber, João Pessoa, Antônio Pessoa, Assis Chateaubriand e Carlos Pessoa Filho. Estes objetos memorialísticos foram plantados nas principais praças públicas da cidade ao longo dos anos 1931 a 2006. Embora tenham ganhado conotações distintas daquela que apresentavam no período em que foram construídos, os personagens materializados em bustos acionam uma dada memória e remetem a uma identidade citadina, portanto possuem um caráter

mnemônico bastante intenso. Nesse sentido, o abordados enquanto "monumentos intencionais" (RIEGL, 2005) e objetivamos analisar como os mesmos se agregam a materialidade dos espaços públicos citadinos, constituindo "lugares de memória" (NORA, 1993). Como encaminhamento metodológico recorremos aos relatos orais de memória, ao discurso memorialista e as fontes hemerográficas, sendo estes os nossos suportes para problematizarmos a construção dos bustos aos filhos ilustres de Umbuzeiro.

"A MULTIPLICAÇÃO DOS PEIXES": IMAGENS DE RESISTÊNCIA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Tereza Cândida Alves Diniz (UFCG)
terezacandidaalvesdiniz@gmail.com

A pluralidade cultural presente na contemporaneidade histórica exigiu a emergência de novas fontes documentais além das tradicionais fontes escritas. A xilogravura como fonte visual apresenta-se como um objeto dessas possiblidades cujas práticas trazem imbuídos em suas formas e técnicas a chancela de representações simbólicas e culturais desse fazer histórico. O presente artigo busca a partir de uma xilogravura do artista Stênio Diniz, natural de Juazeiro do Norte/CE, demonstrar como essas representações são ao mesmo tempo práticas do mundo do cotidiano, mas podem conter indícios e sinais de resistências a esse mundo em si.

A VEZ E A VOZ DA ICONOGRAFIA: AS POSSIBILIDADES DO USO DE IMAGENS NO CAMPO DA LITERATURA DE CORDEL

José Rodrigues Filho (UFCG)
rodriguesfilhojc@gmail.com

Ao longo do século XIX e até meados do século XX o uso das imagens não foi admitida pela historiografia enquanto documento de estudo, quando utilizadas pelos historiadores serviam apenas para complementar informações dos textos, a fim de ilustrá-los. Todavia, por volta da década de 1970, com o advento da História Cultural, se consolida o emprego, mesmo que timidamente, das imagens enquanto documentação histórica, objetivando apresentar a importância desta fonte para o estudo histórico. Contudo, vale salientar que ainda hoje, as fontes visuais não possuem o devido valor que mereciam, sendo utilizadas na maioria das vezes, como ilustrações. Neste sentido, este artigo se propõe problematizar as possibilidades de análise colocadas pelo diálogo com as imagens, evidenciando

desafios colocados para o historiador. O objetivo desta pesquisa é entender como se dá o processo de edição de imagens no campo da literatura de cordel, tendo em vista as diferentes técnicas de ilustração (desenho, fotografia e xilogravura) utilizadas por editoras distintas na produção de uma mesma imagem, apresentando por fim, possibilidades de trabalhar esta iconografia. Nossa discussão teórica se pauta nas contribuições de Peter Burke, Ana Maria Mauad, Boris Kossoy, Paulo Knauss, Ulpiano Bezerra de Menezes e a historiografia pertinente a discussão ora apresentada.

POR UMA HISTÓRIA DO SENSÍVEL: AMOR, CRIME E SEDUÇÃO EM CAJAZEIRAS PARAÍBA, 1920- 1940

Katiana Alencar Bernardo (UFCG)
katianaalencar20@gmail.com

Esse trabalho objetiva analisar a partir da História das Sensibilidades, as Histórias de Homens e mulheres que viveram no alto sertão Paraibano nas décadas de 1920-1940. Problematizar escolhas, razões e sentimentos que percorriam os crimes de sedução, defloramento e infanticídio é uma das possibilidades de discutir como esses indivíduos traduziam o mundo em razão e sentimentos, ou seja, como os sujeitos aprendiam a pensar e a sentir. Nessa perspectiva, transcrevemos 13 processos crime que foram digitalizados no decorrer do desenvolvimento do projeto PIBIC e que estão arquivados no Fórum da cidade de Cajazeiras. Desses 13 processos, pretendemos discutir aqui a análise de 4 casos, que embora, tenham acionado a justiça para serem resolvidos, apontavam um relacionamento amoroso antes da denúncia. Pretendemos no decorrer da pesquisa a ser desenvolvida, empreender um estudo dos mecanismos de racionalidades que faziam nascer sofrimentos e prazeres, como apontou, Arlette Farge. Nesses casos analisados, apresentamos uma problematização ainda inicial, ou seja, a partir das sensibilidades, tentamos percorrer os modos de sentir de homens e mulheres que se envolveram nos chamados crimes de amor. Atentando que trabalhar com a história das sensibilidades não é tentar sentir ou reviver os sentimentos passados, mas, tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. Enfim, nosso objetivo nesse artigo é discutir o campo da História das Sensibilidades e como essas discussões nos possibilitam mesmo que inicialmente pensar os conflitos e as escolhas dos envolvidos nesses casos.

FONTES E DOCUMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FOLCLORE (1941-1963)

Ewerton Wirlley Silva Barros (UFCG)
ewertonwirlley@gmail.com

Esta proposta apresenta os trabalhos desenvolvidos e os resultados já alcançados pela pesquisa "Folclore em movimento: a Sociedade Brasileira de Folclore e o processo de institucionalização dos estudos folclóricos no Brasil (1941-1963)", durante a vigência PIBIC/CNPQ/UFCG 2015/2016. Tal projeto tem como objetivo investigar a trajetória e as ações da Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) – instituição folclórica potiguar que, antecedendo à criação da Comissão Nacional de Folclore pelo governo brasileiro, promoveu um debate em torno da questão popular no Brasil a partir dos anos 1940. Nesse recorte temporal, estamos mapeando uma tradição de estudos culturais que proporcionou a formação do campo folclórico nacional. O aporte teórico-metodológico do nosso projeto se junta às reflexões de Michel Foucault acerca da análise de discurso, enquanto conceito problematizador das relações de saber e poder que conformam as experiências culturais. Nesta comunicação, particularmente, apresentaremos o trabalho de higienização, digitalização e organização de dois acervos documentais que possuímos – um particular (que reúne a documentação digitalizada em pesquisa anterior) e outro público (cedido pelo Centro de Documentação Cultural Eloy de Sousa – CEDOC, localizado em Natal-RN, para ser digitalizado). Como eixo para essa primeira atividade do projeto, utilizamos o levantamento bibliográfico realizado pela biblioteconomista potiguar Zila Mamede (1970), que mapeou a bibliografia produzida por Câmara Cascudo durante 50 anos de atuação intelectual (1918-1968). Esse mapeamento corresponde, justamente, ao material do CEDOC que está sendo aqui digitalizado: os originais das publicações cascudianas compiladas por Mamede. Dessa forma, nesta comunicação, abordaremos o trabalho de organização do corpus documental de nosso projeto, fontes e documentos de natureza folclórica, refletindo sobre as particularidades desse tipo de documentação na perspectiva de um estudo histórico-cultural.

20/7 – Quarta-feira:

NOS RASTROS DA MENINA EDINETE: A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA "MENINA DA SERRA" COMO SANTA.

Francimeire Gomes Monteiro (EEEFM João Silveira Guimarães)
francimeiremonteiro@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar as memórias construídas para justificar a santidade da menina Edinete, também conhecida como "Menina da Serra". Edinete foi uma criança que viveu na zona rural do município de Riacho dos Cavalos, no sertão da Paraíba. Sua morte trágica (morreu perdida na serra) aconteceu na década de 1970, e aos poucos a história de santidade da menina Edinete foi sendo construída e mantida. Os depoimentos de graças alcançadas unidos aos muitos poemas cantados pelos repentistas enfatizando a dolorosa trajetória da menina e a sua santidade foram fontes importantes para a construção deste trabalho. Também procuramos perceber a partir de quais práticas a crença na santidade dessa criança se manifesta e como os membros da Igreja Católica da cidade de Riacho dos Cavalos reagiram diante do fortalecimento da crença na santidade da "Menina da Serra".

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: AÇÃO E ATUAÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS EM CAJAZEIRAS-PB

Maria Ivanilda Oliveira dos Santos (UFCG)
ivanildamariaoliveira@gmail.com

A gravidade da violência contra mulher ganha contornos de sério problema social em razão do impacto que causa na sociedade. Mesmo com a implantação de políticas e ações voltadas ao combate à violência contra mulher, ainda é perceptível e se torna preocupante o quanto é assustador o número de casos de mulheres que são violentadas constantemente em nossa sociedade. É um fenômeno que não escolhe classe, raça, idade e escolaridade. São mulheres que são violentadas principalmente no âmbito familiar, em especial pelos seus companheiros, o que torna a questão um problema social e político considerando ser o lar o espaço que é tido como tranquilo e seguro para toda família, e que está imune de violência. Nesse sentido, é importante refletir sobre a importância das relações de gênero para a compreensão histórica e social e, assim, compreender a localização dessa violência contra as mulheres no cotidiano, no real. Essas são questões que fundamenta este trabalho procurando sistematizar a pesquisa que vem sendo realizada no município de Cajazeiras, Paraíba, com o

objetivo de problematizar e analisar como esta modalidade de violência é compreendida e quais mudanças se processam na elaboração do discurso da violência a partir dos depoimentos de (coordenadores, vítima, agressor). Discursos que marcam uma posição de tensão e conflito e que, na perspectiva foucaultiana, trazem as imbricações e os nexos das relações de poder que, presentes nas relações de gênero, marcam posições de sujeito, instituem regimes de verdade e legitimam práticas e procederes.

MISTÉRIO E FÉ: A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOCIAL EM CACHOEIRA DOS ÍNDIOS – PB

Ranielton Dantas de Araújo (UFCG)
dantas.ranielton@gmail.com

A morte é uma temática polêmica, e a religião uma de suas possibilidades explicativas. Esta pesquisa abarca esses dois campos de estudos: morte e religião, mistério e fé. A cidade de Cachoeira dos Índios, localizada no alto sertão paraibano, é o local onde se deram os acontecimentos aqui analisados. Como a maioria das cidades interioranas do Brasil, Cachoeira dos Índios também tem uma praça composta por um monumento central: uma estátua do Padre Cícero. Contudo, no ano de 2003, esse monumento foi retirado pela administração municipal para uma reforma. Curiosamente, naquele ano, o vice-prefeito da cidade morreu em um acidente automobilístico. Em menos de um ano, o prefeito também morreu, à mesma maneira. O fato chamou a atenção dos cachoeirenses, que buscaram explicar os acontecimentos. O fio escolhido para tecer esses fatos foi estabelecer uma relação entre a retirada da estátua e as mortes. Naquele momento, iniciava-se a construção de um imaginário social que articulava morte e religião, mistério e fé. Para os cachoeirenses, as mortes eram resultantes da ação municipal em retirar a imagem do Padre Cícero da praça central. Dessa forma, amparado por teóricos da História Cultural, pretendo problematizar a construção de um imaginário social em torno do referido monumento, a partir dos discursos midiáticos que cercam os episódios da morte dos gestores cachoeirenses.

POÇO DE JOSÉ DE MOURA: A CRIAÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CULTURAL LOCAL (2004 – 2010)

Darlan Douglas de Goz Ferreira (UFCG)
darlan.goes@hotmail.com

O presente trabalho problematiza, a partir da perspectiva da história cultural, o processo de constituição de uma nova identidade cultural na cidade paraibana de Poço de José de Moura, tendo como foco a atuação dos grupos culturais locais "Reisado Zé de Moura" e "Pisada do Sertão". No início do século XXI, esses grupos foram fundamentais para a ressignificação do conceito de cultura local, consolidando novos referenciais identitários para os habitantes da pequena cidade de Poço de José de Moura. Em virtude do grande potencial cultural pocense, cada cidadão local traz consigo um certo apreço pelas manifestações artísticas que ali se encontram, enxergando nelas a representação dos valores e da história daquela comunidade. O problema é que nem sempre isso foi assim. A população daquela cidade sertaneja viveu por anos à sombra da imagem do místico que a fundou, José Alves de Moura, pautando sua identidade a partir dos referenciais religiosos fornecidos por esse personagem. Outros personagens e outros elementos históricos e culturais só ganharam destaque posteriormente, quando da criação de grupos culturais que inventaram um conjunto de manifestações folclóricas para a cidade. Dessa forma, este trabalho se propõe a analisar a atuação dos grupos "Reisado Zé de Moura" e "Pisada do Sertão" que, no raiar do século XXI, criaram uma nova identidade cultural para a cidade de Poço de José de Moura.

POR OUTROS ESPAÇOS DO CANGAÇO: O CANGACEIRO CHICO PEREIRA E A CONSTRUÇÃO DE UMA "MEMÓRIA MALDITA" (1924-1928)

Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmento (UFCG)
guehansbegerlastro@hotmail.com

Este trabalho objetiva problematizar a construção de uma "memória maldita" para o cangaceiro paraibano Francisco Pereira Dantas, mais conhecido por Chico Pereira, produzida pelos discursos oficiais jornalísticos e dos processos criminais, percebendo os múltiplos interesses que decodificaram e fomentaram uma memória "negativada" para o corpo desse personagem. Francisco Pereira Dantas, nascido por volta dos idos de 1900, na fazenda Jacú, no distrito de Nazareth (hoje município de Nazarezinho, Paraíba) entrou para o cangaço depois que o seu pai fora assassinado por adversários políticos da região de Sousa, deste mesmo estado. Durante os anos de 1924-1928, liderou um grupo de cangaceiros e os seus rastros eram perseguidos e (mal)ditos, sobretudo pelos jornais. Desta forma, pretendo investigar outros espaços do cangaço que foge das "trilhas tradicionais" inventadas e ressignificadas pela oralidade, mídia e escrita da história através da marcha do "Rei do Cangaço" e de seu afamado grupo. Os pesquisadores dessa temática centraram suas preocupações em Lampião, proporcionando que sujeitos

como Chico Pereira ficassem em segundo plano, silenciados ou esquecidos; e fazendo com que o cangaço se automatizasse em Lampião e suas andanças. Portanto, proponho pensar outros espaços do cangaço, a partir da construção memorialista de Chico Pereira, analisando as subjetividades discursivas que cartografaram e fabricaram o lugar do "maldito" para esse cangaceiro.

A FORMAÇÃO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE: UMA REFLEXÃO DE THEODOR W. ADORNO SOBRE A SEMICULTURA

Pedro Henrique Dantas Monteiro (UFCG)
ph.mr.hahn@hotmail.com

A Indústria Cultural, como instrumentalização da razão para massificação da cultura, busca a conversão de tudo o que se faz no âmbito do humano como objeto produzido a partir de uma padronização pelo espírito que se configura como sistema de dominação. Este sistema, por sua vez, faz-se mediado pelos diferentes sistemas de produção do mundo capitalista, estando entre estes o sistema educacional. Trata-se de pensar como se faz a implementação deste sistema pela Indústria Cultural, que interfere na formação da cultura, fazendo-a fragmentada e pseudônima, levando os educandos, a sofrerem consequências negativas, com uma formação técnica, alienada de si mesma e sem nenhum teor crítico. Convertendo, pois, a formação cultural numa semiformação, o que implica dizer a produção de uma semicultura. Deste modo, fundamentamos, com essa reflexão, as análises teórico-reflexivas da pesquisa de iniciação científica "A Filosofia no Ensino Médio: O Ensino de Filosofia nas Escolas de Ensino Médio no Sertão da Paraíba – Cajazeiras, Sousa e Pombal", tendo como referência o exposto por Theodor W. Adorno em seu artigo "Teoria da Semicultura". Assim, proporcionaremos uma discussão conceitual em torno do que este autor nos diz dessa formação cultural falsa, significando uma formação deturpada que inibe a liberdade do indivíduo. Estabelece-se, deste modo, um espaço de problematização, análise e compreensão em torno de um processo que está presente no que se tem como formação cultural contemporânea e que exerce um lugar preponderante para se pensar a circularidade cultural em uma sociedade capitalista e neoliberal, atingida fortemente pelos impactos de uma industrialização da cultura. Para esta reflexão, utilizou-se, portanto, como fonte de caráter bibliográfico, além do artigo referido, a obra Dialética do Esclarecimento (2006), de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, em seu capítulo "Indústria Cultural".

O FILME, O LIVRO E A DANÇA

Sheyla Almeida Santos (AESA/CESA)
sheyla_almeidas@hotmail.com

Este artigo procura estabelecer uma reflexão analítica entre um filme, um livro e uma dança, que traz a temática negra do ponto de vista intercultural presente na memória social e cultural das produções literárias, cinematográficas e da dança. Nesse sentido, entendemos que no filme o maior protagonista é o tempo, o livro preenche a narrativa de sua historia com o cotidiano de uma mulher negra, pobre, mãe, escritora e favelada, e, uma dança em que seu universo só pode ser pensado a partir de uma vida, e de uma vida que encontra a sua conexão com o mundo das coisas no ato de dançar. Portanto, o nosso objetivo é compreender como as narrativas das memórias expressam os conteúdos da memória individual e coletiva dos diferentes personagens em diferentes tempos e espaços dessas três produções. Entendemos que o tempo marca e delimita o encontro dos diversos personagens com quem são. Em As filhas do vento, percebe-se o divisor de gerações; são nas memórias escritas que Carolina, documenta o tempo ao seu redor, e, na transmissão do ritmo, passos e melodias que as Irmãs Lopes trabalham a memória cultural. Como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos. A memória cultural é composta por "heranças simbólicas" substanciadas em textos, monumentos, ritos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros elementos que acionam conteúdos associados ao que passou. É a memória quem nos permite formar uma composição narrativa do passado e, por meio desta, chegar a uma composição e uma identidade de nós mesmos, um discurso de quem somos nós.

FOTOGRAFIA E MEMÓRIA: CULTURA FOTOGRÁFICA NO SERTÃO DA PARAÍBA A PARTIR DA COLEÇÃO FAMILIAR DE UM FOTÓGRAFO (CAJAZEIRAS, 1940-1980)

Lais Tavares de Abreu (UFCG)
laistavares93@hotmail.com

Sabendo que as fotografias de um modo geral nos permitem refletir a respeito de um determinado tempo e contexto histórico e o quanto são permeadas de sentidos e de significados de quem as produz assim como de quem as tem para si enquanto forma de rememorar um instante que existiu, busco entender a cultura fotográfica da cidade de Cajazeiras, entre os anos de 1940 a 1980. Essa cultura fotográfica que é a questão central desse diálogo pode ser entendida pelo modo

como se dá a produção a circulação e o consumo da fotografia. Para tal, conto com a colaboração da família do fotógrafo José Cavalcante que atuou na cidade durante as décadas de 50 e 60 do século XX. Essas questões me norteiam e fundamentam na elaboração do meu trabalho de conclusão de curso onde tento esclarecer os questionamentos apontados. Contribuindo com essa produção historiográfica utilizo como fontes a coleção particular de fotografias da referida família, assim como as memórias por meio da história oral que me auxiliam no alcance de informações que contribuem na analise da fotografia.

22/7 – Sexta-feira:

A VIDA FORA DA TELA: PRÁTICAS SOCIAIS E CULTURAIS DECORRENTES DO CONTATO COM O CINE ÍRIS NA CIDADE DE NOVA FLORESTA-PARAÍBA(1959-1989)

Yuan Fonsêca Marinho (UFCG)
yuan_marinho@hotmail.com

O presente trabalho pretende tratar da instalação e permanência do Cine Íris na cidade de Nova Floresta-Paraíba, traçando a relação entre o cinema e o processo de modernização da cidade. Colocaremos sob análise os impactos culturais e sociais exercidos pelo cinema naquela pequena cidade ao criar espaços e canais de socialização e subjetividade, abrindo novas possibilidades de visões de mundo, embalando produtos, novas crenças e atitudes em puro encantamento da sétima arte. Além disso, iremos mostrar como o Cine Íris marcou profundamente a vida de várias pessoas que o frequentaram. Por mais de 30 anos foi o centro cultural de uma pequena comunidade, trazendo shows musicais, magia e hipnose, teatro, artistas da moda e filmes que espelharam e refletiram gostos, desejos, comportamentos, identidades e consumo, no mundo banhado pela nova ética de um capital que se globalizava e destruía ou interagia com culturas, valores, éticas e crenças locais. Só que isso de uma forma profundamente viva e emocional. Presente nos namoros e casamentos passados e pensados em frente à tela, nos laços de amizade que deixaram marcas e na lembrança das coisas e do tempo de antes, como cenas de filme ainda recordadas.

ENTRE APARIÇÕES E ENCANTAMENTOS: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO POPULAR PIRANHENSE (1930-1950)

Danilo de Sousa Cezário (UIA)
danilomotos@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações entre as práticas de entesouramento e desentesouramento das botijas, com a transferência da cidade de São José de Piranhas – PB para uma nova localidade. Analisamos também, como modificou o cotidiano dos piranhenses frente as aparições de tais botijas durante as décadas de 1930 a 1950. No desenvolver da pesquisa, será de fundamental importância a utilização dos conceitos de "Imaginário Cultural" da historiadora Sandra Jatahy pesavento (2002) e dos conceitos de memórias de Ecléia Bosi (1994). Utilizaremos a metodologia da história oral como fonte metodológica para a realização deste estudo.

ANCHIETA VERSUS NÓBREGA: NARRATIVAS SOBRE UM DEBATE EM BRONZE.

Ana Rita Uhle (UFCG)
anauhle@gmail.com

A presente comunicação apresentará os resultados de nossa pesquisa acerca do Monumento a Anchieta (Usai, 1954), inaugurado em São Paulo em meio às comemorações do IV Centenário de fundação da cidade. Trata-se de uma obra celebrativa financiada pela colônia espanhola e que materializa um importante debate travado à época, que diz respeito a escolha do fundador de São Paulo. Historiadores paulistas, interessados na construção de um passado nobre e de um discurso harmônico sobre a fundação da Vila de Piratininga, trouxeram a público um conjunto de fontes que justificava uma idealizada interação entre missionários jesuítas e os povos indígenas. A obra é resultado de uma forte polarização entre portugueses e espanhóis, que disputavam a fundação da cidade entre o Padre Manoel da Nóbrega (de origem portuguesa) e o Padre Anchieta (de origem espanhola). O projeto do Monumento a Anchieta sofreu modificações desde a maquete inicial, uma vez que apontava conflitos entre colonos portugueses e índios Tupiniquim. O trabalho pautou-se na análise de um conjunto heterogêneo de fontes documentais: narrativas historiográficas, fotografias, documentos produzidos pela Prefeitura de São Paulo e o próprio acervo familiar do escultor. Buscamos compreender o processo de produção da obra, negociações e debates travados entre seus idealizadores, historiadores e técnico do departamento de urbanismo da Prefeitura, na elaboração de um discurso celebrativo materializado em bronze e localizado em região central da

cidade, associada ao Marco Zero, a Praça da Sé. Para tanto, adotamos uma perspectiva da história social da arte, buscando pensar a obra como fruto de um processo intensamente negociado e de um conjunto de práticas sociais.

IMAGENS DA INFÂNCIA NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1920

Maria Socorro Cipriano (UEPB)
maria.cipriano@bol.com.br

O presente estudo visa apontar algumas reflexões acerca das imagens de infância, divulgadas pela revista Era Nova na década de 20. A análise sobre as imagens de meninos e meninas, produzidas no começo do século, pode ser esclarecedora para compreendermos como era vista a infância, especialmente pelos grupos sociais mais abastados, que possivelmente atrelaram e/ou reproduziram seus desejos e expectativas de vida em seus filhos e sobrinhos. A investigação indica pistas sobre como aquela sociedade se relacionava com o tema e, também, sobre como a revista Era Nova serviu como um espaço de divulgação para as fotografias, no sentido de criar e propagar um modelo ideal de criança na época. As poses congeladas nas fotografias ali editadas, também guardam semelhanças com outras imagens realizadas por fotógrafos de outros estados. São retratos infantis que apresentam gestualidades, vestuários e acessórios utilizados pelas crianças similares às de outras, editadas em muitas das revistas ilustradas que começam a circular no período abordado. Portanto, para refletir sobre como essas práticas culturais se constituíram naquele contexto histórico,faz-se necessário o diálogo com a historiografia relativa ao tema da infância e da iconografia. Dentre outros referenciais, serviram como base para esta pesquisa: SOTAG, Susan; KOSSOY, Boris; MAUAD, Maria; Phillip, ARIÈS e CERTEAU, Michel.

O AMOR NOS CORDÉIS SOBRE RAPTOS CONSENTIDOS

Rosemere Olimpio de Santana (UFCG)
rosemere.o.santana@hotmail.com

Pretendemos nesse artigo discutir a partir de alguns cordéis que circularam no nordeste no período de 1920 a 1940, a prática do rapto consentido. Esses folhetos discorriam sobre a modernidade e as mulheres sobre as mudanças de lugares na sociedade e, como não poderia deixar de ser, tratam dos casos de raptos consentidos. Suas histórias emboram sejam ficcionais, tratam de questões comuns à vivência dos poetas e podem mostrar valores e experiências partilhadas. A maioria dos cordéis tratam não só dos raptos como do amor, tema que enfatiza

a busca do ideal romântico, ou seja, a busca pelo amor verdadeiro que tudo pode vencer, mas também trazem a tona a traição, as angústias e as trapaças e mentiras que uma relação amorosa pode produzir. Assim, também nos cordéis os raptos foram traduzidos como experiência de desejo transitório e ardiloso. Sabemos que a literatura de cordel tinha uma circulação ativa, inclusive no interior nordestino. Embora o título de popular acompanhe esse documento não o compreendemos como representação do pensamento popular. Segundo Grillo (2008), os cordéis se referiam à preocupação e ao contexto social dos poetas, leitores e ouvintes. Além de tratar de eventos sociais, econômicos e políticos, os cordéis também supriam a escassez de informações, principalmente no sertão nordestino. Desta forma, os cordéis enquanto artefatos culturais literários podem nos remeter a formas distintas de sentir e pensar o amor na prática dos raptos consentidos.

DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA: O CASO DO SUBINDO A LADEIRA.

Letícia Helen Silva Teles (UFPB)
letticiahtteles@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo fazer uma explanação sobre a experiência realizada no decorrer do ano de 2015 no Projeto Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História (Varadouro/João Pessoa-PB) que atua na comunidade do Porto do Capim (incluindo Vila Nassau, Frei Vital e Cortume) desde o ano de 2011 através do Programa de Bolsas de Extensão da UFPB (PROBEX). Os moradores que habitam a comunidade há mais de setenta anos – mantendo sua tradição ancestral, perpetuando seus costumes e fortalecendo sua ligação com o rio e com o mangue – encontram nesse território o palco para preservação dos seus bens culturais, bens estes que defrontam-se cotidianamente com ameaças por parte de políticas públicas higienistas que preveem a remoção da comunidade e a utilização da área voltada para o turismo de mercado. As ações do Subindo a Ladeira, voltadas para as crianças com a faixa etária dos 7 aos 14 anos, são centradas na educação patrimonial e no ensino de História da Paraíba através da linguagem artística, visando fortalecer uma perspectiva cidadã e o reconhecimento por parte das crianças (e, por extensão, de toda a comunidade) de sua posição intrínseca de protagonista da História. A educação, entendida aqui, a partir dos conceitos freirianos de transformação do mundo e de cidadania, está diretamente ligada à percepção de patrimônio imaterial que encontra na experiência cotidiana e na história vivida suas bases de sustentação, tornando evidente que a construção humana e histórica também se traduz imaterialmente através dos laços comunitários que se fortalecem por intermédio

da memória coletiva, e das heranças culturais e tradicionais que sobrevivem mesmo com o passar do tempo. Nota-se uma crescente participação da comunidade no processo de resistência e de luta pelo direito de permanecer no território que ocupa há gerações. Essa resistência é fruto do fortalecimento da identidade local e comunitária que ocorre por diversos fatores. Sem dúvida alguma, o Subindo a Ladeira tem contribuído para esse fortalecimento. Vale acrescentar que o "conhecimento acadêmico" não é tratado, neste projeto, com superioridade em relação aos saberes populares. A consciência histórica não se limita assim aos grandes intelectuais e aos muros universitários, esse conhecimento tem que se aproximar e ser construído com, e ao lado das camadas sociais menos favorecidas para que exista uma correlação e uma reparação nos erros históricos. É partindo dessa premissa que a universidade irá começar a cumprir o seu real papel que é ser povo.

ST8 - ESCRITAS DE SI, FORMAS DE NARRAÇÃO E PRÁTICAS DE ALTERIDADE NOS PERIÓDICOS DOS SÉCULOS XIX E XX

Coordenação: Profa. Dra. Paula Rejane Fernandes (UFRN) e Profa. Ma. Jorilene Barros da Silva Gomes (UFPB)

paulafdes@gmail.com
jorilene.jp@hotmail.com

Este simpósio temático busca reunir pesquisadores que discutam e problematizem narrações pessoais, interpessoais e identitárias nos periódicos do final do século XIX e começo do século XX e as múltiplas questões vinculadas à pesquisa nos jornais. Compreendemos que a partir de 1990, a história da cultura escrita ganhou destaque e força perante a academia, desta forma este simpósio possibilita refletir como esta história da escrita, especialmente da escrita que circulou por meio de periódicos, contribuiu para a construção de representações a respeito da sociedade, da cidade, do indivíduo, do corpo, da educação. Entendemos a partir da História Cultural que as representações são formas de dar sentido à realidade e de legitimarem locais de poder. E compartilhamos com Certeau (2003) que na escrita impressa diferentes saberes se entrecruzam em temporalidades distintas, intenções subjetivas e objetivas, mas que foram o devir social, contribuindo para formação de uma classe letrada.

19/7 – Terça-feira:

NOTÍCIAS E ANÚNCIOS SOBRE INSTRUÇÃO NO JORNAL *O PUBLICADOR* (1884-1886)

Carolina Rocha (UFPB)
ccarolina_rocha@hotmail.com

Este artigo tem o propósito de apresentar a pesquisa e estudo acerca do jornal *O Publicador*, impresso pela Typografia de José Rodrigues da Costa que circulou na província da Paraíba do Norte entre os anos de 1862 a 1886. O referido periódico foi considerado à época como sendo de cunho liberal. A comunicação que

trazemos faz parte do trabalho em desenvolvimento de iniciação científica intitulado: "Imprensa e impressos na Paraíba na segunda metade do século XIX: tipografias, livros e compêndios escolares" e está vinculado ao Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa dedicou-se inicialmente ao recolhimento de informações acerca da tipografia e dos discursos proferidos no periódico estudado acerca de temas relacionados à instrução e educação à época. Procurou-se atentar, também, aos anúncios publicados no jornal em virtude de sua importância para apreender a circulação dos livros e os compêndios escolares que eram impressos pela tipografia e escolhidos para serem vendidos. No que se refere aos anúncios percebemos ainda uma variedade de produtos a venda e produzidos na própria tipografia, além de serviços oferecidos e propaganda. Processou-se a análise e interpretação das matérias que se referiam à educação e à instrução pública. Para a referida comunicação escolhemos a década de 1880 para ser trabalhada, pois achamos a mais significativa para atender aos objetivos propostos para essa comunicação. A respeito da estrutura das publicações do jornal, pode-se afirmar que as suas seções não possuíam uma rigorosa ordem a ser seguida, exceto os anúncios que vinham sempre ao final do jornal. Valem ressaltar as três seções que apreciam com maior frequência: Noticiario que vinha trazendo notícias da própria província e de suas vizinhas; notícias referentes à educação e a chamada de Parte Official que trazia leis e ordens assinadas pelas as autoridades locais. *O Publicador* apresentava ainda uma seção na qual o redator e/ou os colaboradores escreviam, porém não se sabe ao certo quem escrevia pela falta de identificação dos textos jornalísticos, procedimento bastante comum ao longo do século XIX, nessa seção é possível perceber o direcionamento político, social e cultural do periódico.

"DE BOM TOM": A IMPENSA "FEMININA" NO RECIFE DOS ANOS 1930

Ewennye Rhoze Augusto Lima (UFCG)
ewennyerhoze@gmail.com

Esta comunicação tem como objetivo, através da fonte privilegiada Revista P'ra Você e pequenos periódicos adjacentes, discutir as representações e práticas femininas apregoadas através das matérias "de bom tom" direcionadas ao "publico feminino" na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, nos anos de 1930. Considerada a Paris Nordestina, esta metrópole regional constitui um polo cultural que influenciou todo o nordeste nos meados introdutórios do século XX. Partindo desta premissa, observaremos e discutiremos as minuncias das dezenove edições buscando elucidar os pormenores de uma sociedade que

passara por um processo modernizador e ao mesmo tempo convivia com representações "arcaicas", projetando nas suas mulheres estas dicotomias.

"DA POLÍTICA À INSTRUÇÃO: RELAÇÕES ENTRE AS CULTURAS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS ESCOLARES PUBLICADAS NO *JORNAL DA PARAHYBA* (1880-1889)"

Victor Albuquerque Santos (UFPB)
victoralbuquerque16@hotmail.com

O referido trabalho tem como objetivo a análise das relações entre as culturas políticas e as práticas escolares empregadas pelas autoridades provinciais na sociedade paraibana, tomando como fonte e objeto de estudo os artigos do *Jornal da Parahyba* nos anos de 1880-1889 em virtude da intensificação dos embates políticos. Dentre os temas identificados ressaltamos os de caráter instrucional como: a questão da Instrução Popular, do Ensino Primário Obrigatório, e a efetivação da Escola Normal. Em relação ao universo das culturas políticas podemos destacar o alcance do poder provincial por parte do partido conservador até a proclamação da república no ano de 1889 e a instauração de um novo modelo político para o país. Estabelecendo essa conexão, propõe-se realçar o papel importante dos jornais como proclamadores de ideários pedagógicos que nos permitiram adentrar ao universo cultural do período no sentido de compreender a circulação de ideias e práticas educativas pretendidas entre os anos de 1880 e 1889. Com isso, o *Jornal da Parahyba* é evidenciado como um dos mais influentes periódicos do período, pois o jornal criado por Silvino Elvidio Carneiro da Cunha tornou-se expoente do partido conservador. O homem responsável pela criação do referido jornal, conhecido como Barão do Abiahy ocupou também o cargo de diretor da instrução pública da província parahybana. Dessa forma, o periódico foi órgão responsável pela divulgação dos atos oficiais do governo na segunda metade da década de 1880. Isso nos mostra a relevância desse estudo para entendermos o contexto em que se deram as transformações estruturais no que se refere a instrução em conexão ao poder governante vigente. Pretendemos aqui nos referir aos embates e jogos de poder em torno de projetos de nação presentes no Brasil oitocentista. Além disso, pudemos constatar ligações entre os efervescentes posicionamentos políticos conservadores e liberais em diálogo com vários aspectos da sociedade paraibana à época, identificando por meio dos debates nos jornais o enfoque dado pela dialética que insistia em afirmar: Instruir é civilizar e civilizar é instruir.

CIDADE, JORNAL E POLÍCIA: ESPAÇOS PÚBLICOS NO RECIFE E OS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Alisson Henrique de Almeida Pereira (UFRPE)
alissonhap@hotmail.com

O trabalho aqui apresentado busca discutir questões acerca do processo de urbanização do Recife oitocentista e dos anseios citadinos expressos no jornal naquele momento, relacionando-os nesse contexto de modernização pelo qual passava a capital pernambucana. Em um período no qual despontavam fortemente ideais científicos, a partir dos quais a noção de "progresso" em grande medida guiava os projetos de cidade moderna, além de somado ao crescimento demográfico e, consequentemente, às novas demandas na dinâmica social – a cidade se via diante de um cotidiano diverso daquele experienciado em tempos de colônia. Dessa forma, a ocupação do território, a mobilidade agora mais agitada e os usos públicos dos espaços acabaram por em grande medida acirrar os ânimos nessa urbe que tentava se organizar aos moldes europeus e ao mesmo tempo era majoritariamente mestiça; na qual escravos, ex-escravos e pobres cada vez mais iam se integrando à vida urbana recifense e o incômodo decorrente saia da vida privada para a esfera pública. Estes grupos acima citados contrapunham ao ideal de "civilidade" pretendida na visão de muitos "homens da ciência" daqueles tempos (contribuíam com a materialização do "atraso" da Província), ideal este que pregava que a "indisciplina" e o "inapropriado" deveriam ser corrigidos através dos aparatos policiais. Dessa forma – em uma sociedade segmentada –, é por meio das publicações solicitadas nos jornais que ora se apoiava, ora praticamente se desabafava em protesto frente às ações públicas. É nesses impressos diários que objetivamos analisar as relações entre Estado, policiamento e cotidiano no Recife oitocentista. E, assim também, com discussão suscitada durante o simpósio temático, poder reavaliar os caminhos narrativos de minha dissertação de mestrado em andamento.

JOFFILY, O *GAZETA DO SERTÃO* E A SECA: UMA GEOGRAFIA DA PARAHYBA NA SECA DE 1877

Danyllo de Farias Santos (UFCG)
danyllo_farias@hotmail.com

Pensar a seca foi e é um grande desafio. Um fenômeno que sensibiliza os meios sociais, intelectuais e ambientais de toda uma região. Muitos escritores já falaram sobre a temática, seja na literatura, nos trabalhos acadêmicos ou em meios populares, como os cordéis. A partir disso, vamos pensar a seca por meio dos

escritos do jornalista Irineu Joffily em seu jornal, o *Gazeta do Sertão*. O principal ponto aqui é mostrar como Irineu, no fim do século XIX, via a questão da seca, pensando em estratégias para uma melhor condição de vida em épocas que esse fenômeno assolava a então região norte do país, no caso do presente trabalho, a Parahyba. Pretendemos abordar suas visões, narrativas, questionamentos e soluções com relação à seca, colocando em ponto as secas do século XIX, principalmente a seca de 1877. Usando como base documental o jornal, fundado pelo mesmo na cidade de Campina Grande, *Gazeta do Sertão*, que circulou de 1888 a 1891 e seu livro, Notas sobre a Parahyba, de 1892, vamos fazer uma analise da seca de 1877, que em seu jornal, serve de exemplo e comparação, para as secas das duas ultimas décadas do século XIX.

20/7 – Quarta-feira:

O DISCURSO NOELISTA NO JORNAL *A IMPRENSA*

Jorilene Barros da Silva Gomes (UFPB)
jorilene.jp@hotmail.com

Este trabalho busca discutir e problematizar a partir de textos produzidos pelo Núcleo Noelista da Paraíba que estão no jornal *A Imprensa*, mais especificamente na seção denominada "Cultura Feminina" e nas atas de reuniões do grupo que estão localizadas no arquivo da Arquidiocese da Paraíba o modelo ideal de Família Cristã Católica, entre os anos de 1931 a 1945, numa perspectiva de compreender a formação social, ideológica e religiosa da Família na Paraíba na primeira metade do século XX. O Núcleo Noelista na Paraíba é uma ramificação do movimento "Le Noel" que originou-se na França no final do século XIX, através do padre Paul Bailly e do fundador do movimento e também padre Claude Allez. O movimento foi criado dentro do contexto de reorganização da Igreja Católica (o processo de romanização) que tinha como principal objetivo combater os aspectos desviantes da modernidade. O Noel foi trazido para o Brasil em 1914 para a cidade do Recife e se espalhou por vários estados do Brasil nos anos seguintes, tendo como núcleo central o estado de Pernambuco e vice-núcleo o estado do Rio de Janeiro e se instalou na Paraíba no ano de 1931. Entre as características principais do movimento no Brasil, destacam-se: a assistencialidade, a catequese, a caridade e a formação da fé individual e coletiva. Este trabalho debruça-se especificamente sobre a análise dos textos produzidos pelas noelistas na Paraíba entre os anos de 1931 a 1933, pois estes textos possibilitaram compreender debates acerca do cotidiano familiar que reportam os principais dilemas do período como: virgindade, matrimônio, trabalho,

maternidade, etc. Portanto, é feito nesta pesquisa o cruzamento entre as influências do que seria considerado moderno para época e os valores familiares conservadores postulados pela Igreja Católica para compreender como este "tipo ideal" de família se adaptou aos novos modelos e ventos da modernidade. Logo, ao fazer a leitura destes textos é um privilégio, pois é possível mergulhar através dos poemas que tem um caráter romancistas os emaranhados de sensações e dilemas que reportam para as noções de afetividade, sociabilidade e religiosidade entre as famílias do século vinte.

ÚLTIMA DESPEDIDA: A MORTE DE JERÔNIMO VINGT-UN ROSADO MAIA NARRADA NA IMPRENSA MOSSOROENSE

Paula Rejane Fernandes (UFRN)
paulafdes@gmail.com

Nosso objetivo é analisar como os jornais O Mossoroense, De Fato, Gazeta do Oeste entre o período entre 2005 e 2015 narraram o falecimento e os aniversários de morte de Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, intelectual mossoroense que idealizou e criou a editora Coleção Mossoroense e a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM). Para lermos as fontes trabalharemos com o esquema conceitual de Roger Chartier (1990, 2002): representação, apropriação e circulação. Além de Chartier, dialogaremos com Mouillaud (2002) para entendermos como uma morte pode ser tomada como acontecimento que cria marcas na cidade.

DO CÉU AO INFERNO: O COTIDIANO DOS "BORBOLETAS AZUIS" NAS PÁGINAS DO *DIÁRIO DA BORBOREMA* (1970-1980)

Fabiano Santos Ferreira (UEPB)
fabianosantosferreira1@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa em andamento do movimento religioso que teve seu inicio no fim da década de 1960, sob a égide do então empresário do algodão Roldão Mangueira, que após sofrer uma série de fracassos nos negócios chegando à falência, funda o Grupo religioso Casa de Caridade Jesus no Horto, após receber uma revelação do Padre Cícero, que o aconselhou a fundar o movimento, que por conta das vestes utilizadas pelos adeptos da seita ficaram conhecidos na cidade sob a alcunha de "Borboletas Azuis". Inicialmente as pesquisas ficaram delimitadas em exames do periódico *Diário da Borborema* dos anos 1970-1980, e em leituras de artigos científicos

relacionados ao tema. O grupo religioso tem os olhares da cidade e do mundo voltados para si quando iniciaram a proclamar que tinham recebido do próprio Jesus uma mensagem de como e quando aconteceria o fim do mundo. Por conta de suas declarações ganharam as primeiras páginas dos jornais citadinos e da imprensa nacional, que usaram suas páginas para apresentar ao mundo o grupo religioso por meio de discursos de alteridade.

MODOS DE SER MULHER: REDES DISCURSIVAS NO *JORNAL DAS MOÇAS* (1914-1920)

Jessica Gleyce dos Reus Felix (UFPB)
gleyce.jes@gmail.com

A presente comunicação tem como objetivo analisar e problematizar as produções discursivas acerca do ser mulher no início do século XX, a partir do conteúdo veiculado na revista quinzenal/semanal de caráter ilustrado: *Jornal das Moças*, em sua primeira década de existência, mais especificamente nos idos de 1914 -1920. Ferramentas eficientes na disseminação de valores, códigos e condutas, tais periódicos, aqueles "de maior penetração no lar", construíram representações culturais do feminino, constituindo-se como instrumentos pedagógicos na medida em que engendraram práticas no cotidiano de suas leitoras. Não obstante, a efervescência destas publicações no período em questão, também trazem à luz toda a atmosfera de transformações que se delineava. Cabe aqui ressaltar inserção desta reflexão no campo da História Cultural, e que no intento de nortear nossa discussão dialogaremos com autores que versem sobre os conceitos indispensáveis a construção do texto.

LUGARES DE HOMEM E DE MULHER NO NAMORO DA *ERA NOVA*

Janielly Souza dos Santos (EEF Reitor Edvaldo do Ó)
janiellyhistoriadora@gmail.com

Quando pensamos a construção de um espaço de vivências, notamos que ele é resultado dos sujeitos que o habitam. Nisso, entendemos que à formação de famílias atua diretamente na história dos espaços. Deste modo, refletir os lugares de paquera e de namoro que atuam na produção de famílias se torna uma questão relevante para a história, no momento que esta é também fruto do cotidiano e das sociabilidades entre os sujeitos. Com o objetivo de refletir os lugares de homem e de mulher propostos pela sociedade paraibana na década de 1920 diante da paquera e do namoro, este trabalho se constrói. Para concretização

de tal empreitada recorremos à análise da Revista *Era Nova* e de jornais de festa do período e espaço estudado. No entanto, faz-se necessário enfatizarmos que este artigo é produto de pesquisas realizadas para o projeto de doutorado e futura tese. Sendo assim, as reflexões aqui expostas estão abertas a problematizações e debates.

ST9 - ESCRITOS COM OS ACORDES DE CLIO: HISTÓRIA E HISTÓRIA CULTURAL

Coordenação: Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses (UEPB) e Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFPB)

joedna8@hotmail.com
azemarsoares@hotmail.com

Esse Simpósio Temático tem por objetivo reunir trabalhos que abordem pesquisas desenvolvidas no campo da História Cultural, portanto, temáticas relacionadas aos estudos historiográficos das subjetividades e sensibilidades, da educação, da história da saúde e das doenças, dentre outros. Trata-se de enfatizar o papel da História Cultural e suas diversas possibilidades de temas na produção historiográfica contemporânea analisando a constituição histórica da cultura pelas quais os sujeitos vivem e se instituem enquanto indivíduos. A ênfase na compreensão histórica dos afetos, tais como a escrita da história do medo, do amor, do ódio, da saudade, do riso, da dor, do sonho, da corporeidade, da educação, da música, da saúde e das doenças etc. permitirá, também, a análise da emergência de novos olhares e operacionalidades sobre o tempo e o saber histórico. Serão aceitos trabalhos que intencionem divulgar pesquisas em torno destas temáticas propostas, bem como, textos que analisem a própria produção historiográfica timbradas nas águas da História Cultural destacando as possibilidades de existência de uma escrita da história sobre as experiências e práticas sociais e culturais na constituição das maneiras de ser e viver.

19/7 – Terça-feira:

"SUBLIMES VIRTUDES EM CRISE EPIDÊMICA": A EPIDEMIA DE CÓLERA NA PARAÍBA E O DISCURSO MÉDICO EM INSTRUÇÕES SANITÁRIAS POPULARES DE ANTÔNIO DA CRUZ CORDEIRO (1862)

Wuendisy Fortunato da Silva (UFPB)
adrich_kel@hotmail.com

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o discurso médico na província da Paraíba em 1862, ano em que ocorreu o segundo surto epidêmico de Cólera; doença que impulsionou desde seu primeiro aparecimento em 1856, uma série de medidas médicas pró-higienistas na Paraíba, e que acabou por traçar um

perfil de sociedade pautada no ideal de progresso científico/acadêmico bastante próprio da segunda metade do século XIX. Mas também legitimou as práticas da medicina acadêmica quando a mesma acabou se tornando soberana junto ao governo provincial no que se refere à organização social da província. Nesse sentido, a medicina assumiu o monopólio da prática e do saber institucionais da arte de curar, assegurando uma fatia importante de poder na sociedade, mostrando, assim, a sua faceta social fazendo com que a política se transformasse em biopolítica, passando a atuar junto ao governo na administração da vida biológica dos indivíduos, intensificando assim a força do governo provincial e resignificando suas práticas, no intuito de utilizar os indivíduos conforme as pretensões do Governo. Para tanto, utilizaremos como fontes históricas Relatórios dos Presidentes de Província, Jornais do período e em especial o livro de 1862 intitulado: "Instruções Sanitárias Populares" da autoria do médico Antônio da Cruz Cordeiro, cuja singularidade se mostra ao tratar em especial do Cólera-morbus em 1862 na Paraíba.

CUNHÃ: VIDA E FEMINISMO NA PARAÍBA (1990-2000)

Dayane Nascimento Sobreira (UFPB)
dayanesobreira26@gmail.com

O Estado da Paraíba apresenta uma longa trajetória no que tange à luta de mulheres, estas que durante muitos verões estiveram ausentes da escrita da história. Mulheres como Elisabeth Teixeira, por exemplo, que estiveram presentes na história vivida plantando sementes do feminismo muito antes da década de 1970 (CUNHÃ, 1994). Nesse sentido, visibilizando o protagonismo feminino e o histórico de lutas no Estado, enveredamos por desenhar uma história da Cunhã Coletivo Feminista, ONG fundada em 1990 na cidade de João Pessoa/PB. Pensaremos a emergência e articulação do grupo por meio de projetos institucionais e da história oral, o vendo como mecanismo agenciador de espaços heterotópicos de atuação (RAGO, 2014). Veremos a elaboração de novas práticas de subjetivação e a consolidação do feminismo institucionalizado que se instrumentalizou na realização do XIII Encontro Nacional Feminista em João Pessoa, no ano de 2000.

AS DOENÇAS VIRANDO NOTÍCIAS: OS DISCURSOS SOBRE DOENÇAS NA IMPRENSA DA PARAÍBA (1850-1860)

Elyonara Brito Lyra Targino (UFPB)
naralyrat@hotmail.com

O presente trabalho faz parte das pesquisas que desenvolvemos na Iniciação Científica e tem como objetivo analisar as representações acerca das doenças nos jornais da Paraíba, entre os anos de 1850 a 1860. Compreendida como um fator também social, a doença é anunciada nas páginas dos jornais como castigo ou vontade divina, possuindo um caráter político quando apresentada como consequência da ausência de medidas higienistas por parte do governo para a preservação da saúde da população. Nos discursos percebemos que, muitas vezes, a falta de salubridade pública e a chegada das doenças na província eram utilizadas pelos opositores para criticar o governo. Esse tipo de discurso nos jornais, por exemplo, eram tidos como armas políticas para reforçar o que havia, por parte do governo, uma má gestão, e expressar a "opinião pública". A partir das pesquisas nos periódicos O Tempo e A Regeneração, percebemos também como o discurso médico acadêmico era propalado, segundo consta, visando instruir a população no que diz respeito à higiene, modificando costumes, ritos e saberes, perpassando a vida privada dos indivíduos. Além das pesquisas nos periódicos, utilizamos os Relatórios dos Presidentes de Província para explanar os discursos políticos conflitantes entre a imprensa e os anúncios oficiais do governo.

PEDAGOGIAS DO CORPO: HIGIENE E EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MODELADORA DE CORPOS SAUDÁVEIS E VIGOROSOS (BRASIL E COLÔMBIA - 1920 / 1940)

Alexandro dos Santos (UFCG)
alexandrodossantos09@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo analisar a circulação do ensino de Higiene e Educação Física no Brasil e na Colômbia durante as décadas de 1920 e 1940, como parte do processo de medicalização e modelação de corpos saudáveis e vigorosos. Nas pesquisas realizadas percebemos que esse processo ocorria de forma semelhante nos dois países referenciados. A característica principal do ensino dessas duas disciplinas constituía em disciplinar, adestrar, higienizar, civilizar e modernizar o corpo dos sujeitos através de práticas esportivas. As crianças tinham seus corpos submetidos a diferentes atividades recreativas de acordo com as diferenças de sexo e idade. Os meninos realizavam atividades físicas para desenvolver um corpo robusto e saudável atendendo uma ordem social

civilizatória, fazendo parte de uma sociedade que se dizia moderna e civilizada. Enquanto, as meninas tinham seus corpos modelados através de atividades físicas mais leves, suaves preparando-as para serem filhas, esposas obedientes, e mães prestativas no cuidado com a casa e filhos. Desse modo, recorremos a um conjunto de fontes fruto de pesquisas realizados em arquivos desses dois países: no Brasil, utilizamos a Revista do Ensino do Estado da Paraíba (1932-1942), Revista do Ensino do Estado de Alagoas (1922-1927), e o Jornal A União (1930 a 1937). Da Colômbia, a Revista Salud y Sanidad (1932-1937), Revista Cromos (décadas de 20, 30 e 40). Estabelecemos um diálogo com a historiografia relacionada ao tema, a exemplo de Soares Júnior (2011-2015), Soares (2004), Vago (2002), Oliveira e Beltran (2013), Ghiraldheli Júnior (1991), Penagos & García (2014). Nossa narrativa foi pensada a partir das análises do aporte teórico-metodológico de abordagem da Nova História Cultural, através dos conceitos de cultura física Soares Júnior (2015), gênero Louro (2010) e poder disciplina de Michel Foucault (2010). Neste período analisado a modelação do corpo dos sujeitos fazia parte dos objetivos de políticos, médicos e pedagogos na produção de corpos higienicamente saudáveis e vigorosos. As disciplinas de Higiene e Educação Física era o caminho mais rápido e fácil para se conseguir alcançar tais metas.

"AXÉ OXUM ODENITÁ": ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE JOSÉ ERIVALDO DA SILVA E SUA NAÇÃO KETO EM JOÃO PESSOA – PB

Dulce Edite Soares Loss (UVA)
dulceloss@hotmail.com

Esse trabalho tem por objetivo analisar aspectos biográficos do Babalorixá José Erivaldo da Silva, fundador do Ilê Axé Oxum Odenitá, "casa matriz" e agente fundador do tradicional culto africano de nação Keto na cidade de João Pessoa. Nascido na cidade de Cajazeira – PB, na década de 1960, José Erivaldo da Silva, foi abandonado pela família biológica, sendo criado pelos avós, quando se iniciou na religião e foi morar na casa de seu "pai de santo". Por motivos de doença vem a João Pessoa e após dificuldades aqui instala o Ilê Axé Oxum Odenitá. Analisar aspectos de sua biografia, é contribuir para uma História Cultural comprometida com a diversidade de temas e possibilidades de problemas que compete a um historiador. Problematizamos, a partir da vida do Babalorixá, características do ritual prevista no culto da nação Keto, gerando uma multiplicidade de axés na cidade de João Pessoa e interior da Paraíba. Metodologicamente, utilizamos a História Oral, para dar voz ao personagem Babalorixá José Erivaldo de Oxum e

sua egbé, coletar dados e registrar essas memórias é trazer a tona a herança cultural e religiosa oriunda dos negros do período colonial.

ENTRE O MÉDICO E O PROFESSOR: MEDICALIZANDO O ESPAÇO ESCOLAR NA CIDADE DE PATOS-PB (1922-1945)

Erik Alves Amarante (FIP)
erik_nowick@hotmail.com

A presente pesquisa tem por inciativa, no contexto das modernizações e dos ares higienistas que se iniciaram nas décadas do século XX, problematizar as práticas de modelações do corpo e da mente dos jovens que atuaram como agentes propagadores desses discursos, contextualizando ao mesmo tempo questionando essa tarefa medicalizadora do sujeito. Tendo como eixo norteador, os entendimento dessas práticas no espaço escolar, que circulavam juntamente com algumas práticas da pedagogia do corpo durante anos de 1922 a 1945 na cidade de Patos, tendo como ponto de partida, nesse trabalho garimpeiro, o estudo de duas escolas referente nessa prática narrativa: Colégio Cristo Rei e Colégio Diocesano de Patos. Ambas trabalhados e citados em vários manuais didáticos, revistas que circulavam no período estudado. Sobre elas, buscamos dialogar, como os preceitos pedagógicos eram veiculados pelos médicos nesse período e postos em prática por professores e professoras em algumas escolas da cidade de Patos – PB, e, entender como as diversas categorias sociais reagiram a esse processo, pensados por muitos, como uma prática civilizatória.

"BENDITA SALIVA": JOSÉ FÁBIO E AS PRÁTICAS POPULARES DE CURA NA PARAÍBA

Rosana Nascimento Gomes Melo (UEPB)
rosanagomes.historia@gmail.com

Esse artigo tem por objetivo analisar a atuação dos chamados "médicos populares", mais conhecidos também como curandeiros, e seus métodos de cura na Paraíba durante a primeira metade do século XX. Para tanto, nos aprofundamos no caso do "famoso" curandeiro e farmacêutico José Fábio. O mesmo fora residente no município de Bananeiras - PB, onde desenvolveu práticas farmacêuticas e a fabricação de vacinas (essas feitas com a saliva de crianças sadias) objetivando a cura de pessoas diagnosticadas com alguma doença, dentre elas da época a tuberculose. O intuito é poder analisar de forma mais precisa a atuação e procedimentos de cura utilizada tanto por José Fábio,

bem como avaliar a importância que o mesmo fomentou para a medicina paraibana da época de uma maneira mais tangível. Na realização do trabalho, utilizamos de fontes bibliográficas, documentos pessoais e o livro de anotações da família "Fábio" contendo informações sobre o curandeirismo e as doenças que se alastravam pela Paraíba.

MORTE NO FRIO: UMA ANÁLISE DA MORTALIDADE INFANTIL NA CIDADE DE BORBOREMA-PB NA DÉCADA DE 1950.

Thaís Luana Felipe Santos (UEPB)
thaisluanahist@hotmail.com

Esse artigo tem por objetivo analisar os fatores que influenciaram a mortalidade infantil no brejo paraibano em meados da década de 1950, especificamente na cidade de Borborema/PB. Localizada no início do planalto da Borborema, onde o clima se faz ameno durante os meses de maio a agosto, meses em que a taxa de mortalidade acentuava-se. A mortalidade infantil refletia as condições de vida como também a qualidade de recursos disponíveis para o cuidado da saúde das crianças, sendo o fato climático e as doenças respiratórias (pneumonia, tuberculose, dentre outras) tópicos de grande relevância para discursão desta temática. Comenta-se a questão do imaginário popular nordestino brejeiro considerando o contexto histórico cultural da região e sua religiosidade. Realiza-se como forma metodológica uma investigação epidemiológica dos óbitos, realizada no cartório do município, sobrepondo aos relatos orais das mães que perderam filhos naquela época. Assim, o objetivo principal deste trabalho é preencher as lacunas que são evidentes, em relação aos estudos voltados a esta problemática, analisar o perfil da mortalidade infantil e o que dizem as informações dos óbitos.

20/7 – Quarta-feira:

DE PORTUGAL AO NORDESTE: "SAUDADE O MEU REMÉDIO É CANTAR"

José Cunha Lima (Prefeitura Municipal de Araruna)
jscunhalima@hotmail.com

O presente texto embasou-se na linha de pesquisa dos Estudos Culturais, que observa a constituição histórica das identidades culturais. Analisando, com isso, as formas históricas de consciência e de subjetividade, pelas quais os indivíduos

constroem uma identidade social e cultural. Metodologicamente, pretende-se fazer a abordagem sobre a musicalidade nordestina produzida nas décadas de 1940 e 1950, por Luiz Gonzaga, o "Rei do Baião". Portanto, o intuito desse trabalho é compreender a construção da identidade cultural da região nordestina, analisando a saudade e a sua construção e evolução histórica, criando na mentalidade do nordestino, como a região da saudade.

"LOUCOS" E "ALIENADOS": OS DISCURSOS ACERCA DA LOUCURA NA PARAHYBA DO NORTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Danilo Fernandes dos Santos (UEPB)
danilofernandes00@hotmail.com

No final do século XIX e início do século XX, as cidades brasileiras estavam imersas em uma nova lógica, uma lógica de modernização, não apenas das ruas, das praças, das casas, ou seja, das estruturas físicas, mas uma reforma do próprio sujeito que deveria/poderia ser nela transeunte. Para tal empreendimento foram criadas novas categorias de indivíduos que devido as suas características não se adequavam a esse projeto, a essa nova cidade. Esses anormais, ou a-sociais, como Michel Foucault os denominou, deveriam ser retirados, excluídos da urbe moderna. Como mecanismo de exclusão e enclausuramento foram criadas as instituições que os absorveram com o discurso de cura ou mesmo de humanização ou readaptação. A cidade da Parahyba do Norte, com todas as suas especificidades, também foi absorvida nesse projeto que buscava a ordem e o progresso dessa pequena urbe, portanto, os indivíduos que fugiam dos padrões estabelecidos deveriam ser reclusos e readaptados, ou mesmo só tirados da vista dos pretensos modernos; nesse intuito foram criadas várias instituições, como hospícios, asilos e orfanatos, por exemplo. Neste sentido, o presente artigo tem como pretensão analisar os discursos acerca de uma categoria desses indivíduos: os loucos, partindo dos discursos produzidos pelos médicos, imprensa e políticos na cidade da Parahyba do Norte nas primeiras décadas do século XX.

CRIANÇAS ESCOUTHS: O ESCOTEIRISMO A PRELEÇÃO AOS CORPOS FORTES E SADIOS NA PARAÍBA (1930-1940)

Azemar dos Santos Soares Júnior (UFPB)
azemarsoares@hotmail.com

Esse trabalho tem por objetivo analisar a prática do escoteirismo enquanto uma modalidade esportiva nas escolas da Paraíba na década de 1930. Dentre as

diversas modalidades de educação física desenvolvidas nas escolas paraibanas, a ginástica sueca e o futebol, tornaram-se as mais indicadas pelos médicos e desejadas pelos alunos, respectivamente. Porém, outra modalidade, começava a despontar como formadora de corpos fisicamente vigorosos: o escoteirismo. As atividades de campo, acabavam por dar disciplina ao corpo, tornava-os fortes, ensinava-lhes técnicas de sobrevivência, formas de proteção contra as doenças e certas posturas éticas. Um exercício que reunia o tema em voga fortemente defendido pelo discurso médico-pedagógico da época: uma mente sã, um corpo sadio. Força e inteligência davam as mãos. Metodologicamente, analiso os discursos publicados pelo jornal A União e pela Revista do Ensino da Paraíba, que dedicaram páginas ao tema do escoteirismo. Analisar os corpos de crianças escouths, é possível, ao som dos acordes de Clio, entoando as regras da História Cultural na produção de histórias do corpo, da saúde e das doenças.

SENSIBILIDADES E MEMÓRIA: O NARRAR, O SENTIR E O ENVELHECER.

Antônio Carlos dos Santos Pereira (UEPB)
tony.fjc@hotmail.com

A partir da segunda metade do século XX, especificamente nas décadas de 1960 e 1970, a velhice ganhou expressão e legitimidade no campo das preocupações sociais do período. Entretanto, novas formas de pensar a velhice irão fazer com que aconteça uma ressignificação no processo de envelhecimento. Por um lado, a velhice está atrelada a todo um contexto histórico onde passa a fazer parte de uma segregação étnica nas sociedades em desenvolvimento. Por outro, as sociedades irão buscar meios para que as pessoas procurem, desde a sua juventude, desenvolver e adotar padrões onde retardem ou garantam uma forma de envelhecer bem. Com a passagem dos anos de 1980, as sociedades consumistas criaram espaços sociais, a gerontologia, e produtos de rejuvenescimento e lazer, incorporando aos mercados de consumo, os recém-chegados a fase da aposentadoria, denominada de "Terceira Idade". Essa nova fase da vida resultou na criação de estereótipos em torno da velhice, em que os indivíduos da famosa Terceira Idade, são aqueles que se denominarão de "idosos" por esses estarem em ambientes que permitam a continuidade de uma vida ativa, buscando a mais ampla realização pessoal, e a continuidade de objetivos abandonados outrora. Serão atribuídas ao termo "velho", as pessoas que já não conseguem mais participar da vida social, que sofrem com as doenças provocadas pela passagem do tempo, e em maioria dos casos, são excluídos do ambiente familiar e social por já não serem capazes de cuidar de si. Além de perceber a construção histórica destes significados para se pensar a velhice, tais como, a denominação de

"terceira idade", "idosos", este trabalho buscará através da História das Sensibilidades e do Estudo da Memória, a compreensão de como os afetos podem ser representadas pelas narrativas dos indivíduos que colaboram com o nosso trabalho, a partir da História Oral e como essas sensações podem contribuir para a formação das identidades que os indivíduos podem construir ao chegar à velhice.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: MEMÓRIAS E IDENTIDADES NO QUILOMBOLA CRUZ DA MENINA, NO ESTADO DA PARAÍBA (1988-2012).

Neusa de Almeida Victor (UFCG)
neusavictor_@hotmail.com

Este texto discute a construção identitária do Quilombola Cruz da Menina, situado no Estado da Paraíba. Do ponto de vista da pesquisa farei uma análise de conceitos que permitem refletir na escritura deste trabalho, a exemplo dos conceitos de memória de Ricoeur (2007); Hall (2003); Foucault (1979); Arruti (2006), entre outros. Uso como metodologia os recursos da história oral, focando nos testemunhos dos moradores da comunidade. Essa é uma pesquisa em andamento e encontra-se em processo de análise.

ECOS DE UMA HISTÓRIA SILENCIOSA: VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE NO ASSASSINATO DE VIOLETA FORMIGA (1951-1982)

Rayana Benicio de Oliveira (UFPB)
rayanabenicio@yahoo.com.br

Este artigo visa discutir como a construção dos códigos de masculinidade, gênero e dispositivo de sexualidade formaram as concepções de violência empregada às mulheres. Fenômeno antigo, generalizado e bastante complexo. Sua ocorrência atinge mulheres de diferentes classes sociais e em diversos lugares, porém, é no espaço doméstico que ocorre o maior número de casos. Lilia B. Schraiber (2005) comenta que as atitudes violentas contra as mulheres, constitui uma questão social complexa e difícil, porque nem sempre tais atos foram vistos como violação dos direitos femininos. Tais atos foram vistos como violência devido a luta de muitas mulheres, e de alguns homens, pela igualdade de direitos, pelo fim dos assassinatos femininos. Muitos desses casos de violência de gênero ficaram por muito tempo impune, como no assassinato da poeta paraibana Violeta de Lourdes Formiga Maia (1951-1982), morta pelo ex marido na cidade de João Pessoa, pois não se conformava com o fim do relacionamento. E mesmo antes do

seu assassinato ela vivia sob constante pressão e medo. Que amor é esse sinônimo de medo, sinônimo de posse sexual, sinônimo de morte? Essa história traz a tona elementos que perpassam por uma trama de conflitos conjugais, em que o amor figura como motivador dos homicídios de mulheres. Assim pretendemos mostrar que a violência contra as mulheres é um fenômeno social e cultural característico de sociedades patriarcais que idealizaram a agressividade, ambição, virilidade, entre outros adjetivos, como padrões esperados a comportamentos de indivíduos masculinos. Para tanto, lutar em busca da visibilidade desse caso significa dar visibilidade, exigir conhecimento e propostas de resolução, atitude que o feminismo vem buscando construir, sob uma ótica que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder.

SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO OU NÃO DA VELHICE NO TEMPO PRESENTE

Flaviano Grangeiro Moura (UEPB)
flawyogr@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar além de alguns conceitos que circundam o termo “idoso”, “velho” e “velhice” e suas características como grupos identitários ligados a indivíduos com certa faixa etária de idade, compreender os aspectos sociais, culturais e políticos relativos a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que permeiam as relações entre o grupo dos idosos e dos não idosos na sociedade contemporânea. Observar o sentimento de pertencimento dos mesmos a esses grupos, onde entendemos serem construções sociais utilizadas para situar o indivíduo nas várias instituições da sociedade.

“PESTE, FOME E GUERRA”: ESPAÇOS DE CURA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Janyne Paula Pereira Leite Barbosa (UFPB)
janynepaula@hotmail.com

Desde meados do século XIX, e início do século XX até os dias atuais, a Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança, Grande Guerra, ou ainda, Guerra Maldita, vem sendo objeto de amplas pesquisas baseadas em uma série documental bastante variada, como os diários de viagens, biografias, impressos, documentos oficiais dentre outros, contribuindo para a construção de uma historiografia acerca da temática. A longa duração da Guerra do Paraguai (1864-1870), analisada através dos diários de viagens, correspondências oficiais e documentação

referente ao período, expõe de maneira brutal o tratamento dado aos soldados, civis e demais participantes que lutavam na guerra contra o inimigo comum, o Paraguai. As forças aliadas, argentinos, uruguaios e brasileiros, lutaram acima de tudo pela sobrevivência nos campos de batalha caracterizados pela falta de água potável, alimentos insuficientes e sem condições de serem ingeridos, cadáveres amontoados ao ar livre, além da ausência de instrumental médico cirúrgico para tratar os doentes. Percebe-se através da documentação, o cotidiano dos combatentes que conviviam com a necessidade de sobreviver e não de vencer o inimigo paraguaio. As doenças, a fome, o deficiente tratamento médico implementado, e a falta de subsídios que contribuíssem com o trato dos feridos foram uma das principais causas para a enorme taxa de mortalidade do período. A falta de cuidados para com os combatentes enviados é visível em parte da documentação referente ao conflito, assim, tentaremos perceber o dia a dia das Enfermarias, Hospitais de Sangue e demais espaços de cura, e quais as ações desenvolvidas nesses locais para o tratamento dos enfermos. Realizaremos a pesquisa sob o enfoque da Nova História Cultural, nos preocupando com novas interpretações, com ações conscientes ou não, com os lugares e a vida cotidiana dos doentes e feridos, na tentativa de dar novas abordagens aos temas que envolvem a Guerra do Paraguai.

22/7 – Sexta-feira:

REPRESENTAÇÕES DA DIVERSIDADE RELIGIOSA NO COTIDIANO ESCOLAR: DIÁLOGOS COM OS SABERES HISTÓRICOS

Rafael Nóbrega Araújo (UEPB)
rafael.nobreg.araujo@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo expor os resultados obtidos ao longo da pesquisa de Iniciação Científica "Saberes históricos currículo e memória: Ensino de História e identidade no contexto da diversidade religiosa" para refletir em torno da diversidade religiosa no âmbito escolar, destacando as práticas e representações de cunho religioso que estão em trânsito na escola. À luz dos estudos no campo da História Cultural procuramos identificar de que modo os saberes produzidos fora da escola dialogam com os saberes do currículo da disciplina escolar História. Como aporte metodológico utilizamo-nos da História Oral temática com base em fontes tais como: entrevistas semi-estruturadas com professoras de história, questionários aplicados com alunos de 9º ano, e pesquisa documental. A diversidade religiosa faz parte da realidade escolar, cujos alunos vivenciam saberes de suas próprias religiosidades de modo que se possam

visibilizar os saberes cotidianos presente no Ensino de História para assim compreender se a História ensinada em sala de aula recebe e dialoga com estes saberes e as práticas religiosas em sua diversidade.

"UM FENÔMENO ESPECIAL NA AMÉRICA DO SUL": A PROJEÇÃO DE PORTO VELHO EM MAD MARIA, DE MÁRCIO SOUZA

Ana Carolina Monteiro Paiva (UFCG)
anacarolina.mont@hotmail.com

Márcio Souza, em seu romance Mad Maria (1980), mescla literatura e história ao retratar o cotidiano da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M) no início do século XX, na fase de conclusão da obra em meio à floresta Amazônica. Inserindo os personagens em condições extremas, passando por experiências e cenários distintos, o autor os envolve em um mesmo dilema: a ferrovia "maria louca" que levaria do nada a lugar nenhum. Este lugar chamado de "nada" trata-se do vilarejo de suporte para os trabalhadores. Vilarejo que tempos depois se transformaria na atual cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Na literatura de Souza, os primeiros anos desse vilarejo ganham contornos entre o imaginário, a exploração estrangeira e o caos da região, questões que continuam pertinentes quando se olha para a região. Assim, partindo destas colocações, este trabalho objetiva analisar como a linguagem da literatura articulada com os conhecimentos históricos, em um teor de História Cultural, revela perspectivas e levanta questões sobre a construção das imagens da cidade de Porto Velho e de seus habitantes.

PRÁTICAS DE EXCLUSÃO E ENCLAUSURAMENTO DOS LOUCOS NA CIDADE

Edna Nóbrega Araújo (UEPB)
edna@uepb.edu.br

Desde o final do século XIX que o sonho da modernidade vinha sendo compartilhado pela elite e os intelectuais da Parahyba. Acompanhar a modernidade era o mesmo que estar apto para acompanhar o mundo, era preciso poder compartilhar com o mundo, como outras cidades brasileiras, a modernidade e o progresso. Esse desejo de acompanhar o mundo moderno não envolvia, portanto, apenas as grandes metrópoles, envolveu também as pequenas cidades. O encantamento que a modernidade provocava, alcançou a elite política e intelectual da Parahyba do Norte. O governo gostaria de inovar, de modificar a

cidade ou, precisamente, a sua estrutura urbana, de forma parecida com a das grandes metrópoles. Havia a expectativa de que a cidade estivesse caminhando nos trilhos da modernidade. E caminhar nestes trilhos significava apagar as imagens e os comportamentos do passado, encobrir os arranhões. Significava defender a remodelação da cidade. As ruas deveriam ser limpas, mas não só dos entulhos, lixos ou animais, mas das pessoas que poluíam a vista da urbe que se pretendia moderna. Loucos, pobres, mendigos, prostitutas, menores abandonados, deveriam ser retirados do convívio dos cidadãos civilizados. Nesse sentido, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, buscou-se retirar os pobres das ruas através da derrubada das suas casas de palha do centro da cidade. Já os doentes, mendigos, e menores abandonados foram escondidos nos asilos e hospitais. Não havia preocupação com uma política para acabar com a situação de pobreza, mas sim, uma defesa cada vez maior da exclusão dos destituídos da cidade. Os ditos loucos, por sua vez, eram recolhidos aos hospitais, e tratados junto com as pessoas acometidas por diferentes doenças, inclusive, doenças contagiosas. Devido à falta de instituições que pudessem abrigá-los, comumente, os loucos eram enclausurados nas cadeias da cidade em conjunto com ladrões, homicidas, estupradores, embriagados, etc. Mesmo depois da criação do asilo de alienados, praticamente não ocorreram modificações em relação às acomodações e ao tratamento. Eles apenas passaram a ocupar um espaço exclusivo, porém, as condições eram descritas como uma "casa de supplicios", onde ficavam reclusos até a morte. Depois de 1928, quando foi inaugurado o Hospital Juliano Moreira, os loucos também passaram a ser objeto de intervenção dos saber psiquiátrico, vindo a ter, portanto, seus corpos e mentes sujeitados aos medicamentos e ao controle hospitalar.

AS FESTAS DA PADROEIRA DA CIDADE DE GUARABIRA

Mayanne Maurício do Nascimento (UEPB)
mayanne.maya@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo relatar sobre a festa de origem católica realizada na cidade de Guarabira na Paraíba e como princípio pretende-se relatar sobre as duas vertentes da Festa de Nossa Senhora da Luz, sendo elas a festividade religiosa e a dita profana, fazendo uma relação com os festejos da contemporaneidade e as mudanças que ocorreram até então. Esta devoção foi trazida para a cidade por volta de 1750, reconhecida no período como Capitania da Parayba, José Rodrigues Gonçalves da Costa teria vindo com sua família, trazendo à imagem consigo, pois era muito devoto e teria construído uma capela, onde colocara a imagem de Nossa Senhora da Luz que trouxera de Portugal, seu

país de origem. Os festejos começam sempre no fim do mês de Janeiro, com a novena que acontece todas as noites e as tardes na Catedral de Nossa Senhora da Luz a partir do dia 23 de Janeiro com término em 02 de Fevereiro dia da padroeira e neste mesmo período acontece à festa popular, que antes perdurava por nove e extensas noite, porém na contemporaneidade são apenas três noites de festa com o encerramento um dia antes do cortejo da padroeira. A antiga festa profana vivida pela população se dividia entre pavilhão sob a administração das pessoas mais importantes da cidade e aquela de caráter mais popular que se espalhava pelas ruas e praças, onde se podia encontrar parque de diversão, barracas de brindes e prendas, bancas de comidas típicas, tudo com muita simplicidade. Hoje em dia ainda podemos encontrar muito da antiga festa popular, como as barracas citadas a cima, mas nada comparado com o gracejo que a época proporcionava aos habitantes e visitantes de toda a região. Para que tudo não fosse totalmente esquecido foi criado o Pilõezinhos que proporciona aos que vivenciaram a época e as novas gerações algo similar ao que acontecia na festa popular de antigamente. O pavilhão era o mais contemplado espaço das noites festivas, pois ali a sociedade local e de outras cidades paraibanas estavam presentes aproveitando as pompas ofertadas, como por exemplo, quando arrematavam pratos por meio de leilão e degustavam bebidas sempre acompanhadas de muitas conversas e risadas. Porém os pavilhões não fazem mais parte da Festa de Nossa Senhora da Luz, só em 2010 durante a administração de Fátima Paulino houve a retomada dos pavilhões, onde todo o dinheiro gerado era ofertado a Diocese de Guarabira, porém não durou muito e a elite guarabirense não pôde mais desfrutar dos memoráveis pavilhões. Esta tradição popular esta presente no cotidiano dos guarabirenses a mais de 250 anos, seu início foi datado pelos historiadores ao ano de 1900 e é considerada uma das maiores festas de padroeira do Nordeste brasileiro. Uma festa muito esperada por todos os que habitam a cidade de Guarabira e cidades vizinhas, uma vez por ano a Festa da Luz se torna um acontecimento muito importante no cotidiano da população e sempre que é chegado o fim acaba deixando um vazio nas noites dos moradores de Guarabira. Sendo assim se resume de forma compacta a temática do trabalho e vale salientar que é de tamanha importância que se tenha estudos voltados a cidades e que sejam revividos os períodos por meio de trabalhos como este. Sabemos que toda cidade contém aspectos muito importantes, como questões políticas e sociais, porém o cultural também faz parte da historiografia do lugar estudado, desta forma, não podemos deixar passar despercebido. A cultura acaba deixando marcas latentes que nos possibilita tê-las como essência para que façamos dela o desenvolvimento da releitura de determinado acontecimento que temos em nossa contemporaneidade.

UMA HISTÓRIA PARA SER DEGUSTADA: REFLEXÕES SOBRE OS DIFERENTES ESPAÇOS ALIMENTARES PRESENTES NA FORMAÇÃO DA CULTURA PARAIBANA.

Naiara Ferraz Bandeira Alves (UEPB)
naiara.clio@gmail.com

Uma das reflexões feitas pelos autores que trabalham com a História da Alimentação desde Fernand Braudel (1970) até Jean Flandrin (1991) é a respeito do lugar social da comida, ou melhor, do ato de se alimentar e como as práticas diante da mesa situam-se como um espelho que reflete as práticas socioeconômicas dos diferentes grupos humanos. Esta proposta de análise em torno da alimentação parte do princípio de que comer se configura como uma ação intencionada e representativa do imaginário humano desde a utilização do fogo, fato que separou o ato de comer da naturalidade e o transportou a um dos campos simbólicos de análise da cultura e do imaginário social. Agora o homem podia escolher se queria cru ou cozido? Sob esta perspectiva e trabalhando com os autores - Lévi- Strauss (2004); Freyre (2007); Cascudo (2004); Almeida (1978) - que descrevem um pouco da cultura alimentar presente nos primeiros séculos de formação do paladar dito paraibano, refletimos sobre a conjuntura social, política e geográfica, que foi responsável por formar a maneira e especialmente, selecionar os ingredientes que compõe a base de nossa alimentação. Bases estas comuns aos estados vizinhos que em uma conjuntura colonial se configuravam como um mesmo espaço, diferenciando-se por detalhes, ou melhor, pitadas a mais em relação à colaboração de cada uma das culturas e dos povos que participaram de sua miscigenação (caracterizada estruturalmente pelo tripé da gastronomia brasileira, como definido por CASCUDO 2004). Assim, identificamos diferenciações e especificidades da culinária paraibana, que, entretanto, não seriam exclusivas do estado, mas características regionais com pitadas de cominho e sementes de jaca cozida presentes no cotidiano alimentar de nossa sociedade.

OLHARES SOBRE O MEDO DA MORTE: ESPAÇOS DO MORTO E A POÉTICA DO MORRER

Olindina Ticiane Sousa de Araújo (UEPB)
ticiane2606@hotmail.com

O presente texto tem por finalidade abordar discussões sobre o medo da morte em diferentes contextos históricos, pensando os espaços do morto e os rituais fúnebres que se configuraram ao longo dos tempos, nas diversificadas sociedades. Assim, a História da Morte assumiu discursos antagônicos, com visões dualistas

entre o bem e o mau, cartografadas em espacialidades e temporalidades aonde os sujeitos encontram-se condenados a "certeza" do morrer. A necessidade de refletir sobre as práticas fúnebres e os espaços a qual a morte se delimita são importantes para as discussões atuais, seja no âmbito da historiografia ou da antropologia, por exemplo, pois tais lugares se edificam como manifestações culturais e simbólicas representadas, na maioria dos casos, de maneira coletiva e que passam a expressar os usos e costumes responsáveis por identificá-los e constituir as múltiplas identidades. Caminhando pelos trilhos, principalmente, da História e da Filosofia, este trabalho surge como uma proposta vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso (em andamento) e está norteado pelos referenciais teóricos e estudos de Michel Vovelle; Jean Delumeau; Philippe Ariès; João José Reis; Roger Chartier, Emil Cioran, dentre outros.

ESTEBAN ECHEVERRÍA E A CRÍTICA AO REGIME ROSISTA A PARTIR DE "EL MATADERO"

Paulo Montini de Assis (UFCG)
paulomontini93@hotmail.com

O seguinte trabalho busca analisar como o intelectual argentino Esteban Echeverría (1805-1851) empreendeu, a partir da obra El Matadero (produzida entre 1838 e 1840), uma crítica ao regime ditatorial do caudilho Juan Manuel de Rosas utilizando-se de paródias e sátiras aludindo ao regime então em vigor. Proeminente membro da chamada "Nova Geração", grupo de intelectuais argentinos que a partir das "modernas" ideias europeias buscavam transformar seu país, Echeverría se utiliza do cenário de um matadouro para, a partir de uma série de situações, expor a tirania da ditadura "bárbara" de Rosas que, a partir de perseguições sistemáticas aos seus opositores, havia distanciado a Argentina do "progresso" e imerso todo o país em meio à um antro de "selvageria" e "barbárie".

O "AMPARO" INSTITUCIONALIZADO E O "ADESTRAMENTO" DOS CORPOS DAS CRIANÇAS NA CIDADE DA PARAHYBA

Joedna Reis de Meneses (UEPB)
joedna8@hotmail.com

Este trabalho analisa o disciplinamento de corpos das crianças, em instituições de proteção à infância na cidade da Parahyba entre o final do século XIX e início do século XX. A intenção é abordar a História das Crianças a partir das mudanças que vieram atreladas ao conceito de modernidade e que foram construtoras de

determinados discursos acerca do corpo da criança não apenas na cidade da Parahyba, uma vez que o período entre 1889 e 1930 pode ser apontado como um momento de efervescência na construção de imagens "modernas" para o mundo ocidental. Quando as transformações de ordem material, advindas da modernização das cidades, vieram juntas às de mentalidade e colaboraram na produção de novas subjetividades para as crianças. Trata-se, portanto, de cartografar a constituição histórica das subjetividades das criançasobservando, também, as imagens construídas por discursos tanto da imprensa do período (A União, Revista Era Nova) como da própria legislação da época. Discursos estes que, ao se apropriarem dos sentidos produzidos pela pedagogia, medicina e polícia, estiveram na base da criação de orfanatos e escolas profissionalizantes durante o período de 1889 a 1930, bem como das diferentes práticas de disciplinarização dos corpos.

ST10 - CULTURA POLÍTICA E (RE)LEITURAS DO PASSADO: O CASO DA PARAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Coordenação: Prof. Me. Iordan Queiroz Gomes (UFBA) e Profa. Ma. Liélia Barbosa Oliveira (FIP)

iordangomes@yahoo.com.br
lieliapb@hotmail.com

Compreender os vários sujeitos históricos e seus possíveis comportamentos junto à cena do político vem sendo uma das várias portas abertas pela "história política renovada", apontando novas possibilidades de estudo ao campo das chamadas ciências sociais. Usando da categoria de "cultura política", tais estudos preocupam-se em entender como os atores sociais produzem e são responsáveis pelas ações políticas e sua representação imaginária, em particular no tocante à fabricação dos chamados símbolos do poder e dos meios que recorrem para que tais ações ou símbolos fossem aceitos favoravelmente, sem contestações. Apontam, para tanto, à força das "representações" que criam o cenário de atuação de um regime e/ou ideologia política, reafirmando sua eficácia, promovendo sua permanência com base na "leitura comum do passado" e de uma "projeção no futuro vivida em conjunto". Assim, este Simpósio temático busca reunir trabalhos que tenham por base tal categoria para pensar o caso da Paraíba na Primeira República, apontando leituras sobre como os ideais republicanos foram recepcionados no Estado a ponto de criar uma "cultura política" baseada na valorização dos costumes e práticas do Novo Regime.

22/7 – Sexta-feira:

A POLÍTICA DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA E O COMBATE À SECA NA PARAÍBA (1932-1934)

Bárbara Bezerra Silva (UFPB)
barbara_bezerra87@hotmail.com

O presente artigo surgiu a partir de minha dissertação, em que abordo a atuação de José Américo de Almeida como político na Paraíba (1928-1930) e posteriormente como Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Getúlio Vargas (1930-1935), percebendo a formação do grupo de poder político que teve

José Américo como líder, o americismo. Demonstro também, como sua atuação contribuiu para a consolidação do seu nome como político influente não só no estado paraibano, mas em todo o país. Neste trabalho abordarei a atuação de José Américo de Almeida, destacando a sua atuação enquanto ministro, dando ênfase às obras desenvolvidas contra as secas na Paraíba, principalmente nos anos de 1932 a 1934, momento em que a estiagem se intensificou no estado paraibano, percebendo o caráter personalista do ministro com a presença direta e pessoal no trato com a situação, como era o costume da cultura política na Paraíba pós-1930. Será também utilizado o conceito de "Salvador da Pátria" desenvolvido por Raoul Girardet (1987) para discutir como o ministro se posicionava em relação a sua atuação para com o povo.

CULTURA POLÍTICA E (RE)LEITURAS DO PASSADO: OS JORNAIS *GAZETA DO SERTÃO* E *VERDADE* NA RECEPÇÃO DAS IDEIAS REPUBLICANAS NA PARAÍBA (1888-1889)

Romério de Lima Guimarães (UVA/UNAVIDA)
romerio312008@hotmail.com

A chamada Primeira República no Brasil, compreendendo o período histórico que vai de 1889 à 1930, vem ganhando crescente interesse e espaço na historiografia brasileira nos últimos anos. Muitas são as produções, de maneira especial as dedicadas à "nova história política" e cultural, que têm (re)tomado o período em "questões" históricas distintas daquelas que o consagrou como a República "Velha". Hoje, por exemplo, há estudos que apontam para uma "novidade" na ideia de república veiculada no Brasil da época, sendo capaz de "renovar" o "imaginário" e de criar uma "cultura política" partilhada por toda uma geração. Trata-se de um exercício que tenta reconhecer a "riqueza" de ideias e a experimentação de um conjunto de ações políticas e culturais sentidas e partilhadas no Brasil do período. Parte daí o argumento de pensar a proclamação da República como um episódio da modernização à brasileira. Apoiados em tal chave teórica e metodológica, nosso objetivo neste artigo é entender como se deu a "recepção" do ideal de república na então província da Paraíba através de dois de seus principais jornais à época, a saber, o *Gazeta do Sertão* de Campina Grande e o Jornal *Verdade* de Areia. Para tanto, tomamos como recorte temporal os anos de 1888 e 1889 com vistas a entender que, na Paraíba, os ideais republicanos não eram totalmente desconhecido à época da instalação da República a ponto de "ninguém esperar por ela". Impressão que resulta da leitura de que a Paraíba fora "apática" ao movimento republicano sobretudo por não possuir, nesse período,

um Clube, um jornal e/ou um Partido Republicano, elementos que historicamente indicariam uma maior participação da província no movimento.

PROBLEMAS SOCIAIS NA PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS GOVERNOS DE VENÂNCIO NEIVA E ÁLVARO MACHADO (1889-1895)

Liélia Barbosa Oliveira (UEPB)
lieliapb@hotmail.com

O debate sobre a "Questão Social" no Brasil se faz enfaticamente de forma a pensar os anos inicias do século XX, predominantemente voltando-se à região Sudeste do país e as relações trabalhistas advindas do processo de industrialização e formação do operariado – embora se ressalte, em pequena proporção, a experiência dos imigrantes que vieram para o trabalho na lavoura do café. Mais, sobremaneira, quando se pensa em questão social no Brasil, logo há um enquadramento analítico que remete ao processo de formação da classe operária urbana vinculada necessariamente às fábricas/indústrias. Nesse sentido, nosso propósito é flexibilizar o olhar e realoca-lo para o Norte do país em fins do século XIX, em especial para a Paraíba, procurando (re)conhecer os problemas sociais que formaram o solo histórico da questão social na região baseada na cultura agrária, vinculada nesse contexto, a cultura do algodão como motriz econômica atrelada a prática política coronelista presente nas relações sociais. Sendo assim, destacamos o período de 1889 a 1895, onde o Estado foi governado por Venâncio Neiva e Álvaro Machado, os primeiros governadores republicanos. Procuramos compreender quais as medidas tomadas por esses governos para a resolução dos problemas sociais existentes na Paraíba nos primeiros anos da República, haja vista que, a propaganda republicana que circulava pela província através dos jornais prenunciava que a República resolveria muitos dos males sociais presentes na sociedade brasileira, e por tabela, na paraibana. Para este ínterim, utilizamos a fonte documental, necessariamente jornais em circulação na época, como o *Gazeta do Sertão* de Campina Grande e o Jornal *Verdade* de Areia, bem como, os relatórios de província referentes aos dois governos analisados. Para o debate teórico, trazemos uma leitura do conceito de "cultura política", neste caso, pautada nos valores e tradição republicana. O conceito apresenta-se mediante a possibilidade de revisitar os construtos históricos oficiais propondo uma nova abordagem dentro de uma história política que se propõe renovada.

TRADIÇÃO E POLÍTICA NA PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANTÔNIO PESSOA E A POLÍTICA LOCAL EM UMBUZEIRO E REGIÃO (1890-1905)

Iordan Queiroz Gomes (UFBA)
iordangomes@yahoo.com.br

Quando se verifica a importância dos líderes locais, especialmente os familiares diretos na composição das oligarquias regionais, coloca-nos diante da tarefa de seguir seus passos na tentativa de reconhecer tais lugares, com o propósito de pensar como, a partir do local, se criou uma tradição familiar cuja defesa e estratégias de manutenção colaborou para projeção política de seus líderes. Colocado noutros termos, a tarefa consiste em desvelar uma ordem de problemas que ainda não foram suficientemente trabalhados pela historiografia especializada sobre o tema. Assim, de um lado tentar entender as razões da ação política de determinados membros do grupo chefiado por Epitácio Pessoa, bem como desvelar os interesses que residem sob a retórica que fundamentou a prática política desses lideres (familiares) em Umbuzeiro. De outro, pretende ainda analisar as filiações sociais, políticas e econômicas, que permite-nos identificar o status assumido e transmitido por um quadro geracional no curso do tempo, de modo a traduzi-lo na forma de um prestígio, oriundo de uma tradição familiar que deveria ser mantida e preservada.

ST11 - HISTÓRIA POLÍTICA: PODER, CULTURA, ESTADO E SOCIEDADE

Coordenação: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (UEPB) e Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto (UFCG)

martinho.clio@gmail.com
faustino.teatino@ufcg.edu.br

Este ST é uma proposta do GT de História Política – PB (GTHP-PB), vinculado a ANPUH-PB, e tem por objetivo promover discussões acerca das abordagens históricas sobre as relações de poder político-institucionais que permeiam a sociedade e o Estado; bem como suas articulações e manifestações nas esferas culturais e políticas.Os domínios do simbólico e das crenças no campo político. As tradições e as famílias políticas constituídas enquanto formações partidárias em meio às suas permanências e mutações. Os propósitos e os mecanismos formulados com vistas a atingir o poder de mando estatal, objetivo próprio do partido político. A construção das formas de legitimação das práticas de exercício de poder, consensos, conformismos e resistências afloradas no estudo das culturas políticas, das tradições, do político e das famílias políticas. Propomos o diálogo com pesquisadores, cujos aportes teóricos e metodológicos discutem uma história política renovada, com outros olhares para o poder e a política.

19/7 – Terça-feira:

DEMOCRACIA E DITADURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO - AS RESPONSABILIDADES DA HISTÓRIA.

Joana Neves (UFPB)
joananeves@uol.com.br

Essa comunicação resulta de duas provocações: a primeira decorre de reflexões sobre um texto de Emília Viotti da Costa, publicado pela RBH, em 1994. Intitulado A Dialética Invertida: 1960-1990, o texto focaliza e questiona o impacto da chamada Nova História sobre a constituição de "novas" visões de mundo, (ou revisões da historiografia "tradicional") tendo como marco o ano de 1968. A segunda provocação resulta de um questionamento literário/jornalístico apresentado por João Ubaldo Ribeiro em crônicas, escritas na Alemanha entre

1990 e 1991, reunidas no livro Um brasileiro em Berlim, publicado em 1994 na Alemanha e reeditado no Brasil, em 2011. Na crônica A velha cidade guerreira, expressando seu espanto ao visitar a área onde ficava o Muro de Berlim, recém demolido, ele se pergunta: O que existiu realmente existiu? Algo importa além do presente? Há realmente uma História, somos de fato herdeiros de alguma coisa, ou somos eternos construtores daquilo que a memória finge preservar, mas apenas refaz, conforme suas variadas conveniências, a cada instante que vivemos?A partir dessas provocações, elaboramos hipóteses que orientaram o tratamento do tema proposto. Dentre elas destacam-se: a) as proposições que discutem "democracia" e "ditadura" no Brasil, recorrentes na sociedade brasileira atual, refletem e repercutem uma submissão da História à memória, resultando daí a necessidade de se buscar quais são, então, as conveniências da "nossa" memória; b) a "democracia" brasileira, em vigor após 1985 (mesmo com a promulgação da Constituição, em 1988), foi "enquadrada" pela ditadura militar, o que torna imprescindível entender quando e, sobretudo, como a ditadura acabou no Brasil e, desde então, que história estamos construindo. Essas são as responsabilidades que a História – em todos dos sentidos da palavra – deve assumir no presente, sob pena de nos perdemos do futuro.

RELAÇÕES DE PODER NA HISTÓRIA LOCAL: UM OLHAR TEÓRICO SOBRE A DINÂMICA POLÍTICA MAMANGUAPENSE/PB (1947-1964)

Aline Marques da Silva (UFPB)
alinemarqueshistoria@gmail.com

As dinâmicas que se configuram nos meandros da política, estão sempre imbricadas por relações de poder, este ora com mais ou menos ênfase se destaca à medida que estas relações vão se aprofundando ou se esmaecendo, criando um travestimento dos interesses. Pensando nesta problemática do/sobre o poder, analisaremos como se deu a dinâmica política na cidade de Mamanguape/PB no período democrático pré-ditadura militar, entre o executivo e o legislativo do município, visto que um dos primeiros momentos, onde muito mais que na República Velha, o voto popular deu início a um processo de democratização com relativo impacto, sabendo que gradativa e significativamente alçou caráter decisório na (re)organização da política nacional, e consequentemente nos estados e municípios. Assim, entre o período de 1947 a 1964, configuraram-se alterações na formação político/partidária e político/econômica, caracterizando-se como um novo "jeito" de fazer política. E dentre as diversas forças que regem os acordos e as discussões políticas, as relações de poder é uma das principais dinâmicas que historicamente constituem a política brasileira, mas não apenas a

política, como também regem todas as manifestações sociais e culturais de nosso cotidiano. Nessa perspectiva, este trabalho propõe uma discussão acerca de como surgem e se perpetuam (se dissolvem, se refazem e/ou se rearranjam) tais relações, como o poder se espraia diante das ações políticas, e como se repetem práticas, algumas vezes dissonantes no discurso historiográfico.

CIDADANIA EM DEBATE: DISCUSSÃO DE PROPOSTA DE REFORMA ELEITORAL (1879)

Hugo Farias Paz (UFCG)
hugopazb@hotmail.com

Este artigo pretende analisar a discussão do projeto de Lei de Reforma Eleitoral, ocorrido no parlamento brasileiro, pelos idos do fim da década de setenta do século XIX. O Império do Brasil, vivia seus derradeiros anos, quando por uma série de questões discutidas no texto, se levou a cabo a tentativa de criação de uma nova lei eleitoral, inventada com objetivos redentores de uma situação de desengano com a política no país. Levada ao parlamento, a proposta de Reforma Eleitoral, foi espaço de muitas lutas e conflitos. Tais desacordos tinham a ver com a concepção de que cada parlamentar tinha e tentava impor, sobre a população, seus direitos e sua participação. O resultado desta discussão, que começa na aurora de 1878, só será transformado em lei em 1881, depois da queda de um gabinete e a entrada de outro. Por meio dos discursos parlamentares, o objetivo é promover uma problematização dos projetos de cidadania e das formas como eram entendidas por alguns dos poderosos do Brasil de então. Além disto, o estudo focaliza as concepções de mundo que se envolviam na fala de cada um dos parlamentares dos quais o texto toca, problematizando questões importantes para o debate sobre a cidadania no Brasil e sua História.

LUTAS DEMOCRÁTICAS CONTRA A DITADURA: A CAMPANHA DAS "DIRETAS JÁ" NO ESTADO DA PARAÍBA

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares (UFPB)
terezadantas92@hotmail.com

Este trabalho, é oriundo de pesquisas, em andamento, realizadas através do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), no projeto intitulado A Ditadura Militar Na Paraíba: Os Anos Da Abertura "Lenta, Gradual E Segura" (1974-1985), usando como recorte o plano de trabalho Lutas Democráticas Contra A Ditadura: A Campanha das "Diretas Já" no Estado Da Paraíba. O mesmo tem

por objetivo analisar, mediante pesquisa empírica, as especificidades da transição para a democracia na Paraíba e o papel do Estado e da sociedade civil na mesma, em específico na campanha das "Diretas Já". Também objetivamos confirmar ou não a tese da fragilidade da sociedade civil paraibana; bem como, observar se existiram diferenças significativas com relação à região sudeste do Brasil, no que se refere a tal campanha. Com fim de atingir tais objetivos estamos verificando as correntes políticas e sociais que participaram da campanha das "Diretas Já" no Estado da Paraíba; os principais eventos organizados em prol da campanha analisada; como foi recebida pelos organizadores da campanha das "Diretas Já", pela "classe política" e pela sociedade civil a derrota no Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira. Temos como referencial teórico a Nova História Política, e dentro da mesma utilizaremos o conceito de cultura política, buscando um diálogo entre História Política e História Cultural. A investigação propriamente dita será realizada mediante pesquisa hemerográfica, especificamente na imprensa paraibana, e em três periódicos: *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba*, com o intuito de observar o comportamento e as articulações da "classe política" e da sociedade civil paraibanas, frente aos acontecimentos; bem como, de verificar os eventos ocorridos e sua veiculação na imprensa do período. Até o momento, pudemos verificar que alguns grupos da sociedade paraibana, afora a "classe política", se envolveram de forma ativa na campanha das "Diretas Já". Para tanto, destacamos: a formação de comitês pró-diretas, como grupos de professores e estudantes; a assinatura de manifestos de setores da sociedade civil em apoio às eleições diretas para presidente da República, a exemplo da associação de médicos e de membros da imprensa paraibana que fizerem manifestos em suas categorias; a proposição e realização de passeatas e vigílias em apoio a aprovação da emenda Dante de Oliveira, como o ato organizado por mulheres na cidade de João Pessoa, que reuniu pessoas de ambos os gêneros e de várias idades.

A FASCISTIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E AS IMPLICAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA HISTÓRIA

Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB)
rosagodoyclio@gmail.com

A atual conjuntura vivida pela sociedade, com novas configurações, vem revolver e acentuar o profundo lastro de cultura autoritária, discriminatória e preconceituosa que marcou a formação histórica brasileira. Intolerância religiosa, intolerância política, intolerância de gênero, entre outras, têm permeado a mídia, elites políticas e o cotidiano. Estas intolerâncias têm se espraiado para a Escola,

com medidas e atitudes de cerceamento à liberdade de expressão, interferindo no trabalho dos docentes. O campo da História, por seu objeto, é um dos alvos preferidos desse pensamento e ações intolerantes. Este trabalho se propõe a debater estas questões e as perspectivas no exercício da profissão: como se articula o novo da Globalização e de seu discurso das diversidades com o velho de uma mentalidade que não as admite? De que formas esse processo esta ocorrendo? De que forma está ocorrendo na Escola? Quais são suas reverberações no Ensino de História? Busca-se refletir sobre este tema inscrevendo essas intolerâncias como formas de legitimação das práticas de exercício de poder.

MULHERES NOS BASTIDORES DA POLÍTICA PARAIBANA: LÚCIA BRAGA E O MOVIMENTO DE AÇÃO FEMININA NA CAMPANHA ELEITORAL DE 1982

Dayanny Leite Rodrigues (UFPB)
dayannydeyse@hotmail.com

A década de 1980 é marcada por diferentes redirecionamentos na esfera política brasileira, das quais destacam-se o processo de redemocratização e a realização das primeiras eleições governamentais diretas após o golpe de 1964. Na Paraíba, a eleição governamental de 1982 carrega consigo características peculiares, marcada por arranjos e rearranjos políticos, trocas públicas de ofensas, um bipartidarismo velado, e a forte utilização da máquina estatal a favor do candidato da situação, Wilson Braga. Outro ponto de destaque, diz respeito a intensa atuação de Lúcia Braga, esposa do referido candidato, durante a campanha eleitoral apontada. A participação efetiva de Lúcia Braga na empreitada de Wilson se concretizou por meio de sua atuação junto ao MAF, Movimento de Ação Feminina, organização liderado por ela, destinado a mobilizar mulheres em prol da campanha braguista. Esse estudo, pautado no viés da Nova História Política, busca analisar essa participação de Lúcia Braga junto à campanha eleitoral de 1982, momento em que se esposo é eleito governador do estado da paraíba. Aqui, a noção de poder é entendida de forma horizontalizada, na qual suas relações são enxergadas nas mais variadas áreas e ações dos indivíduos. Enquanto fonte, o estudo valeu-se da escrita autobiográfica de Lúcia Braga, por meio de seus dois livros, *Tempo de Viver, Tempo de Contar* (1996) e *A Casa da Palmeira* (2009), e textos publicados pela impressa local, pontualmente os jornais *A União*, *O Momento* e *O Norte*. Deste modo, analiso a atuação de Lúcia Braga apontando as relações de poder estabelecidas, consciente e inconscientemente, por meio dos espaços que percorreu durante a empreitada eleitoral, levando em conta algumas de suas ações, como a presença constante ao

lado de seu esposo e seu poder de mobilização popular, apontadas nesse estudo, como característica significante da personalidade em questão.

O TEMPO FESTIVO EM ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1937-1940)

Waniéry Loyvia de Almeida Silva (UFPB)
loyviaalmeida@hotmail.com

Neste artigo proponho-me a analisar a relevância das datas comemorativas consideradas importantes durante o período do Estado Novo e o seu reflexo na Paraíba, no que tange a confecção de um ideário coletivo e a construção de uma nacionalidade formadora de cidadãos fieis e leais aos seus representantes. A exploração do simbólico e o valor atribuído a este, vão permitir ao interventor paraibano, Argemiro de Figueiredo, a possibilidade de oferecer um espetáculo político aos seus Leais Companheiros de Luta. Cada data do Calendário Festivo Argemirista servia para legitimar o seu governo, ao mesmo tempo em que agia como propaganda política-administrativa, uma vez que, nessas comemorações, Figueiredo tinha a oportunidade de dirigir-se diretamente ao povo, prestando contas de suas ações, fazendo anúncios importantes e, principalmente, promovendo a inauguração de obras públicas, o que ajudava a "fabricar" uma imagem positiva do governante, na memoria dos governados.

A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: "OS ANOS DE CHUMBO" (1969-1974)

Janaína Gomes da Silva (UFPB)
janaina_gomes_13h@hotmail.com

Este trabalho faz parte do projeto de iniciação científica, intitulado a Ditadura Militar na Paraíba: "Os anos de chumbo" (1969-1974), sendo o desenvolvimento do plano A sociedade civil e a Ditadura Militar na Paraíba: trabalhadores, estudantes e Igreja. Neste trabalho específico almejamos investigar a atuação da Igreja Católica no Estado paraibano sob a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, em face da Ditadura instaurada no País em 1964, através de um golpe civil-militar. Nos propomos a pesquisar o período dos "anos de chumbo" por ser a época mais tensa e repressora do Regime Militar brasileiro, no qual constata-se o recrudescimento da luta armada, das práticas de tortura e o aniquilamento dos focos de resistência pelo governo de Garrastazu Médici. Esta pesquisa se coloca no campo da Nova História Política e seu diálogo com a História Cultural. Além disso, utilizamos o conceito de cultura política por entender que ele nos auxilia

na compreensão da realidade social, englobando as relações de poder com as relações sociais. As principais fontes de pesquisa são: os jornais de circulação da época, o Dossiê do Regime Militar que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, os documentos do SNI e ampla revisão bibliográfica acerca do período. Nosso objetivo é analisar o comportamento da ala progressista da Igreja Católica em relação a Ditadura no Estado paraibano. Buscamos também explanar os principais aspectos dos "anos de chumbo", situando o Estado na conjuntura nacional, e ressaltando os efeitos nefastos do Ato Institucional n°5. Depois de um ano de pesquisa chegamos à conclusão de que houve atritos e perseguição de membros da Igreja Católica pelos agentes da repressão. Em contrapartida, percebemos que a acomodação e o apoio ao regime militar estava presente em alguns segmentos da sociedade, como nas classes alta e média, haja vista que o chamado "milagre econômico" favoreceu consideravelmente a essa camada da população, sendo também utilizado para legitimar o governo dos militares.

20/7 – Quarta-feira:

AS INTERVENTORIAS NO NORDESTE: POLÍTICA E ALINHAMENTO DE PODER AO PROJETO DE ESTADO VARGUISTA (1930 - 1937)

Martinho Guedes dos Santos Neto (UEPB)
martinho.clio@gmail.com

Esse texto pretende abordar a construção da base política de Getúlio Vargas no Nordeste, caracterizar como essa base política projetou a sustentação e o fortalecimento do projeto varguista de poder, frente aos interesses dos grupos políticos do centro sul. Abordamos a territorialidade de poder e as relações construídas com os interventores nordestinos como espaços de poder e sustentação política de Getúlio Vargas.

O RESSURGIMENTO DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS DA PARAÍBA E A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA (1975-1984): UM MOVIMENTO SOB VIGILÂNCIA

Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB)
pauloantoninonunes@hotmail.com

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social; com um governo que apesar de aliado das forças conservadoras do estado tinha práticas próximas do ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados, e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas Camponesas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. Este movimento camponês foi duramente reprimido no pós-golpe. Ele ressurge com novos atores no contexto da redemocratização, com um grande apoio de setores progressistas da Igreja Católica desencadeando vários com conflitos de terra no Estado. Este trabalho pretende analisar a atuação do movimento dos trabalhadores rurais na Paraíba na época da transição para a democracia no Brasil, com o objetivo de verificar a importância do mesmo para a redemocratização do país além de verificar como ele era acompanhado pelos órgãos de repressão.

O JOGO POLÍTICO DA DEMOCRACIA: LUTAS SIMBÓLICAS NA "REDEMOCRATIZAÇÃO" BRASILEIRA (1984-1985)

Michelly Pereira de Sousa Cordão (UFCG)
michellycordao@gmail.com

A comunicação é resultado de minha tese de doutorado defendida em 2015 pelo PPGCS-UFCG. A proposta consistiu em discutir as disputas simbólicas que envolveram o projeto conservador e liberal da "redemocratização" articulado por grupos políticos que, no âmbito da sucessão presidencial (1984-1985), se construíram e foram construídos como legítimos símbolos da democracia e da "oposição" ao regime civil-militar. Conferimos um maior espaço de discussão a Tancredo Neves por entendermos que ele representou, nos anos 1980, uma concepção de democracia aceitável pelas elites políticas e econômicas. Paralelamente a isso, destacamos posições do Partido dos Trabalhadores no sentido de evidenciar que o modelo de "redemocratização" tramado pelas elites políticas não configurou um "consenso", a despeito da propaganda midiática que alardeava o contrário. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de discursos

políticos e da grande imprensa, pensada enquanto instrumento simbólico que arrematava teses e argumentos políticos aos quais estava alinhada, na mesma medida em que desqualificava "opiniões" que lhe eram contrárias. Utilizamos, sobretudo, os jornais O Globo e Folha de São Paulo, compreendidos enquanto veículos que interferem no campo político, definindo pautas e legitimando posições. Os diálogos com a teoria sociológica de Pierre Bourdieu sobre campo político possibilitaram o estranhamento das verdades socialmente construídas e, portanto, da problematização do conceito de democracia que venceu as lutas simbólicas nos anos 1980. Nesse sentido, propomos análises que apontaram para a percepção de que no cenário das disputas em torno da "redemocratização", saíram vitoriosos grupos políticos que representavam uma concepção conservadora de democracia, cujo estabelecimento se deu a partir de um amplo esforço político e midiático voltado para o esquecimento da colaboração de seus defensores com a ditadura, bem como, o silenciamento de propostas alternativas que a "contestavam". Construiu-se o mito de uma "redemocratização" sem antagonismos, anulando-se a pluralidade política a partir da imposição autoritária de uma "verdade" que reafirma a tese "clássica" de que o modelo liberal-capitalista se constitui no único caminho capaz de promover a democracia. Observamos, por fim, que o projeto conservador de "redemocratização" legou-nos uma concepção de democracia que defende o Estado Democrático de Direito e, contraditoriamente, odeia a democratização social.

O MEDO VERMELHO: REPRESENTAÇÕES E SEUS DERIVADOS EM JORNAIS PARAIBANOS (1960-1964)

Amelia Diniz Oliveira (UEPB)
ameliadiniz.uepb@gmail.com

O presente artigo é resultado das pesquisas realizadas no projeto PIBIC-UEPB (cota 2015-2016) intitulado "O medo vermelho: Representações sobre o Comunismo e seus derivados em jornais Paraibanos (1960-1964)", coordenado pelo professor Dr. José Adilson Filho. Nesse primeiro momento procuraremos analisar representações em torno da palavra Comunismo, como também analisar que tipo de matérias circulavam em periódicos paraibanos. Esse trabalho contempla o momento de pré-golpe de 1964 nas cidades Paraibanas, com destaque para Campina Grande e João Pessoa. Como fontes, utilizaremos os periódicos do Jornal *Correio da Paraíba* (1953) e *Diário da Borborema* (1957), jornal esse que encontra-se em fase de catalogação pela Universidade Estadual da Paraíba desde o mês de Abril de 2015, ficando assim para o segundo momento da

pesquisa. Como aportes teóricos utilizaremos Daniel Arão (1993); Rodrigo Patto (2002, 2014); Jorge Ferreira e Ângela de Castro (2014); Carlos Fico (2014); Marcos Napolitano (2014); e Rocher Chatier (2010), contribuindo com o conceito de representação. Nesse sentido, utilizaremos apontes da Nova História Política e Cultural para dar sentido às analises e representações em torno do comunismo.

ELITES POLÍTICAS NO IMPÉRIO: BAHIA, 1824-1834

Nora de Cassia Gomes de Oliveira (UEBA)
noradecassia@hotmail.com

Entender a organização político-administrativa das províncias constitui um desafio instigante para a pesquisa histórica, na medida em que são poucos os estudos que privilegiam essa esfera para compreender a dinâmica da construção do Estado Nacional. Por isso, consideramos que analisar o Conselho Geral de Província como espaço político, seja um caminho para ampliar as pesquisas sobre o papel político das províncias na conformação do Estado, no início do século XIX. O Conselho Geral de Província foi uma das últimas instâncias político administrativas, prevista na Constituição, a entrar em vigor. Definido na Constituição de 1824, iniciou suas atividades, na Bahia, em 1828, quando a Assembleia Geral elaborou seu regimento. Pela primeira vez, estiveram reunidos os representantes das vilas mais importantes da província. Dessa forma, o Conselho foi uma instituição privilegiada para conhecermos o perfil de parte da elite baiana e as alianças e tensões construídas em torno de decisões relacionadas à província e ao país.

A POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE E NA PARAÍBA EM MEIO AO PODER FAMILIAR BRASILEIRO NO SÉCULO XXI.

Marcondes Alexandre da Silva (UFPB)
irmaomarcondes@bol.com.br

Quando se investiga as relações políticas brasileira no século XXI é possível constatar-se que as mesmas estão assentadas na base familiar oligarca/ parentela (de sangue ou não). Tais grupos são oriundos do período colonial e perpassam séculos de história e chegar aos dias atuais com vigor impressionante. No Rio Grande do Norte e da Paraíba, por exemplo, Estados que se assemelham muito na estrutura política personalista e familiar, os partidos políticos não obtém voz, porque em seu lugar estão os “políticos” que pertencem quase sempre a uma família tradicional (LIMA, 1987; LEWIN, 1993; RÊGO, 2008), que detém grandes

propriedades, empresas, indústrias, capital financeiro, ocupam cargos e/ou prestam algum serviços estratégicos (GRAHAM, 1997). Por isso, estes detêm um grande capital simbólico e social (BOURDIEU, 2010), que contribuem para eles permanecerem a exercer cargos de poder em âmbitos municipal, estadual e federal (GURJÃO, 1994; SPINELLI, 2010; QUEIROZ, 1975.). Como exemplo, ver-se nas terras potiguares os Alves, Maias e Rosados e na Paraíba os Maias de Catolé do Rocha, os Gadelha de Sousa, os Lacerda de São José de Piranhas, os Targino de Araruna, os Cunha Lima/ Rêgo de Campina Grande e os Bezerra/Lucena de Bananeiras, que ocupam espaços importantes nestes dois Estados (MOREIRA, 2014). Porém, essa realidade não está localizada, estende-se de Norte a Sul e de Leste a Oeste do Brasil (CHARTIER, 1990; RÉMOND, 1996; MOTTA, 2009; GOMES, 2005), em que política tornou-se um negócio de família, que passa de geração a geração, foi o que deu para perceber até esta fase da pesquisa.

ASSOCIAÇÃO PARAIBANA PELO PROGRESSO FEMININO (1933-37): ENTRAVES E ESTRATÉGIAS DE UMA MISSÃO POLITICA.

Simone da Silva Costa (Prefeitura Municipal de Santa Rita)
sisicosta6@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar os propósitos políticos que indicaram a fundação de uma sociedade de cunho feminista como Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, assim como os obstáculos enfrentados para desenvolver tais propósitos. A necessidade, por parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de instalar novas filiais, conquistar novas militantes influentes na sociedade, capazes de fazer pressão à classe política, no sentido ver garantidas as conquistas já alcançadas, como o voto feminino, e outras que ainda poderiam ser conquistadas foi imperiosa para a fundação da referida sociedade na Paraíba. Entretanto, as hostilidades ao feminismo e a qualquer organização de orientação feminista, divulgadas, insistentemente, na imprensa favoreceram para a instalação de posicionamentos contrários a qualquer sociedade feminina de orientação feminista com fins de conquistar direitos para as mulheres. Superar tais dificuldades, impostas pelo meio hostil a tais conquistas, implicava estabelecer estratégias no sentido de tornar a Associação aceitável aos padrões de comportamento definido para a mulher paraibana da época. A ironia, o deboche, o grotesco, a zombaria e o ridículo foram armas usadas para intimidar as mulheres a lutarem por seus direitos. Intelectuais, políticos e religiosos eram enfáticos em seus discursos de condenação ao feminismo. Esses obstáculos enraizados na sociedade paraibana pelo discurso dominante produziram deslocamentos, por parte de suas organizadoras, no sentido de revestir a referida

sociedade feminina de uma feição compatível com as aspirações da maioria local. Festas e homenagens as pessoas ilustres e influentes da sociedade paraibana foi uma tática muito utilizada pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino para estabelecer alianças e conquistar apoio para a causa feminista. A Associação tinha um papel de influência política a ser cumprido, afinal, todos os incentivos direcionados a sua instalação partiram da necessidade de se buscar apoio entre a classe política estadual para aprovar e incorporar as conquistas feministas na Constituição de 1934. Algo que foi feito sem estardalhaços por meio de correspondências e de visitas sociais sem muita pretensão política aparente. No sentido de compreender o posicionamento reflexivo da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino em relação as suas práticas e seu contexto político, social e cultural, adotamos como fonte de pesquisa os discursos nos jornais A Imprensa e a União, assim como as cartas entre a Associação Paraibana e a Federação Brasileira. O uso das cartas como fonte histórica nos permitiu analisar os discursos de algumas feministas paraibanas que não se encontrava na escrita dos jornais e revistas da época.

O PCB E A FORMAÇÃO CULTURAL DE SUA MILITÂNCIA NO BRASIL NOS ANOS 1940

Diego Carvalho (UFF)
diegoc_silva86@hotmail.com

Esta comunicação visa apresentar os primeiros passos de uma pesquisa de doutoramento que se encontra em sua fase inicial. A proposta é fazer uma análise a respeito da recepção e assimilação da cultura política comunista na sociedade brasileira durante os anos 1940. Nesse período é possível verificar que o Partido Comunista do Brasil, vanguarda das esquerdas daquele momento, trazia em seu seio uma renovação no seu plano de ação. Dentro deste novo cenário e dessas novas práticas estavam inseridos elementos marcantes da cultura política stalinista, sob forte influência dos soviéticos que logravam êxitos consideráveis contra os nazistas nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a partir de 1945 teve início o processo de abertura política e dentre as medidas tomadas foi aprovada a anistia para os presos políticos. Assim, ainda em princípios de 1945 as principais lideranças comunistas, dentre eles o líder maior do PCB, Luís Carlos Prestes, estavam agora em liberdade e poderiam atuar no cenário político nacional. Além da anistia, os comunistas conseguiram um feito inédito, registrar sua legenda partidária junto ao Tribunal Superior Eleitoral, logo poderiam participar dos próximos pleitos diretamente. Em liberdade as lideranças comunistas passaram a encaminhar suas ações políticas com o intuito

maior de trazer para seu lado militantes e simpatizantes, para isso precisaram encaminhar e desenvolver um projeto político cultural de grandes dimensões. É com este intuito que diversos mecanismos de agitação e propaganda são construídos naquele momento, em que foram utilizados a imprensa escrita, panfletos, discursos e livros, todos esses elementos construídos sob a forte influência dos princípios stalinistas, do personalismo encarnada na figura do Prestes, o "Cavaleiro da Esperança" e uma literatura nacional que buscava reproduzir os ditames do realismo socialista em voga no mundo soviético. No geral serão apresentadas as principais ferramentas utilizadas pelos comunistas e os elementos que estavam contidos nesse discurso renovado, que, de certa forma, conseguiu atrair um número considerável de pessoas para as fileiras do Partido Comunista desde intelectuais aos operários dos grandes centros urbanos do país.

ST12 – HISTÓRIA DO PODER POLÍTICO

Coordenação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)
joseluciano9@gmail.com

Este Simpósio Temático pretende reunir pesquisadores que se dedicam à análise de experiências históricas no âmbito da política em seus múltiplos enfoques. Entendida a partir de uma renovação, a história política, como propõe René Rémond, lança novos olhares para velhos objetos, onde a própria noção de poder, sua matéria-prima foi revisitada. O Simpósio Temático pretende fomentar um espaço plural de ideias e concepções políticas, diferentes correntes teórico-metodológicas, campos historiográficos e fontes históricas. Diálogos históricos com os campos da memória, da representação, dos usos das diferentes mídias, os personagens, os eventos, os regimes políticos e demais fenômenos que compões e interagem com as diferentes esferas do poder. Propomos-nos, neste Simpósio Temático, apresentar e debater com pesquisadores que se debruçam sobre os campos e canteiros de uma história política renovada.

22/7 – Sexta-feira:

CAMPANHAS ELEITORAIS: UM DIÁLOGO DA HISTÓRIA COM A ANTROPOLOGIA SOBRE AS VÁRIAS NUANCES DOS PROCESSOS ELEITORAIS

Giulianne Chrishina Barros dos Anjos (Prefeitura Municipal de Fagundes)
giuliannebarros@yahoo.com.br

Este trabalho objetiva discutir o tema das campanhas eleitorais, elencando e analisando alguns aspectos que se sobressaem nessa discussão, como, por exemplo, a questão da representação política. Nesse sentido, partindo de um dialogo da história com a antropologia, buscamos perceber o processo eleitoral como uma construção permanente de significados, juízos de valor, relações de proximidade e/ou distanciamento que articulam o campo social com o político. Dessa forma, o estudo das disputas, alianças e rupturas travadas durante as campanhas eleitorais se configura como uma interessante perspectiva de pesquisa dentro do universo da história política, por nos permitir visualizar os meandros da construção do processo político em suas diversas facetas, principalmente observando como o jogo político é perpassado pelas questões sociais do contexto em que é vivenciado. O presente trabalho visa, assim, contribuir com o processo

de produção do conhecimento histórico, trazendo para o debate questões que, apesar de ainda não serem amplamente discutidas no âmbito da história politica, tendem a enriquecer as discussões do campo, ao mesmo tempo em que também anseia por sugestões e orientações que contribuam para o estudo do tema.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA CAJAZEIRENSE: LIDERANÇA E DESAFIOS, NO ANO DE 1983/1988

Sibelle Figueiredo Farias (UFCG)
sibelle_87@hotmail.com

A seguinte pesquisa tem como objetivo analisar a Participação Feminina na política cajazeirense nos anos de 1983-1988 dando ênfase ao período em que Maria Alba C. de Ataíde atuou em sua legislatura, fazendo uma conexão com o movimento feminista, flexibilizando um diálogo acerca dos mecanismos em que se estabelecem com os partidos políticos. Assim, a pesquisa irá refletir sobre a inserção desses sujeitos femininos na política, visando compreender o que foi (re) elaborado para esse público, buscando perceber quais os principais desafios enfrentados. Uma vez que, as relações entre homens e mulheres são relações sociais e, portanto, históricas. Realizando a análise documental do período.

A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA EM SUAS DIVERGÊNCIAS E DESENCONTROS NA DÉCADA 1930

Francisco Iarlyson Santana de Andrade (UFCG)
iarlyson.santana@outlook.com

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização política que pretendeu unir partidos de esquerda e movimentos sociais durante a década de 1930 em torno do desejo por uma "revolução nacional" capaz de derrubar o governo de Getúlio Vargas. A ANL teve como presidente de honra Luís Carlos Prestes, antigo tenentista que tornou-se comunista devido à sua desilusão com a revolução de 1930. Mas antes da formação da Aliança, existiam grupos esquerdistas com suas próprias ideologias, manifestos e estatutos. Partimos do pressuposto de que, devido a esta diversidade de práticas, a união de movimentos e grupos políticos em torno de um ideal comum não ocorreu apenas em torno da figura simbólica de Prestes. Pretendemos apresentar as divergências ideológicas apresentadas pela historiografia e pela literatura e que deve ser vista e analisada através dos desencontros entre o planejamento e a prática da Aliança, como exemplo a intentona que acabou acontecendo de maneira inesperada pela direção

da ANL. Acreditamos que o processo de formação e o desmembramento da ANL pode ser problematizado por meio de uma historiografia específica. Busca-se, assim, a partir das obras e artigos – como os de Marly Vianna ("Revolucionários de 35: sonho e realidade" e "A Insurreição da ANL em 1935"), de Anita Leocádia Prestes ("Luiz Carlos Prestes: um Comunista Brasileiro", "Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)" e em artigo sobre os 70 anos da Aliança Nacional Libertadora), e análise da literatura como "O Cavaleiro da Esperança" de Jorge Amado, "Memórias do Cárcere" de Graciliano Ramos e em folheto de cordel de "Luiz Carlos Prestes, O Cavaleiro da Esperança" composto pelo poeta Antônio Queiroz de França –, compreender as convergências e distensões presentes na Aliança durante sua existência.

UM GRANDE COMÍCIO PELAS DIRETAS JÁ EM CAMPINA GRANDE: O CONTRATEATRO E A RESISTÊNCIA DE ESQUERDA À DITADURA MILITAR

Jean Lucas Marinho Cavalcanti (UFCG)
jeanmarinhocavalcanti@gmail.com

No dia 25 de abril do ano de 1984, enquanto no Congresso Nacional votava-se a Emenda Dante de Oliveira, que restituía o sufrágio popular para a eleição presidencial já para o ano seguinte, o clima de expectativa nas multidões que se formaram em todo país para acompanhar, por meio de boletins informativos da imprensa, era intenso. A campanha pelas Diretas Já foi uma das maiores manifestações política na história da república brasileira e, se não conseguiu o objetivo de pôr fim ao regime militar de 1964 pelo voto direto, ajudou a intensificar o ritmo da abertura política no Brasil. A partir do ano de 1983, os atos públicos começaram a surgir reivindicando o retorno das eleições diretas para presidente. No contexto de um regime militar que cada vez mais entrava num isolamento, a participação popular nos comícios organizados pelas oposições crescia vertiginosamente. Neste artigo, verso sobre a campanha Diretas Já na cidade de Campina Grande-PB, a partir das matérias publicadas em periódicos na época (*Diário da Borborema*, *Jornal da Paraíba*, *O Norte*). Na cidade, assim como em várias outras do país, foram realizados comícios organizados pelos partidos de oposição e pelos comitês pró-Diretas, comitês estes cuja importância neste cenário encontra-se afirmada no estudo do historiador Alberto Tosi Rodrigues, o qual serviu como referencial para este trabalho. Sendo o comitê campinense denominado Comitê Teotônio Vilela, no dia 25 de março de 1984, cerca de 10.000 pessoas se reuniram em um comício em Campina Grande, no qual participaram alguns dos principais políticos pró-Diretas como Franco Montoro, Celso Furtado,

Miguel Arraes e Ronaldo Cunha Lima. O comício realizado em Campina Grande está listado entre os maiores que aconteceram no país. O objetivo do presente trabalho é estudar o desenrolar da campanha campinense pelas eleições diretas, focalizando os dois maiores atos públicos: a saber, o comício do dia 25 de março e a vigília cívica que acompanhou a votação da Emenda Dante de Oliveira no dia 25 de Abril. Portanto, procurei investigar acerca da participação dos diversos atores políticos que atuaram na construção desta campanha, bem como o papel dos movimentos sociais neste contexto de luta contra a instituição das eleições via colégio-eleitoral criada pelo Estado para perpetuar o regime militar no poder num arremedo de democracia. A fundamentação teórico-metodológica da pesquisa se encontra baseada na História Política, sobretudo na vertente que procura analisar os conflitos ideológicos e os projetos políticos em disputas no início dos anos 1980 em Campina Grande. Trabalhos como os desenvolvidos pelos estudiosos Francisco Carlos Teixeira da Silva, Maria Paula Nascimento Araújo, Adriano Nervo Codato e o já citado Alberto Tosi Rodrigues oferecem uma base teórico-metodológica para a análise aqui engendrada, uma vez que estes se dedicaram a estudar o contexto da redemocratização a nível nacional. É nesse contexto que não poderia deixar de se inserir os eventos históricos locais aqui abordados. O conceito de teatro e contra teatro foi utilizado a partir da leitura do historiador inglês E. P. Thompson. Procuro demonstrar, dialogando com o trabalho de Thompson, até que ponto a campanha pelas Diretas-já funcionou com uma espécie de arena, na qual os indivíduos e os grupos envolvidos contestavam o governo e as suas instituições de manutenção do poder através de uma cultura de resistência.

DE PAI PARA FILHO: "O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO" ENQUANTO PALCO POLÍTICO DA FAMÍLIA CUNHA LIMA (1988)

Lucas Tadeu Borges Viana (UFCG)
lucastadeuborgesviana@gmail.com

Política e festas mantêm sempre relações de estreita e profunda afinidade. Neste sentido, observamos que diversas são as formas utilizadas pelos governantes para seduzir os eleitores e governados na busca do voto, da legitimidade e continuidade política. Estas são construídas através das chamadas estratégias de marketing político, que utilizam os festejos como um de seus veículos mais eficazes e poderosos, através da qual os atores políticos fazem seus discursos e "apelos" aos eleitores, buscando angariar simpatia e pondo sua popularidade e carisma pessoal à prova, em busca de maior visibilidade que possam resultar em votos na hora do pleito eleitoral. Este artigo tem a pretensão de analisar como

através do uso e abuso do espaço festa popular, especialmente o "Maior São João do Mundo", o político Ronaldo José da Cunha Lima (criador do parque do povo, lugar onde acontece a festa) lança seu filho, o então deputado Constituinte, Cassio Rodrigues da Cunha Lima, para sua sucessão na administração municipal de Campina Grande no ano de 1988, bem como toda teatralização que permeia o momento estudado. A pesquisa se debruçou sobre a análise, pormenorizada, dos principais jornais da cidade na época em questão (*Jornal da Paraíba* e *Diário da Borborema*) na expectativa de promover sustentação documental ao trabalho. No que concerne ao arcabouço teórico buscaremos dialogar com outras ciências; utilizaremos autores da área antropológica política como Georges Balandier, o historiador Edward Palmer Thompson, trabalhando a partir dos conceitos de teatro do poder e hegemonia cultural, e a antropóloga Elizabeth Cristina de Andrade Lima a fim de compreendermos como grupos políticos utilizam a simbologia da festa e da teatrocracia, tais como comícios e festas, para sua consolidação e legitimação política e se tornam, deste modo, mitos de popularidade em seus redutos eleitorais e, ao mesmo tempo, representantes de projetos de classes dominantes diretamente ligados e favorecidos com a ascensão dos postulantes em questão ao poder

MOVIMENTO SINDICAL RURAL EM SURUBIM-PE: NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA (1970/80)

Adriano Oliveira Barbosa (UFCG)
adrianoolivera33@gmail.com

O movimento sindical no campo, teve como precursor as ligas camponesas que, em sua fundação inicial tinha o intuito de criarem uma associação de agricultores a fim de cuidar de questões assistenciais comuns aos mesmos. Posteriormente, o principal objetivo passou a ser a luta pela desapropriação de terras improdutivas, a reforma agrária e a diminuição das explorações e exigências dos latifundiários. O movimento das lutas no campo em meados de 1940/50 se tornara bastante visível politicamente, com seus episódios mais conhecido em Galiléia (Vitória de Santo Antão-PE) e em Sapé-PB, sempre com casos de repressão violenta e assassinatos encomendados. Entretanto, o movimento foi extinto com a tomada do poder pelos militares em 1964, apoiados pelo governo norte americano e por um bloco de classes (empresários, multinacionais, banqueiros, setores conservadores da Igreja Católica, latifundiários), coibiam reprimiram, calaram e desorganizaram as movimentações sociais rurais temendo uma insurgência comunista como em Cuba. Com o período de abertura e redemocratização do país, iniciada nos anos 1970 e levada adiante nos anos 1980, os movimentos

sociais do campo, ressurgem com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, cujas principais reivindicações eram a luta pela reforma agrária e os direitos do homem do campo, embasados na constituição dos direitos humanos. Nesta mesma década, na cidade de Surubim, situada no agreste setentrional de Pernambuco, o movimento sindical reivindica, veementemente tais pautas, gerando a insatisfação dos latifundiários que investem contra tais reinvindicações, atacando as lideranças do movimento desde maneira violenta e até assassinatos, a fim de coagir o movimento, ao mesmo tempo em que avisa aos que insistissem em permanecer na luta pela reforma agrária, de que sangue seria derramando caso a resistência continuasse O objeto de nosso estudo concentra-se na historicização de tais acontecimentos, além do preenchimento de lacunas na escrita historiográfica local que obscurecem as conquistas de tais lutas, que em vários casos foram pagas com as vidas de suas lideranças. Pretendemos contribuir para a construção da história dos movimentos rurais, dando visibilidade a estes acontecimentos antes que se percam na história, com o objetivo preencher lacunas na historiografia das lutas agrarias em Pernambuco, assim como dar voz a memória e documentos daqueles que participaram ativamente dos fatos. A fim de que possamos compreender a luta de classe no campo e as demandas por direitos ainda hoje tão atuais nas pautas dos movimentos sociais da contemporaneidade. Para a elaboração desse trabalho fazemos uso da história oral, realizando entrevistas com pessoas que estavam à frente do movimento, além de fotografias e documentos escritos. Teoricamente, estamos embasados nas categorias de classe, luta de classe e história vista de baixo, elaboradas pelo historiador inglês E. P. Thompson e no debate historiográfico brasileiro sobre a história social do campesinato, sobretudo a partir de trabalhos como o de Márcia Motta.

POR UMA CULTURA POLÍTICA ESCRAVISTA: ALGUMAS REFLEXÕES

Lucian Souza Silva (UFPB)
lucianhistor@gmail.com

O presente trabalho é resultado das reflexões teóricas e das “aflições epistemológicas”, empreendidas ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa de mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Dessa forma, acreditamos que durante o período de existência da escravidão brasileira, os vários aspectos da vida social, foram permeados por ideias e práticas escravistas, e com isso, forjado uma Cultura Política. Temos entendido a Cultura Política Escravista, como enraizamento da escravidão, que por sua vez, moldou atitudes, crenças, práticas sociais, ideias, posicionamentos

políticos, manifestando-se como um fenômeno de indivíduos específicos e também enquanto grupo social. A Cultura Política Escravista foi responsável por prolongar a escravidão o quanto foi possível, fazendo do Brasil o último país independente a abolir a escravidão. Para cunhar o conceito esta conceituação, nos baseamos em alguns autores da História Política como Serge Berstein (1998) e Sani (2000), assim como em autores da História Social e da Escravidão, como Thompson (1981) e Chalhoub (2012).

O PODER DA CRUZ E DO COMPASSO: CONFLITOS E ELOS ENTRE A IGREJA CATÓLICA E A MAÇONARIA EM PERNAMBUCO (XIX-XX)

Carmem Lopes de Oliveira (UFRPE)
carmemlopes777@hotmail.com

Nossa proposta é apresentar nossa pesquisa de pós-graduação, que fala dos conflitos e elos simbólicos entre a Igreja Católica e a Maçonaria em Pernambuco, (XIX - XX), do programa de mestrado da UFRPE: "História Social da Cultura Regional", linha de pesquisa política, que se encontra no segundo semestre. Pesquisas apontam que os católicos durante o processo de laicização da sociedade passaram a relacionar uma imagem do anticristo à ideia do maçom. Tais maçons também passam a conflitar com a Igreja Católica por meio das matérias de seus periódicos e projetos culturais. Propomo-nos a conhecer o que pôde colocar essas duas instituições (Igreja e maçonaria) em conflito em Pernambuco, analisando os discursos e suas condições de produção de sentido no campo de disputas e discórdias, e também estudando o universo cultural maçom (onde se tocam), buscando uma compreensão política e antropológica da pesquisa. Os avanços da pesquisa desvendam que as ações da maçonaria – que tinham uma filosofia liberal - funcionaram de forma estratégica como forma de ganho de mais espaço e poder social, rivalizando com as ideologias católicas tradicionais, pois estas últimas, não queriam a separação da Igreja com o Estado e muito menos que a ordem dos maçons se fortalecesse.

ST13 - A DITADURA MILITAR NO BRASIL: HISTORIOGRAFIA E POLÍTICA

Coordenação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG)
lml13@oi.com.br

As discussões em torno do significado histórico da ditadura militar no Brasil nos últimos anos se intensificaram, tendo sido bastante influenciadas pelo avanço da pesquisa acadêmica, do ambiente ideológico criado pelo funcionamento das comissões da verdade e da proximidade da efeméride dos 50 anos do golpe de 1º de abril de 1964. Nesse sentido, tem cada vez mais se acentuado nesses estudos aquilo que um crítico, apropriadamente, caracterizou como "falácias do revisionismo". Em tempos de hegemonia neoliberal na sociedade e relativismo epistemológico na universidade, os alvos principais dessas investidas teóricas e políticas são o projeto histórico dos trabalhadores e o legado da tradição historiográfica marxista sobre o tema. Assim, a presente proposta de simpósio temático visa reunir pesquisas e reflexões sobre o golpe, a ditadura e seu legado político e historiográfico, especialmente aquelas com foco no Nordeste.

22/7 – Sexta-feira:

ABERTURA POLÍTICA E OS DEBATES SOCIOAMBIENTAIS: PROPOSTAS DA APAN (ASSOCIAÇÃO PARAIBANA AMIGOS DA NATUREZA), EM JOÃO PESSOA NO PERÍODO DE 1978 A 1985.

Gutierre Farias Alves (UFCG)
gutierrefariasalves@gmail.com

Este estudo tem como objetivo central analisar os debates em torno das ideias socioambientais promovidas pela APAN (Associação Paraibana Amigos da Natureza), durante a década de 1980 em João Pessoa, dentro do contexto de redemocratização que o estado da Paraíba estava inserido. Para isso, é importante constatar que a heterogeneidade da entidade com a participação de professores, artistas plásticos, arquitetos, estudantes universitários e engenheiros, serviu para elaboração de ideias ligadas a proteção do meio ambiente e a construção de uma sociedade socialmente mais equilibrada. O que gerou embates e conflitos com prefeitos, governadores, agentes imobiliários, donos de empreiteiras e industriais na referida cidade. Os debates em torno da proibição

da caça à baleia no estado e contra a verticalização do litoral pessoense (focos deste artigo) foram noticiadas pelos jornais *A União*, *O Correio da Paraíba* e *O Norte*, nos servindo como fonte de pesquisa para a compreensão em torno destas duas questões. Sendo assim, para a realização do estudo, fizemos o cruzamento dos textos jornalísticos com analise da bibliografia especifica a respeito do período de redemocratização da Paraíba e o advento das ideias ambientais no contexto brasileiro/paraibano, além de uma entrevista oral (concedida este ano) com a presidente da entidade à época, Paula Franssinete. Portanto, entendemos que o nosso artigo se encaixa na proposta deste simpósio temático, pois acreditamos que as ideias ambientais foram divulgadas a partir da "abertura politica" do presidente Figueiredo, o que ocasionou em todo o Brasil, de acordo com Jacobi (1987), o surgimento de novos movimentos sociais urbanos, como o movimento negro, feminista e o movimento ambiental. Dito isto, a problematização dos debates em torno de causas ambientais no período em questão é importante para dar visibilidade ao tema ainda pouco abordado pela historiografia paraibana: os movimentos ambientais da Paraíba.

OS "DONOS" DA BOLA? UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE FUTEBOL, POLÍTICA E SOCIEDADE NA DITADURA MILITAR.

Marco Antônio Silva B. Neto (UFCG)
marconeto9@hotmail.com

O objetivo desse artigo é fazer um debate historiográfico sobre o futebol no período de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e quais relações entre o esporte, a sociedade e o governo ditatorial. Em 1964 a ditadura militar foi anunciada como um governo provisório, onde os militares defenderiam o Brasil das forças "socialistas". Durante esse período, as repressões aos grupos civis eram intensas: músicos, estudantes, trabalhadores, políticos e esportistas organizaram-se para defender a democracia brasileira dos militares. Porém, as torturas, mortes e perseguições foram mecanismos utilizados por parte do governo para reprimir os civis, destruindo projetos, famílias e implantando o medo no país. A copa de 1970 mostrou o envolvimento dos militares na seleção brasileira. Mudanças na comissão técnica e na equipe de jogadores eram impostas pelo governo Médici, que utilizou da imagem da seleção para promover um falso progresso no Brasil, que aparentemente crescia economicamente e esportivamente. Essa temática, ainda hoje, é pouco explorada pela historiografia brasileira e temos como intenção analisar a importância e o papel político e social do futebol no país, fazendo com que novas reflexões sejam estimuladas em um assunto pouco debatido pelos pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES GRAMSCIANAS: IDEOLOGIA E HEGEMONIA NO CONTEXTO DITATORIAL BRASILEIRO

Roberta Gerciane Viana de Araújo (UFCG)
robertagva@hotmail.com

Durante 21 anos o Regime Militar procurou manter-se forte e no poder, tanto reforçando o aparato policial e os órgãos de investigação, quanto recorrendo à construção de sua hegemonia ideológica e tentando de toda forma se legitimar na sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é refletir os conceitos de ideologia e hegemonia em António Gramsci, buscando associá-los ao contexto ditatorial e assim tentar compreender certas nuances sobre o período. A partir de tais conceitos, pode-se observar que ambos estão ligados de forma a complementar a compreensão em torno do regime militar, pondo em destaque o governo do general Emílio Garrastazu Médici e suas tentativas de se ter um governo hegemônico, legitimando-o pelo viés da coerção, em maior escala, e do consentimento. Considerações gramscianas cabíveis a tal contexto histórico pela contribuição deste autor com conceitos importantes e significativos para o entendimento mais profundo dos planos da classe dominante sobre a sociedade civil e subordinada. É de suma importância problematizar tais conceitos e traçar "novas" reflexões sobre eles e sobre o Regime Militar, a fim de contribuir para a historiografia pertinente ao período em questão e, assim, propagar outras possibilidades de entendimento sobre a temática.

A NAÇÃO CONSTRUÍDA NO DIA A DIA DAS NOTÍCIAS: O INÍCIO DAS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Fabrício de Sousa Morais (IFPB)
fabriciomorais@gmail.com

Esse trabalho versa sobre os acontecimentos que deram início às comemorações do Sesquicentenário da Independência, com destaque para os eventos ocorridos no dia 21 de abril de 1972 (Dia de Tiradentes) e o retorno dos restos mortais de D. Pedro I ao Brasil. O dia do martírio de Tiradentes é o prólogo do Sesquicentenário, merecendo uma atenção toda especial dos jornais. Essa abertura recebe o nome de Encontro Cívico Nacional. A volta do primeiro imperador foi um processo mais longo, essa etapa foi executada entre os dias 22 de abril e 6 de setembro, percorrendo todas as capitais brasileiras. Devido à

impossibilidade de abranger todo o território nacional, foram efetuados recortes espaciais. Esses precisaram ser feitos devido às incontáveis fontes existentes nos mais diferentes lugares do país. A análise foi elaborada a partir das comemorações em três estados do território nacional (Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo), mais precisamente nos eventos ocorridos nas suas capitais. Outro recorte efetuado diz respeito à escolha das fontes, foi necessário escolher jornais que representassem o vínculo de simultaneidade com os diversos membros da nação. Desse modo, buscou-se analisar uma etapa da construção da nação brasileira no auge da ditadura militar.

EXTRATOS DA LUTA ARMADA NA PARAÍBA

Monique Cittadino (UFPB)
monique@garibaldijpa.com.br

O ano de 1968, com a edição do Ato Institucional No. 05, o AI-5, marcou uma radicalização no perfil do regime militar no sentido do aprofundamento dos mecanismos repressivos e do cerceamento das liberdades individuais. A tortura institucionaliza-se, tornando-se elemento vital para a sobrevivência da ditadura no Brasil. É neste contexto que se verifica o ingresso de diversas organizações de esquerda na luta armada, vista então, seja como a única forma de combater o regime, seja como a forma possível para promover-se a revolução socialista no país. Os relatos a respeito da luta armada, se antes tão focados nos movimentos verificados no eixo centro-sul do país, tem-se ampliado com a atuação das Comissões da Verdade instaladas nos diversos estados e municípios. Desta forma, o propósito deste trabalho é discutir aspectos da experiência da luta armada na Paraíba, estado que, dentro desta temática, foi objeto de pouca atenção pela historiografia.

A COMISSÃO DA VERDADE NO BRASIL: CONTEXTO, RESULTADOS E LIMITES.

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)
lml13@oi.com.br

Entre 1964 e 1985 o Brasil viveu aquela que foi a sua mais longeva experiência de ditadura, isso em um país de forte tradição autocrática. Depois de derrubar o então presidente constitucional João Goulart em 1º de abril de 1964 os militares, em sintonia com os interesses do grande capital nacional e transnacional, implantaram uma sanguinolenta ditadura de classe que prendeu, sequestrou,

torturou, matou e fez desaparecer milhares de pessoas, especialmente aquelas pertencentes à classe trabalhadora e as camadas populares como um todo. Em que pese o fim formal da ditadura militar em 15 de março de 1985 ter resultado de lutas intensas de parcelas significativas da sociedade brasileira, o fato é que devido à forma como se deu o processo de transição (a partir da convergência de interesses da oposição moderada burguesa com dissidentes do regime em crise plasmado no projeto conservador da Aliança Democrática) acabou implicando em uma pesada herança para a posteridade, em termos econômicos, políticos e sociais. Não por acaso, por exemplo, o Brasil foi o último país do mundo que viveu experiência ditatorial recente a implantar uma comissão da verdade para apurar os crimes de lesa humanidade cometidos pelos militares e seus aliados civis no período histórico em foco. Essa comunicação visa problematizar a questão, buscando analisar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade recentemente conclusos, atentando para o seu alcance, contradições, impasses e desdobramentos a curto e longo prazo.

Ophélia Amorim e as Ligas Camponesas na Paraíba: as militantes de esquerda contra-atacam

Juliana Ferreira Alves (UEPB)
julli.12@hotmail.com

Na Paraíba, a Liga Camponesa de Sapé foi a primeira do estado e acabou destacando-se das demais Ligas da região sob a liderança de João Pedro Teixeira. Após o seu assassinato em 1962, pelo Grupo da Várzea, competiu à sua viúva, Elizabeth Teixeira, dar continuidade ao seu trabalho. Porém, com o golpe militar em 1964, as Ligas começaram a ser dissolvidas, pois tanto os seus líderes quanto seus participantes foram perseguidos e presos – na cadeia sofreram torturas físicas e psicológicas, alguns até perderam a vida na prisão. Foi nessa conjuntura de reivindicações por direitos trabalhistas e conflitos entre camponeses e latifundiários que a figura de Ophélia Amorim vai se sobressair como advogada das Ligas Camponesas na Paraíba. Nesta comunicação propusemos analisar o seu papel enquanto mulher militante de esquerda a serviço dos movimentos sociais do campesinato paraibano e como a sua atuação nesse movimento acabou levando-a para prisão durante a ditadura militar. Também iremos abordar as participações das militantes na resistência a opressão na ditadura e como a sua condição feminina resultou em diversas representações negativas em torno das mesmas, consequência de uma sociedade patriarcal na qual nem os próprios militantes de esquerda escaparam de atos preconceituosos em relações às suas companheiras de lutas.

ST14 – MUNDOS DO TRABALHO: CONDIÇÕES DE TRABALHO, CULTURA, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES.

Coordenação: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UEPB) e Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)

bbarrosjp@gmail.com
tiagobernardon@gmail.com

Este Simpósio Temático propõe-se a ser um espaço de discussão entre historiadores – assim como com pesquisadores de outras áreas do conhecimento – que se dedicam ao estudo das relações de trabalho em suas múltiplas dimensões. Almeja-se poder discutir as mais diversas formas de manifestações políticas e culturais relacionadas aos conflitos de classe ao longo da história, procurando superar dicotomias e segregações estanques que obstaculizam a compreensão do processo histórico, em especial, das questões envolvendo as formas de identidade e consciência de classe. Neste sentido, este Simpósio Temático não apenas está aberto, mas deseja reunir trabalhos com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e objetos específicos de estudo, a fim de permitir trocas de experiências entre pesquisadores para contribuirmos, uns com os outros, na construção do conhecimento histórico que leve em conta a complexidade dos processos sociais, em especial os relacionados à esfera do trabalho e sua incidência nas outras dimensões da vida social. Deste modo, serão bem-vindas as pesquisas, consolidadas ou em andamento, que versem sobre aspectos relacionados a temas variados, no tempo e no espaço, sobre a classe trabalhadora, em suas relações históricas em si e com as outras classes, tais como: as relações sociais de poder que envolvem os conflitos de classes; manifestações políticas da classe trabalhadora; aspectos do cotidiano dos trabalhadores; processos produtivos e condições de trabalho; intersecções entre classe, gênero e raça; trabalhadores urbanos; trabalhadores rurais; campesinato; sindicalismo; lutas por direitos; trabalho escravizado, liberto e “livre”; migrações; culturas de classe.

19/7 – Terça-feira:

A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO E A DEFESA DA DEMOCRACIA: COMBATES PELA HISTÓRIA

Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)
tiagobernardon@gmail.com

A presente comunicação tem por objetivo discutir como a história social do trabalho é crucial para subsidiar reflexões sobre a história imediata e debates acerca de conjunturas graves como a que estamos vivendo em 2016, de fortes ameaças às liberdades civis e políticas no país, que, embora limitadas, foram duramente conquistadas pela luta da classe trabalhadora. Neste sentido, essa comunicação reivindica a importância do conhecimento histórico para o combate ao senso comum e à consolidação de regimes autoritários que garantem as formas de exploração e opressão vigentes. Para tanto, serão abordados aspectos da relação da prática historiográfica e a ação da classe trabalhadora com conjunturas históricas determinadas e de como o conhecimento histórico está imerso na constituição de sentidos que legitimam ou questionam ações políticas das mais diversas.

APONTAMENTOS PARA UMA HISTORIOGRAFIA DA RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NA PARAÍBA

Rivaldo Amador Sousa (UEPB)
riamaso@yahoo.com.br

O presente trabalho pretende discutir as experiências de diversas pesquisas que tratam de diferentes práticas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores do campo e da cidade na Paraíba. Trata-se, na verdade, de apontamentos sobre a historiografia da resistência do trabalho nesse Estado, consistindo-se numa análise histórica que permite identificar os diferentes movimentos da gente pobre trabalhadora do campo. Para a realização de nossa análise foram consideradas diversas pesquisas desenvolvidas tanto na área de história como em outras áreas das ciências humanas, considerando, nesse campo historiográfico, os diferentes movimentos de lutas e conflitos configurados tanto como práticas politicamente organizadas por meio de instituições, associações etc, como também as experiências de resistências não organizadas, as desenvolvidas cotidianamente pelos agentes históricos aqui em foco. São pesquisas que dialogam com alguns teóricos das ciências humanas tais como Michel de Certeau, Edward Thompson, James Scott, convergindo para uma discussão em torno das diferentes formas de

resistência inventadas cotidianamente pela gente pobre. Vários estudos paraibanos nos permitem pensar como essas práticas consentiam instituir um desarranjo nos pretensos planos e estratégias da elite dominante em diferentes espaços desse Estado.

PEQUENOS OFÍCIOS: TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA NA CIDADE

Cid Douglas Souza Pereira (UFCG)
ciddouglas@yahoo.com.br

Este artigo apresenta uma discussão em torno das categorias conceituais de trabalho. Para tentar compreender o mundo do trabalho e dos trabalhadores, em especial os antigos barbeiros, o almejado é, a partir da memória, recompor o cenário dos pequenos ofícios, em que os homens são mais criativos, livres e distantes dos olhares vigilantes dos meios reguladores próprios das grandes fábricas. Portanto, a intenção é reconstruir o universo desses profissionais urbanos, que fazem do seu ofício uma arte que caminha na contramão das implementações da modernidade, e praticam isso no momento em que, em nome de costumes e hábitos, conservam antigas tradições. Ao revelar aspectos da história sob a ótica de categorias laborais ou de pessoas comuns, o pesquisador certamente estará contribuindo para uma visão mais ampla e diversa da multidão de trabalhadores que, assim como os de "cima", são capazes de narrarem sua trajetória de vida e a história da cidade em que vivem, entrelaçando memória individual e coletiva.

ENTRE A DERRUBADA DO BOI E OS GRANDES PRÊMIOS: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DE VAQUEIRO NA PARAÍBA (1990 – 2015)

Karolina Kelly Grangeiro Lins (UFCG)
karollins2@gmail.com

Quando não se tinha o costume de colocar cercas nas fazendas no sertão nordestino, os bois eram marcados e soltos na mata e os peões, contratados pelos coronéis, iniciavam uma caça em busca dos animais. De início, a prática da vaquejada marcava o encerramento festivo de uma etapa de trabalho, onde os peões reuniam o gado e marcavam cada um deles. Era a tradicional festa da separação do gado. No entanto, essa tradição foi ganhando maior importância e o que antes se acontecia no terreiro das fazendas, agora acontece em grandes eventos, sendo uma atividade bastante lucrativa e conseguindo cada vez mais apoios de empresários e até políticos locais. Assim, a Vaquejada deixou de ser

uma simples diversão entre os vaqueiros e passou a ser uma das atividades mais atrativas e lucrativas no Sertão nordestino. No Ocidente, o tema do tratamento dispensado aos animais mereceu trabalhos já clássicos elaborados por historiadores ingleses como Keith Thomas e Edward Palmer Thompson. Em seu "O Homem e o Mundo Natural", Thomas (2009) investigou as atitudes e posturas intelectuais inglesas em relação aos animais e às plantas entre os séculos XVI e XIX. Por sua vez, em seu livro "Senhores e Caçadores", Thompson (1989) estudou as relações entre natureza, história social e hábitos de caça na transição das lutas pela propriedade da terra e seus recursos naturais na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Para esta comunicação, será utilizado como referencial, também, o livro "História e meio ambiente" (2007), de Marcos Lobato Martins, onde se objetiva fazer uma apresentação sobre novo ramo da história com debates de movimentos ambientalistas, investigando sobre as inter-relações sociedade e ambientes. Dessa forma, o trabalho pretende, através de uma arqueologia destes autores, pesquisa de campo e entrevistas, analisar a vaquejada como atividade lucrativa, onde, nesse meio, estão empregados os vaqueiros.

O PESO DAS MEDIDAS: A ADOÇÃO DO SISTEMA MÉTRICO DECIMAL FRANCÊS E OS QUEBRA-QUILOS NO RIO GRANDE DO NORTE (1870-1880)

João Fernando Barreto de Brito (UFRJ)
joaofernandohistoria@gmail.com

Entre os anos de 1850-1880, inserido no processo das inovações e racionalizações da economia, momento em que o capitalismo se consolidava pelo mundo, o Império do Brasil promovia uma série de mudanças visando melhor controlar seus súditos – o que implicava também em conhecê-los. Tais medidas estiveram relacionadas à instituição de censos, leis de coerção ao trabalho e combate a vadiagem, recrutamento militar obrigatório, regulamentação das terras devolutas, assim como a unificação do sistema de pesos e medidas. As referidas políticas foram implantadas em um contexto de desmoronamento do sistema escravista e da busca pelo controle do Estado sobre os trabalhadores pobres livres, bem como da regulação das relações do mundo do trabalho, o que provocou a resistência e a revolta de parte da população que viam seus direitos e práticas consagradas pela tradição tolhidas pelo Estado. Sabendo disso, analisaremos as ações dos populares envolvidos nos motins conhecidos como “Quebra-quilos” em 1874-1875 na província do Rio Grande do Norte, que se insubordinaram contra a adoção do sistema métrico decimal francês proposto pelo Império, inutilizando balanças, pesos e instrumentos de medição, invadindo casas comerciais, ameaçando

funcionários da municipalidade, negando-se ao pagamento dos impostos. Para tanto, no sentido de compreendermos os significados construídos pelos revoltosos do "Quebra-quilos" na citada província, investigaremos jornais, relatórios ministeriais, relatórios presidenciais, correspondências entre presidentes e ministros, processos criminais entre outras fontes, que dizem respeito às revoltas ocorridas em 14 localidades, entre elas a vila do Príncipe, Goianinha, Várzea, São José, Canguaretama, Jardim do Seridó, Acari, Mossoró, Patú, Barriguda, Poço Limpo, Sant'Anna do Mattos, Flores e Currais Novos.

"TORNA-SE UM CAPTIVEIRO FORÇADO": RELAÇÕES DE TRABALHO E EXPERIÊNCIA CATIVA ANTES E DEPOIS DO 13 DE MAIO DE 1888 (BANANEIRAS 1871-1888)

Daniel Oliveira (UFPB)
daniel16_janeiro@hotmail.com

A presente comunicação faz parte da pesquisa que desenvolvemos junto ao PPGH-UFPB, intitulada "Anos finais de escravidão em Bananeiras - PB: relações de parentesco, trabalho e resistência dos negros cativos e libertos (1871-1888)". Neste estudo, investigamos como se deram as relações de parentesco entre as mães escravizadas e os ingênuos, bem como buscamos entender como eram construídas as relações entre os proprietários e os negros cativos e libertos, em especial, no que diz respeito às questões de propriedade, de trabalho e de resistência. Para realizar esta pesquisa, utilizamos como fontes documentais as petições e os inventários de fazendeiros da cidade de Bananeiras-PB dos anos finais da escravidão no Brasil e no imediato pós-abolição. A partir da análise desses documentos, encontramos indícios de que ocorriam diferentes formas de permanência das explorações do trabalho escravizado neste período. Assim, essa documentação oportuniza que reconheçamos que os fazendeiros - ou ex-proprietários de escravos - mantinham os negros sob regime de trabalho escravo ou em semiescravidão depois do 13 de maio de 1888. Para tanto, tomo como referenciais teóricos os autores da História Social da escravidão e as contribuições de Walter Benjamin e Edward Palmer Thompson.

NA CONTRAMÃO DAS POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS: PRESENÇA ITALIANA E SUAS CARACTERÍSTICAS NO NORDESTE DO BRASIL ENTRE AS DÉCADAS DE 1880 – 1930

Vanessa Pereira de Albuquerque (UFRPE)
vanessapgh@gmail.com

O período de maior intensidade dos movimentos migratórios para o Brasil estende-se durante a transição do Império para a Primeira República. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – durante esse ciclo chegaram ao país por volta de 3 milhões de imigrantes de várias nacionalidades, mais de 1/3 desse contingente era formado por italianos. Essa situação não se deu de maneira aleatória, foi trabalho de mudanças ideológicas e práticas políticas adotadas, em menor escala, durante o Segundo Reinado e, principalmente, na Primeira República. O Nordeste brasileiro não passou incólume ou indiferente ao processo que trouxe essa categoria migratória ao país. No entanto, esse evento desenvolveu-se no Nordeste de maneira diferente do que é comumente visualizado no Sul e Sudeste do país. O objetivo deste trabalho é analisar e debater as particularidades da imigração para o Nordeste. Através da análise das trajetórias de Simone Croff, em Pernambuco, e dos irmãos Vita, em Salvador e Recife, pretendemos assegurar a existência e importância da presença italiana no Nordeste do Brasil.

RELAÇÕES DE TRABALHO NAS CASAS DE FARINHA DE CUITÉ-PB (ANOS DE 1950-1960)

Osmael Márcio de Sena Oliveira (UFCG)
osmaelmarcio@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo discutir as relações de trabalho dos agricultores no processo de produção da farinha de mandioca nas décadas de 1950 e 1960 na cidade de Cuité-PB. Estes homens e mulheres trabalhadores carregam um conjunto de saberes e fazeres acerca do processo produtivo, e suas lembranças acerca do trabalho nas farinhadas apresentam também as relações de sociabilidade presentes nos espaços da casa de farinha. A pesquisa parte da análise de fontes orais, e apresenta as perspectivas destes trabalhadores a respeito das etapas produtivas desde o cultivo da mandioca até o processo de torrefação. Atentamos ainda para os significados do trabalho para estes agricultores envolvendo o ofício artesanal, as práticas criativas, os usos dos espaços e instrumentos da casa de farinha e as divisões de tarefas.

20/7 – Quarta-feira:

PELO DIREITO A TER DIREITOS: FORMAÇÃO, DIFUSÃO E AFIRMAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NOS DOMÍNIOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NA PARAÍBA (1970-1980)

Lidineide Vieira da Costa (UEPB)
lidineidecosta@hotmail.com

A presente comunicação tem por objetivo discutir o processo de luta por direitos trabalhistas dos assalariados rurais da cana-de-açúcar, na zona canavieira da Paraíba, entre as décadas de 1970 e 1980. Para tanto, busca-se compreender o trabalho de organização, conscientização e afirmação desses trabalhadores nos seus lugares de trabalho e nos espaços públicos, o que veio a culminar com o alargamento da legislação trabalhista a categoria dos canavieiros na Paraíba. A comunicação aqui apresentada também enfatiza o envolvimento de alguns segmentos sociais e suas contribuições para a defesa, formação e difusão da legislação trabalhista, ressaltando: o setor de "serviços" da Igreja Católica sob orientação progressista, tais como o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), voltados para a formação jurídica e política dos trabalhadores; e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG). Dado o contexto de retomada lenta e gradual da democracia brasileira em meados da década de 1970, as palavras cidadania e direitos ganhavam corpo no cenário nacional ao mesmo tempo em que a Justiça do Trabalho se lançava às áreas interioranas do país incitadas a participar desse processo por meio de ações movidas nos tribunais trabalhistas e discursos em torno da legislação. Nesse sentido, os escritos de E. P. THOMPSON (1987) nos auxiliam a compreender os usos da legislação trabalhista pela classe trabalhadora e, em nível regional, os estudos de TOSI (1988), MOREIRA e TARGINO (1996), FRANÇA (2014) e PAIVA NETO (2012) propiciam reflexões importantes acerca da região em estudo.

CONFLITOS DE TRABALHO E INFÂNCIA: MENORES E A JUSTIÇA DO TRABALHO DE GUARABIRA EM 1987.

Diognnys Cardoso (UEPB)
diognnys.c@hotmail.com

Partindo da pesquisa nos autos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), correspondente ao estado da Paraíba, e que estão disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB), analiso as ações judiciais acionadas por menores e seus representantes contra seus empregadores no ano de 1987, em busca da execução de direitos trabalhistas. O tema sobre trabalho infantil no Brejo paraibano ainda encontra-se inexplorado pela historiografia e o acesso a essa documentação permite a nós, historiadores, ampliarmos a nossa visão quanto aos processos históricos vividos pelos menores trabalhadores nesta região nos últimos anos da década de 1980. Desta forma, a pesquisa aqui apresentada, parte de um Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História que encontra-se em desenvolvimento, e pretende enfocar a luta pela garantia e ampliação de direitos da infância no processo de fim do regime militar e início da redemocratização brasileira, conferindo atenção às formas de relações sociais e de poder que permitiam a exploração da força do trabalho infantil na região.

NA JUSTIÇA DO TRABALHO, UMA MULHER: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E CLASSE (PARAÍBA, 1964)

Sabrina Rafael Bezerra (UFPB)
sabryna.rafael@gmail.com

A presente pesquisa traz a história de uma professora paraibana que, na década de 1960, impetrou um processo na Justiça do Trabalho visando se defender de injustiças que lhe foram cometidas pelo fato de ela ser membro da direção do um sindicato de sua categoria. Tendo em vista o contexto político anticomunista ainda na época pré-golpe militar, ser da direção de um sindicato era motivo para perseguição. Maria Margarida de Menezes Mesquita lecionava em um colégio tradicional e religioso da cidade de João Pessoa, no qual estudavam apenas meninas das classes sociais mais abastadas da cidade. Assim, esse caso, registrado no processo nº 155/64 da Justiça do Trabalho da Paraíba, nos trouxe a possibilidade de explorar duas questões muito importantes: as questões de classe e gênero. E esses dois conceitos nos servem para compreender como a dominação

masculina e a dominação do capital, juntas, influenciaram na trajetória dessa personagem. Dessa forma, nessa comunicação trataremos de discutir o contexto político e moral da época, com o objetivo de perceber os cruzamentos e conflitos existentes de classe e gênero na sociedade daquela época.

ENSINANDO HISTÓRIA POR MEIO DAS LUTAS E CONFLITOS FEMININOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: UMA ABORDAGEM COM BASE NOS DOCUMENTOS DO TRT-13

Emanuella Bezerra de Oliveira Araújo (UEPB)
manu101982@hotmail.com

Esta comunicação problematiza as possibilidades de uso, em sala de aula, de fontes históricas que se encontram no NDH-CH/UEPB e são provenientes da Justiça do Trabalho na Paraíba do período de redemocratização brasileira (1985-1988). Nosso objetivo é disponibilizarmos para os estudantes trechos destes documentos que revelam aspectos históricos de conflitos trabalhistas na região do Brejo Paraibano. O uso de documentos em sala de aula se insere dentro de concepções construtivistas ou de métodos pedagógicos ativos, os quais possibilitam que os estudantes das escolas básicas se aproximem das metodologias de pesquisa e construção de conhecimentos adotados pelos historiadores, oportunizando a construção de práticas de ensino de História de forma significativa (AUSUBEL, 2003). Sendo assim, a utilização desses documentos favorece a construção pelos discentes de indagações presentes na sociedade, propiciando análises críticas e sociais. Circe Bittencourt (2011) entende esses processos de aprendizagem histórica como métodos dialéticos, os quais proporcionam que os estudantes levantem os prós e contras dos problemas históricos, confrontem teses antagônicas, e possam elaborar explicações que se distanciem dos métodos conteudistas ou tradicionais. Pretendemos, assim, discutir questões relativas ao ensino de História partindo da perspectiva de análises micro para o macro, estabelecendo significados dos problemas históricos propostos que permitam que os estudantes possam articular a História dos lugares, inseridas nas Histórias regionais e nas versões da História Geral da nação e do mundo. Utilizamos como referenciais teóricos as concepções dos seguintes autores: E. P. Thompson; W. Benjamim, C. Bittencourt.

PARA ALÉM DA VERSÃO HEGEMÔNICA: ACIDENTES DE TRABALHO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA ATRAVÉS DA IMPRENSA ALTERNATIVA

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UEPB)
bbarrosjp@gmail.com

Como resultado de políticas de favorecimento do grande capital e da retirada de direitos dos cidadãos, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) o Brasil foi considerado o campeão mundial no volume de acidentes de trabalho. Apesar das tentativas do regime de minimizar tal situação, tornavam-se evidentes as péssimas condições de vida e trabalho que grassavam no país, e a exploração voraz, que possibilitaram a acumulação capitalista que gerou o "milagre" econômico. Ficava patente: o rápido crescimento que o país atravessava era fruto de horas-extras, arrocho salarial, alta rotatividade da mão-de-obra, precarização, insalubridade, exigências de produtividade sempre crescente... Tendo como base uma parte de minha pesquisa de Doutorado, esta comunicação buscará discutir como a imprensa alternativa, em especial os jornais Opinião e Movimento, denunciavam a parca fiscalização nos ambientes de trabalho, a rotina de exploração, os artifícios utilizados pelo governo para reduzir artificialmente os índices nacionais de sinistralidade laboral, o elevado número de mortes e a formação de um verdadeiro exército de incapacitados, denunciando, assim, o resultado nefasto de um modelo de desenvolvimento baseado na concepção de "tudo às empresas".

O FENÔMENO MUTUALISTA NA PARAÍBA: A EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE DE ARTISTAS, OPERÁRIOS MECÂNICOS E LIBERAIS (ÚLTIMOS ANOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX)

Márcio Tiago Aprígio Figueirêdo (UFPB)
marcioaprigio@hotmail.com

A proposta deste texto é analisar o associativismo mutualista da classe trabalhadora na Paraíba no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, a partir do espaço de experiência desenvolvido pela Sociedade de Artistas, Operários Mecânicos e Liberais, fundada em 8 de setembro de 1881. Neste estudo, será feita uma análise institucional da entidade, destacando o modelo organizativo, a orientação política e a caracterização dos sócios. Nesta comunicação se fará um exame das principais atividades públicas da Sociedade, em particular, das comemorações do Primeiro de Maio e da data de fundação da entidade, que se configuram como datas-símbolo no processo de atuação da associação dentro das relações sociais internas e externas à organização. Nesse sentido, se procurará compreender a importância dessa experiência como parte

do processo de construção de uma cultura associativa para a classe trabalhadora na Paraíba no período.

HISTÓRIA, LITERATURA E RESISTÊNCIA: O COTIDIANO DA GENTE POBRE DO CAMPO DAS ESPINHARAS REVELADO NO ROMANCE "RANGER DE DENTES"

Josinaldo Gomes da Silva (SEE-PB/UFCG)
gomesjosinaldo@yahoo.com.br

Afirmar que a literatura integra o rol das fontes utilizadas no trabalho do historiador não deve causar mais nenhum espanto, visto que, nas últimas décadas a aproximação com essas novas linguagens – a exemplo da literatura – contribuiu na configuração da dimensão inovadora da produção historiográfica. Sendo assim, a presente comunicação oral busca sobretudo analisar odiálogo entre história e literatura, numa perspectiva da história "vista a partir de baixo" - assim como o historiador E.P. Thompson nos orienta a fazer - e por sua vez empenhada em revelar o papel das ações de resistência cotidianas na formação dos laços de solidariedade por demais importantes na luta contra a opressão, que por sua vez, também contribui no processo de construção da consciência da classe trabalhadora. Dessa forma, indiciamos o romance "Rangerde Dentes" escrito pelo romancista paraibano Allyrio Meira Wanderley e assim, através da verossimilhança com personagens fictícios presentes na trama, pois concordamos com Sevecenko, quando o mesmo afirma que, assim como não pode haver plantas sem raiz não pode também haver tramas fictícias completamente desvinculadas do meio social, fomos revelando o cotidiano da gente pobre do campo em duas fazendas localizadas nas espinharas, no sertão paraibano na década de 1940, cotidiano esse marcado pela exploração dos grandes proprietários, mas, também pela resistência desses sujeitos históricos efetivos a quem chamamos de "gente pobre do campo".

ST15 – ESTUDOS SOBRE A ANTIGUIDADE E O MEDIEVO: OS DESAFIOS DO HISTORIADOR

Coordenação: Profa. Dra. Priscilla Leite Gontijo (UFPB)
priscillagontijo@gmail.com

O simpósio temático "Estudos sobre a Antiguidade e o Medievo: os desafios do historiador" tem como principal objetivo reunir as pesquisas recentes sobre o tema desenvolvidas por pesquisadores da região, bem como reflexões sobre o ensino dessas disciplinas nos níveis médio e superior, produzidas por docentes/pesquisadores do ensino de história. O mote da discussão será o desafio do historiador da área de Antiguidade e Idade Média (e dos professores de história em geral) na transmissão de seus conhecimentos além dos muros da universidade. Tais aspectos da discussão se mostram vitais diante da polêmica da Base Nacional Curricular Comum para a área de história, que minimiza esses conteúdos para ensino básico. O conhecimento acerca da Antiguidade e da Idade Média é essencial para a formação de um cidadão consciente, capaz de entender sua posição no mundo e de agir nele, sendo o papel dos historiadores da Antiguidade e da Idade Média apresentar essa importância para o público em geral e também o uso desses dois momentos da história na formação da própria memória e história nacional. Sobre o último ponto, o livro *A tradição clássica e o Brasil* organizados por André Leonardo Chevitaresi, Gabriele Cornelli e Maria Aparecida de Oliveira Silva reúne diversos trabalhos de especialistas da área que discutem sobre a presença da Antiguidade no ensino brasileiro e como a antiguidade esteve presente na formação da sociedade brasileira, principalmente durante o século XIX.

20/7 – Quarta-feira:

CÂNTICOS ÉPICOS E CULTURA POPULAR: ASPECTOS DA CRISTIANIZAÇÃO TARDIA NA FINLÂNDIA, SÉCULO XIII AO XVI

Marcos Saulo de Assis Nóbrega (UFCG)
m_saulo18@hotmail.com

A proposta desta apresentação busca discutir o processo de cristianização ocorrida na Finlândia entre do século XIII ao XVI, e suas influências na

formatação dos cânticos e contos populares do épico nacional da Finlândia, a Kalevala. A Finlândia, país localizado no nordeste da Escandinávia foi a última região escandinava a passar pelo processo de cristianização, processo que desenvolvia-se na vizinhança desde o século XI mas que ocorria na Finlândia em incrível lentidão. Finalmente no século XIII as raízes mais sólidas do cristianismo são implantadas na Finlândia, a partir daí mudanças culturais consideráveis começam a ocorrer naquele distante território implicando diretamente nas poesias épicas, canções e contos populares que futuramente seriam organizados na obra Kalevala. A partir de Pentikäinen (1989) podemos organizar temporalmente a evolução estética destes poemas e contos e perceber de como personagens e sentidos cristãos substituíram personagens clássicos do panteão Balto-fínico local. Ainda para Burke (2010) foi a chegada do século XVI que começou a extinguir a memória ou cultura popular, principalmente aquela oral, campesina e rústica que formou por vários séculos a mentalidade de grupo humanos mas agora encontrava limites a sua manutenção na memória popular. Dessa forma percebemos a necessidade de ampliar o debate sobre história medieval e suas ressonâncias culturais, e neste caso específico a história finlandesa, algo pouquíssimo estudado na academia brasileira.

ENSINO DE HISTÓRIA, CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA E DEMOCRACIA: REFLEXÕES A PARTIR DA ANTIGUIDADE

Priscilla Gontijo Leite (UFPB)
priscillagontijo@gmail.com

A conjuntura política brasileira atual com a formação de alianças para desgastar o governo da presidente Dilma evidência a fragilidade da democracia brasileira e de suas instituições. Nesse cenário, a questão da cidadania e de sua formação nas escolas também vem à tona. Este ponto nos remete diretamente ao ensino de história e a polêmica da BNCC (Base nacional Curricular Comum) ainda em formulação. O objetivo principal é demonstrar como o estudo da antiguidade, tendo como referência as leituras a respeito da democracia ateniense, oferece importantes subsídios para entender a realidade política atual, auxiliando o sujeito a posicionar-se criticamente diante dela. Com isso, iremos demonstrar a importância dos conteúdos de História Antiga na educação básica, rejeitando a proposta da BNCC que retira os conteúdos de antiga e medieval da formação comum.

IMAGENS DE JOANA D'ARC E DO MEDIEVO NA OBRA DE ÉRICO VERÍSSIMO

Sandra Maria Santos Silva (UEPB)
sandramariasantos774@gmail.com

Alômia Abrantes da Silva (UEPB)
alomiabrantes@gmail.com

Diante das muitas narrativas e controvérsias acerca de Joana d'Arc (1412-1431), personagem histórica que marcou a Guerra dos Cem Anos, bem como motivadas pela pluralidade de imagens a ela atribuídas em diferentes produções escritas e audiovisuais ao longo do tempo, chegamos a uma narrativa em particular, que marcou a literatura infanto-juvenil no Brasil: o livro A Vida de Joana d'Arc, de Érico Veríssimo (1905-1975), publicado pela primeira vez em 1935. Numa tentativa de pensar os territórios que entrelaçam a História e a Literatura, especialmente guiadas por questões que dizem respeito a uma História das Mulheres e da Idade Média, propomo-nos identificar e problematizar elementos que no livro de Veríssimo tecem imagens sobre Joana d'Arc e seu contexto histórico, em um diálogo com o próprio contexto sociocultural e político de criação da obra. Perguntamo-nos assim sobre as imagens que tal livro cria sobre o passado medieval, notadamente ao que se liga às concepções sobre o feminino, a religiosidade e poder no Ocidente cristão. A partir da "Joana" de Veríssimo, mas também de algumas outras obras que mantiveram atualizadas as imagens dela até então, percorremos as marcas narrativas que investiram nas várias facetas da personagem, quer como "donzela, guerreira, bruxa e/ou santa". Perpassando assim questões que dizem respeito às relações de poder, às concepções do sagrado e do feminino, acreditamos com essa leitura auxiliar nos debates sobre a transmissão e produção do conhecimento de História Medieval, fomentando o interesse do ensino e da pesquisa nesse campo, tematizando questões que, decerto, ainda ressoam na contemporaneidade.

REFLEXÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA ANTIGA: APRESENTAÇÃO DE PERSPECTIVAS DE ESTUDO PARA O EGITO ANTIGO.

Rodrigo Henrique Araújo da Costa (UFPB)
dacosta.rodrigo@hotmail.com

Tendo como área a Historiografia da História Antiga do Egito Antigo, este artigo visa refletir sobre uma particular Historiografia e metodologia da História Antiga do Egito, discutindo os enfoques dados para o estudo do Egito Antigo e referenciando alguns dos historiadores que produziram sobre os egípcios. Sendo

assim, iremos apresentar algumas vertentes historiográficas da Antiguidade e suas abordagens de estudo, compreendendo como esses historiadores da antiguidade tornaram manifesta aquela sociedade e aquele povo. Para tanto, iremos observar sob o prisma da História Cultural seis perspectivas importantes para este viés escolhido. São elas: as visões do corpo com o método de Neyde Theml, o corpo como objeto de estudo para a História Antiga e historicizado no espaço sócio-político-cultural; as cenas do Egito Antigo que mostram a perspectiva da História da Arte com E. H. Gombrich e as representações do corpo no Egito Antigo; a alimentação e a cozinha do Egito Antigo como expressão das relações sociais e das forças que atuaram na antiguidade egípcia através da abordagem de Pierre Tallet; a perspectiva de Eugen Strouhal em capítulo que trata sobre as doenças, a saúde e a medicina na antiguidade egípcia, desde as curas racionais aos poderes mágicos; a sexualidade e o erotismo egípcios como ligados ao mundo religioso e relacionados com rituais e mitos que garantiam a fecundidade e a saúde sexual dos egípcios com a apresentação dos livros de Lise Manniche e de Joseph Toledano e El-Qhamid e pensar brevemente sobre a vida das mulheres egípcias, festas, casamento, direitos e costumes pela metodologia de Christian Jacq. Há a necessidade de compreender a complexidade e os desafios do Egito Antigo em seus mais importantes enfoques. Este trabalho, portanto, resumirá os pontos de vista e metodologias adotados que mostram as relações de poder e a construção dos elementos simbólicos e institucionais no Egito Antigo, por meio dos autores citados que trabalharam as respectivas perspectivas do corpo, da arte, da cozinha, das doenças, da sexualidade e da mulher.